



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 171 - SEXTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)
Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB) - 21</p> <p>Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p>Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira - PTB</p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 197ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da passagem das comemorações dos 170 anos de existência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 41275

SENADOR MÁRIO COUTO – Cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo pronunciamento de ontem, no Palácio do Planalto, por ocasião das comemorações dos 20 anos da Constituição, quando criticou o excesso na edição de medidas provisórias. Preocupação com a falta de segurança pública e a violência no Estado do Pará, especialmente contra crianças e adolescentes. 41277

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 55, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior. . 41277

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR TIÃO VIANA – Comentários relativos à política externa brasileira, formulada e implantada pelo Presidente Lula. 41282

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.070, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 1º do artigo 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer hipótese de ação pública.* 41284

Nº 1.071, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital.* 41287

Nºs 1.072 e 1.073, de 2008, das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que *institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pú-*

blica Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios..... 41294

Nº 1.074, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008, de autoria do Senador Geovani Borges, que *acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.....* 41302

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 127/2008, de 15 do corrente, comunicando a adoção definitiva, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. 41302

Nº 128/2008, de 15 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior. 41308

Nº 129/2008, de 15 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya. 41308

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 148/2008, de 10 de setembro último, comunicando a rejeição, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008, de autoria do Senador Geovani Borges. 41308

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 491, de 2003; 207, de 2005; 500, de 2007; e 251, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. .. 41309

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – O exemplo de austeridade do ex-Presidente da República, Getú-

lio Vargas. Registro de comparecimento de S. Ex ^a a evento na Ordem dos Parlamentares do Brasil.	41309	2004, 124 e 166, de 2003, 174, de 2005, 241, de 2002, 295, de 2005, 309, de 2006, 310, de 2004, 327, 328 e 375, de 2005, 445, de 2003 e 706, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.....	41317
SENADOR RENAN CALHEIROS – Destaque para a importância do resultado das eleições em Alagoas, que elegeu o maior número de prefeitas de todo o País.....	41313	Nº 1.275, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94, de 2006 e 63, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 44, de 2003, 284 e 289, de 2007, 4, de 2004, 28 e 29, de 2003, 74 e 103, de 2006, 163, de 2005, 179, de 2006, 199, de 2007, 219, de 2003, 221, de 2007, 225, de 2008, 255, de 2003, 545, 582, 595, 665 e 681, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.....</i>	41317
1.2.9 – Comunicação da Presidência		1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação	
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 21 de outubro de 2008 e publicação em 22 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 443, de 2008, que <i>autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituirão subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.....</i>	41316	SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários a respeito de propostas apresentadas pelo Senador Richard Lugar, republicano do Estado de Indiana-EUA, no IV Fórum de Segurança Energética e Cooperação do Hemisfério Ocidental.	41317
1.2.10 – Leitura de requerimentos		1.3 – ENCERRAMENTO	
Nº 1.271, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, <i>solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, de 2006; 1, de 2008; 4, de 2006; 6, de 2000; 8, de 2008; 9, de 2007; 9, de 2008; 11, de 2008; 12, de 2008; 14, de 2006; 18, de 2006; 20, de 2003; 25, de 2004; 28, de 2003; 28, de 2006; 30, de 2006; 31, de 2003; 32, de 2005; 34, de 2003; 47, de 2003; 47, de 2006; 48, de 2005; 50, de 2004; 19, de 2006; 52, de 2003; 54, de 2007; 62, de 2007; 63, de 2007; 71, de 2007; 77, de 2007 e 72, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.....</i>	41316	2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 23-10-2008	
3 – ATAS DE COMISSÃO		3 – ATAS DE COMISSÃO	
Nº 1.272, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 2008; 45, de 2006; 105, de 2008 e 123, de 2005; com os Projetos de Lei do Senado nºs 100, de 2006; 107, de 2005; 12, de 2003; 120, de 2007; 219, de 1999; 271, de 2006; 289, de 2003; 334, 348, 350 e 357, de 2004; 366, de 2003; 367, 501 e 669, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.....</i>	41317	26 ^a e 27 ^a Reuniões, realizadas em 26 e 27 de agosto último, respectivamente, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, para, no prazo de 120 dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.	41324
4 – ATO DO DIRETOR-GERAL		4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 2.273, de 2008.		Nº 2.273, de 2008.	41359
SENADO FEDERAL		SENADO FEDERAL	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL		5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53^a LEGISLATURA		– 53^a LEGISLATURA	
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS		7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR		9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR		10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ		12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL		CONGRESSO NACIONAL	
13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL		13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL		16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 197^a Sessão Não Deliberativa, em 23 de outubro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Mário Couto

(inicia-se a Sessão às 14 horas e 11 minutos, e encerra-se às 16 horas e 20 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil. Brasília, 23 de outubro de 2008.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador é o Senador da República Marco Maciel que representa o Estado de Pernambuco e os Democratas.

O Senador Marco Maciel é uma das personalidades de maior cultura deste País. É membro também da Academia Brasileira de Letras.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Mão Santa; Sr. Senador Mário Couto, Líder da Minoria no Senado Federal; Sr^ss Senadoras e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar a passagem de uma efeméride que julgo muito significativa. Refiro-me às comemorações, em todo o País, pela passagem dos 170 anos de existência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado e fundado no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1838.

A instituição, Sr. Presidente, surgiu por inspiração de um clérigo e de um militar, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, que reuniram 27 pessoas nobres do Império, Senadores, Deputados, juristas, militares, administradores públicos, para juntos criarem aquela instituição.

No tempo em que surgiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era Regente do Império o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, um dos grandes nomes da história do Império. Pernambucano de nascimento, o Marquês de Olinda, além de Regente do Império, foi quatro vezes Primeiro-Ministro, oito vezes Ministro de Estado das mais variadas pastas e duas vezes Administrador do Rio de Janeiro, cargo este que corresponde hoje a Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Abro um parêntese rápido para lembrar que o Marquês de Olinda deixou registrado o desejo de que seus restos mortais fossem levados para o Recife. Tal ainda não se deu. Esperamos materializar essa sua vontade e resgatar o papel que desempenhou no Império, quer no Executivo – leia-se na Monarquia –, quer no Parlamento.

Grande historiador brasileiro, Octávio Tarquínio de Sousa definia a importância do Marquês de Olinda na transição para a maioridade e a consolidação de Dom Pedro II, assim se expressou: *“Dir-se-ia que o exercício continuado da Presidência da Câmara lhe dera o hábito de espectador, ou melhor, de árbitro, dispondo-o a agir apenas como mediador, que compõe, acomoda e evita os choques e os desencontros”*. Ele se tornou o *“rei constitucional que Feijó (Regente anterior ao Marquês de Olinda) não soube ser, mas soube escolher”*.

O desprendimento do Marechal Cunha Matos, a quem já aludi anteriormente, e do Cônego Januário Barbosa estão demonstrados nas suas atuações como Primeiro-Vice-Presidente e Primeiro-Secretário, nunca ambos pretendendo a presidência. Assim serviram durante a vida inteira ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ajudaram a criar.

O primeiro Presidente da Instituição foi o Visconde de São Leopoldo, que firmou, como Ministro de Estado, com Dom Pedro I, em 11 de agosto de 1827, a fundação das duas primeiras Faculdades de Direito do Brasil, uma em Olinda, posteriormente transferida para o Recife, e a outra em São Paulo.

Mais um parêntese, Sr. Presidente, para lembrar que a criação dessas duas Faculdades de Direito foi importante não somente para a formação de juristas, magistrados e advogados, mas também de novas bases culturais para o País e suas instituições. Das duas Faculdades brotaram poetas, pensadores sociais, filósofos, administradores. Essas Faculdades de Direito diplomavam profissionais não somente em ciências jurídicas, mas igualmente em ciências sociais. Pode-se dizer também que delas surgiram economistas.

Muitas outras figuras poderiam ser mencionadas entre os alunos dessas faculdades, como o romancis-

ta Joaquim Norberto de Souza, o Barão de Rio Branco, que concluiu seu curso de Direito no Recife e que exerceu durante muito tempo o cargo de Ministro das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, se não estou equivocado, e ajudou a definir uma nova política externa brasileira, além de haver deixado, fruto do excelente trabalho, o reconhecido legado da demarcação de nossas fronteiras. O Brasil tem as fronteiras totalmente demarcadas com os países vizinhos – dez –, e sem problema com nenhum deles, graças à obra do Barão do Rio Branco.

Muito contribuiu o Barão do Rio Branco para estabelecer os paradigmas da política externa brasileira no início do século XX, com a idéia de que deveríamos olhar para a Bacia do Prata, uma área sensível a nossas relações exteriores, e a preocupação com a crescente economia da América do Norte. Finalmente, ele achava que devíamos buscar desenvolver relações com a Europa, posto que esse continente desempenhava à época papel muito importante na história mundial.

Prosseguindo sobre o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, diria que integraram a instituição o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, os professores e também historiadores Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós. Atualmente, o Presidente da instituição é o renomado mestre nos campos da História e da Geografia, Arno Wehling.

O Imperador Dom Pedro II, culto que era e lia muito, tinha o hábito de prestigiar com sua presença as inúmeras reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era um dos sócios de honra. Consta que Dom Pedro não somente ia às reuniões, mas delas também participava questionando, indagando sobre problemas do momento e levando sua contribuição.

Outros Chefes de Estado estiveram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para visitar ou fazer palestras.

Como integrante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, lá estive, entre outras vezes, no Simpósio ali promovido sobre a Guerra de Canudos.

O Instituto sempre permaneceu fiel às suas finalidades, logo definidas no art. 1º do seu Estatuto: “*coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil, e assim também promover os conhecimentos desses dois ramos científicos; ramificar-se pelas províncias do Império*” – o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, criado em 28 de janeiro de 1862, é o segundo do Brasil –; “*corresponder-se com instituições congêneres dentro e fora do Brasil e publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”.

Em que pese o trabalho que realiza, a instituição ainda depende muito da colaboração de todos e, de modo especial, do Governo Federal para que possa realizar adequadamente as suas atividades e manter o seu acervo, melhorar e a ampliar sua biblioteca, uma das melhores do Brasil.

Pedro Calmon definiu muito bem o Instituto como sendo a “casa da memória nacional”, o que é até hoje.

Em um País jovem como o nosso, de pouco mais de 500 anos de independente, a existência de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é muito importante. Oxalá, possamos incrementar as atividades dessas instituições inclusive auxiliando-as – não somente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas também os institutos estaduais –, para reforçar o culto à preservação de nossa História, o que muito ajudaria a definir o que hoje se chama identidade brasileira.

O historiador Arno Wehling, desde 1996, é Presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Ele interpretou muito bem os pontos fundamentais que levaram à fundação do Instituto, entre outros: a defesa da unidade do País, a descentralização administrativa, o abolicionismo e a democracia representativa. Era um programa patriótico, moderado, contrário tanto ao radicalismo jacobino quanto ao absolutista. Pioneiramente, pretendia aplicar o conhecimento histórico ao aperfeiçoamento da realidade social.

Vale a pena notar o estímulo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto, as empresas e o Estado já naquele tempo se uniam na formação da identidade nacional de nosso País. Essa construção prossegue até hoje. O IHGB continua desempenhando sua missão. O Brasil tem muitos motivos, portanto, para comemorar seus 170 anos de existência a caminho do segundo centenário de sua fundação.

Todos os grandes historiadores brasileiros foram ou são membros do Instituto.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem sendo um dos principais construtores da brasiliidade naquele sentido que Machado de Assis empregava essa palavra, ou seja, é uma instituição que tem instinto de nacionalidade.

O Brasil, pois, deve orgulhar-se de comemorar os seus 170 anos de profícua existência.

Aproveito a ocasião para estender os cumprimentos, que, penso, são de todo o Senado Federal, pela passagem de tão significativa data e para dizer quanto reputo importante possamos adotar políticas que ajudem essas instituições a cumprir o seu papel.

Nobre Senador Mão Santa, eram essas as palavras que gostaria de pronunciar no momento em que registramos a passagem, anteontem, dos 170 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Marco Maciel, além de ser...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... sem dúvida nenhuma, um dos maiores símbolos da democracia do Brasil e que fortalece este Senado, a República, ele tem este aspecto, Senador Mário Couto: enriquece a nossa cultura. Ele lembra aos brasileiros a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, que é uma das Instituições mais antigas do Brasil. O nosso Senado tem 183 anos, a universidade mais velha fez 200 anos, foi assinada em 1808 por D. João VI, quando aqui veio.

Então, eu queria lembrar, ô Marco Maciel, que, nas memórias de Juscelino, um dos momentos mais emocionantes foi quando ele participou dos 500 anos dos henriquinos da Escola de Sagres, que o Infante Dom Henrique fomentou, criou e desenvolveu o mundo com a navegação. Ele salienta como um dos momentos mais vibrantes: 500 anos de Infante Dom Henrique de Escola de Sagres. Isso faz dar a riqueza.

A Alemanha cultua Heidelberg como a mais antiga casa do saber. Lá estudou até o Einstein. E o mundo tem estas reverências: em duas guerras mundiais que sofreu a Alemanha, que tombou a Alemanha, nenhuma bomba atingiu Heidelberg, em respeito a essa instituição.

E eu quero dizer que, com muita emoção, vi que a minha cidade, Parnaíba do Piauí, tem um Instituto Histórico e Geográfico.

Então, V. Ex^a trouxe o nosso dever de cultivá-la.

Juscelino também relembra o momento de maior emoção que ele teve, quando era recebido em Coimbra, esse patrimônio cultural por onde passaram Antônio Vieira, Padre Andrade, José Bonifácio Andrade e muitos.

Então, V. Ex^a está exigindo que o Brasil rememore as suas entidades históricas e culturais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Mário Couto. Ele está inscrito, representa o Estado do Pará, o PSDB, e é o Líder da Minoria nesta Casa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Antes de subir à tribuna, quero também parabenizar o nobre Senador Marco Maciel.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que Marco Maciel, cada vez que vai à Tribuna, nos dá uma aula, e hoje foi mais uma aula proferida por esse grande mestre, como vice-Presidente da República, Presidente da República, Senador e, com certeza, nosso professor.

Esta Casa está de parabéns por ter um grande Senador como Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E eu lanço, desde já, que o PMDB deve conquistar a Presidência desta Casa. Se abrirmos, é na hierarquia. Seria para o Democratas, a segunda bancada, e V. Ex^a engrandeceria esta Casa e a política do Brasil e faria nascer a esperança da decência neste País.

Está com a palavra V. Ex^a. Apenas peço permissão a V. Ex^a para ler um documento que chega.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 55, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a redação dos arts. 122 e 355 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para determinar a divulgação, nos avulsos da Ordem do Dia, de proposta de emenda à Constituição apresentada ao Senado.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a poderá usar da Tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, a última vez que vim a esta tribuna falei que traria como tema desta tarde, parte principal do meu pronunciamento, o sofrimento dos adolescentes e das crianças do meu Estado do Pará.

Mas, antes, quero abrir um parêntese para parabenizar o nosso Presidente, Senador Garibaldi, pelo pronunciamento que fez ontem no Palácio do Planalto por ocasião da comemoração do aniversário da nossa Constituição.

Contundente, o Presidente, ao lado do Presidente da República, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, de outras autoridades, Ministros, externou o sentimento de preocupação com a democracia deste País, dizendo que esta Casa estava simplesmente amarrada por causa das medidas provisórias. Comprou até com a época da ditadura militar. E eu, ao ver a atitude do Presidente, fiquei sinceramente honrado de ter um Presidente da qualidade do Presidente Garibaldi. O Presidente Garibaldi está de parabéns pela coragem,

pela postura e pelo dever dele cumprido de naquele momento, um momento singular, um momento raro, ter aproveitado para dizer que esta Casa precisa legislar, precisa de liberdade para legislar, precisa da sua autonomia para legislar. Nós não podemos ficar submissos ao Poder Executivo. Ontem, o nosso Presidente externou o sentimento, com toda a coragem que lhe é peculiar, de que esta Casa estava perdendo a sua autonomia. E fez bem quando comparou com a época da ditadura militar. Fez muito bem em ter comparado.

Eu espero que o Presidente Lula seja sensível e que, a partir dessas colocações do Presidente, ele possa diminuir a emissão de medidas provisórias, que só fazem atrapalhar esta Casa. Aquelas medidas que são realmente de emergência, que sejam encaminhadas. Mas crédito extraordinário sendo encaminhado por medidas provisórias é um absurdo, uma estupidez! Isso é dizer que está mandando nesta Casa, é dizer que tem autoridade sobre esta Casa, é dizer que esta Casa está perdendo sua autonomia.

Parabéns, Presidente Garibaldi, pela sua postura. Continue assim, firme. Eu acredito em V. Ex^a. Eu acredito que V. Ex^a, até o fim do vosso mandato, irá mostrar que esta Casa é uma casa independente e que não se submete à vontade, absolutamente, de nenhum chefe de poder.

Mas, meu Pará querido, eu sei que pode haver pessoas paraenses que devem estar dizendo: "Mas o Mário Couto, todas as vezes em que sobe à tribuna, haja a falar na segurança do seu Estado e haja a criticar a segurança do seu Estado".

Entendam-me: a segurança do meu Estado está tão crítica que não posso deixar de falar sobre isso desta tribuna. Por isso, peço aos paraenses que me entendam. Aqueles que queiram fazer críticas em relação à minha postura que o façam. Não tem problema, podem fazer. Mas eu vou – perdoem-me – continuar falando do momento por que passa o meu Estado, do momento por que passam os meus irmãos paraenses, sofredores pelo abandono, pelo desprezo público, por não dar segurança a cada lar, a cada cidadão paraense.

Desculpem-me, podem fazer crítica, mas eu não vou parar de falar, eu não posso parar de falar diante dos dados, diante dos acontecimentos, diante do que está posto no Estado do Pará, tanto no interior como na capital do meu Estado. Hoje vou dar alguns exemplos da condição de penúria em que vivem as crianças do meu Estado, adolescentes do meu Estado.

Vejam como aqui não existe nenhuma crítica destrutiva. Aqui são críticas construtivas que fazemos. É o alerta às autoridades do Estado do Pará. Acordem, pelo amor de Deus! O paraense está inseguro.

Eu não sei como está, Senador Marco Maciel, a cabeça de cada paraense. Tenho eu a impressão de que os paraenses estão meio neuróticos de tanto ver acontecimentos brutais. Passam por algo semelhante àquela fase de quem sai de uma guerra. Quantas pessoas estão assim? Quantos paraenses estão assim?

O Bispo de Soure, Presidente, Dom José Luiz Azcona, exatamente, meu nobre Senador, no dia 15/04/2008, saiu do Marajó, foi à Capital e disse à imprensa: "Não aguento mais! Tenho que externar o meu sentimento para as autoridades paraenses e nacionais". E deu a seguinte declaração nos jornais.

O que ele falou nos jornais, Senador Mão Santa, V. Ex^a ouviu de mim. Eu falei aqui. Alguns meses antes dessa declaração, este Senador veio aqui a esta tribuna e falou exatamente o que o Bispo disse. Os mesmos dados que o Bispo forneceu.

Olhem, foi em 15/04/2008. Fazem seis meses, exatamente seis meses que o Bispo deu essa declaração. E pasme, Senador: nenhuma, absolutamente nada, nenhuma providência foi tomada! E é exatamente isso que eu não aceito, Senador Mão Santa, que eu não posso aceitar. Diante disso, eu não posso calar.

A violência continua, e o Bispo foi ao Estado do Pará, às autoridades do Estado do Pará, dizer: "Socorro! Olhem as crianças do Marajó que estão sendo vendidas a troco de um litro de óleo!" O próprio pai, a própria mãe – acreditem se quiserem – mandam as meninas de onze anos de idade procurar um barco, uma lancha, uma balsa que passa no rio, no Município de Breves, no Município de Melgaço, que vai para Macapá. E lá dizem assim: Eu dou o meu sexo para você! Mata minha fome! Me dá uma lata de óleo, para eu levar para casa!

A própria mãe manda, o próprio pai manda, Presidente. Aí, o Mário Couto tem que ficar calado? Não dá. Olha aqui. O Bispo dizia: "Estado [do Pará] está inoperante". E dizia por quê: "Bispo acusa os poderes públicos de se omitirem no combate a crimes".

Um Estado em situação de inoperância [dizia o Bispo], omissa diante da exploração sexual infantil e com forte presença do narcotráfico. O quadro descrito ontem pelo bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona, em entrevista em Belém, estende-se a todo o Pará, a condição crítica observada no arquipélago [do Marajó].

O bispo, de 68 anos, que no próximo dia 4 de maio vai completar 21 anos à frente daquela prelazia, é autor da tese de doutorado "O Povo Marajoara na Ótica da Igreja Católica", publicada no Brasil e na Itália. Estudioso e profundo conhecedor da vida na região, é um dos maiores defensores do povo do Marajó.

É verdade. Esse bispo tem um amor tão grande pela Ilha do Marajó que, todo dia, todo dia, ele está à frente das comunidades, trabalhando, preocupado com a pobreza, preocupado com o desleixo dos Executivos. É um padre digno de dizermos: nós nos orgulhamos de ter no Marajó um bispo como José Luiz.

Em tom de indignação, Dom Azcona, que está ameaçado de morte, fez pesadas críticas às diversas esferas do Poder Público, a quem considerou omissas com a região, apesar das freqüentes denúncias encaminhadas por entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Criticou o sucateamento dos conselhos tutelares e destacou que os casos mais graves têm acontecido em Portel e afirmou que Breves “é um antro de perversão” e de “difícil convivência, por causa de crimes e falta de respeito com a mulher e o menor”.

Nesses locais, diz o bispo, crianças de 12 anos se prostituem em troca de comida ou de alguns trocados, muitas delas estimuladas pelos próprios pais.

Vou repetir: muitas delas estimuladas pelos próprios pais, Nação brasileira! O pai da menina, a mãe da menina manda que se prostitua para não passar fome!

Nesses locais, diz o bispo, crianças de 12 anos [estou repetindo] se prostituem em troca de comida ou de alguns trocados, muitas delas estimuladas pelos próprios pais. “Tenho que comunicar que não é uma problemática exclusiva da região do Marajó. Lá, está agravado”, afirmou. “Todo o Estado está tomado por essa execração que é a exploração sexual de menores”.

Vou dar alguns exemplos aqui à Nação brasileira. Vou mostrar ao meu Estado do Pará alguns exemplos. Não consegui catalogar todos, mas vou mostrar alguns exemplos, meu querido Pará, para mostrar a todo o povo paraense como está o Estado do Pará. E, quando eu digo aqui, Senador, que o Estado do Pará é um dos mais violentos, é o mais violento do Brasil, as pessoas, os próprios Senadores amigos dizem que eu estou exagerando. Não é absolutamente exagero nenhum.

A adolescente Bruna Leite, de 15 anos de idade, foi encontrada morta. Isso ocorreu agora; não foi há oito anos, há seis anos, há dois anos, há um ano; isso ocorreu há pouco tempo, há oito meses. A adolescente, de 15 anos de idade, foi encontrada morta, Sr. Presidente, estrangulada, amarrada, colocada pelo

assassino dentro de um saco de farinha. Farinha é aquele produto que o paraense gosta muito de comer. O produto fica em sacos de 60 quilos. O assassino colocou essa menina, depois de estrangulá-la, num saco de farinha vazio, que jogou no lixo do supermercado. Jogou no lixo do supermercado!

Taynifim Carolina, de cinco anos. Olhem este caso. Cinco anos de idade, Brasil! Se esses casos todos fossem no Rio de Janeiro, em São Paulo, com certeza a Nação toda teria tomado conhecimento, toda a Nação teria tomado conhecimento. Mas, como é em Belém do Pará, no norte do Brasil, poucas pessoas sabem. Cinco anos de idade. Surda e muda. Essa menina, de cinco anos de idade, surda e muda, da cidade de Goianésia, foi violentada, morta e, depois de dois dias, jogada no quintal de uma casa. Cinco anos de idade! Olhem a situação em que se encontra o meu Estado.

Jéssica Progênio, de oito anos, foi violentada sexualmente até a morte. Violentaram a menina até a morte. Oito anos de idade! Se fosse em São Paulo ou no Rio de Janeiro, o Brasil inteiro saberia, as televisões não parariam de falar. Mas, no meu Estado, é assim. No caso dessa de quatro anos, de Goianésia, queimaram a casa do Prefeito, a Prefeitura, a Delegacia, o Fórum, como se o Juizado tivesse problema e fosse o culpado, como se o Prefeito fosse o culpado. Depois, pára tudo, silencia-se, e não acontece nada.

Há mais: Jaqueline Barros da Silva, de dez anos, foi violentada e morta brutalmente, violentada até a morte. Dez anos de idade!

Menina de 15 anos, aquela que foi notícia nacional em Abaetetuba, foi colocada numa cela, violentada, queimada e usada pelos bandidos que estavam dentro da sala.

Menina de 12 anos, na minha terra natal, em Soure, foi estuprada por um médico, esse médico safado, bandido. Não é o primeiro caso de violência com menores que ele comete, Presidente. Não é o primeiro caso! O nome dele é Sinval. E vou dar o nome para ele ficar conhecido nacionalmente, para terem cuidado, para o povo do Marajó, o povo do Pará e o povo do Brasil terem cuidado com essa fera safada. Na minha terra, a revolta é geral contra esse médico. É a segunda vez que ele faz isso. O safado, porque tem dinheiro, usa das meninas pobres. Senador Heráclito, esse médico pegou a amante dele, fez a amante buscar essa menina e foi violentar a menina junto com a amante. Passa quinze, vinte dias, um mês preso. O safado tem dinheiro, sai e vai violentar outra. E nada, nenhuma providência se toma!

Só no mês passado, Sr. Presidente, só no mês passado – continuo falando da brutalidade com as crianças no meu Estado –, só no mês passado, três

crianças foram atingidas à bala. Três crianças foram atingidas, só no mês passado, só no mês passado, só no mês de setembro! Isso não acontece no Brasil em Estado nenhum. Isso não acontece em nenhum Estado do País. Só lá no Pará! Só lá no Pará!

Igor, de quatro anos de idade, baleado. Quatro anos de idade! Assustador o que vou falar agora. É assustador! De janeiro a outubro, Sr. Presidente, oito crianças com menos de doze anos foram baleadas na Capital. Não é no Pará; é em Belém, na capital do Estado do Pará. De janeiro a outubro, Brasil, oito crianças foram baleadas na capital do Estado do Pará. Crianças, ressalte-se, crianças com menos de doze anos de idade, Brasil.

Aí, meu Pará, eu não posso ficar calado! Aí, não posso ficar calado. E quais são as condições da polícia do Estado do Pará? Quais as condições? Estou falando aqui, e tem gente que diz: "Ah, a culpada é a Polícia Militar, a culpada é a Polícia Civil". Não é, não é. Qual é a condição hoje da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Pará? Qual é a condição? Olha, eu recebi e vou falar da condição da polícia não só do meu Estado, mas do Brasil. E vou falar por que as autoridades não investem em segurança pública. Eu vou dizer aqui no meu pensamento. Doa a quem doer, mas vou dizer aqui por que as autoridades deste País e do meu Estado do Pará não investem em segurança pública, estando assim esse caos.

Estou falando só de crianças e de adolescentes. A maioria delas – vocês ouviram na Rádio e na TV Senado – tem menos de 12 anos de idade. Pasmem, senhoras e senhores! Crianças com menos de 12 anos de idade! Se formos falar de adultos, recebi um e-mail de uma moradora de Piçarra, que pede para que eu o leia, e vou fazê-lo.

Excelentíssimo Sr. Senador da República Federativa do Brasil,

Ser brasileiro nos enche de orgulho e de vergonha ao mesmo tempo, bem como o fato de sermos paraenses, no quesito Segurança Pública.

O pouco tempo que me resta da tarde me coloco diante da TV Senado para ouvir suas propostas e projetos. Desde a semana passada, ouvi V. Ex^a e o Senador Casagrande, falando da violência do "Nosso Querido Pará", quando o País está desolado com o caso da menina Eloá. Por meio deste, venho solicitar de V. Ex^a que mencione mais, quando assim fizer uso dessa tribuna, e peço isso em nome de todos os professores do País, pois, no último dia 12 de outubro, entre as 15 e 16 horas, foi assassinada uma professora no município

de Piçarra, sudeste do Pará, professora Eri-leide, que para os seus familiares chegou a dizer que esses quase dois anos era o tempo mais feliz de sua vida, vida esta que foi retirada aos 36 anos por um tiro à queima-roupa. Estamos de luto, assim como a cidade de Conceição do Araguaia, sua terra natal. Pedimos a todos vocês que lutem por nós para que casos como este e de Eloá ou do menino João Hélio não fiquem impunes, pois só nos resta apelar para os "Senhores Senadores". E nós piçarrenses temos muito apreço por V. Ex^a. Dê por nós mais este grito de SOCOR-ROOOOOOOOOOOOOOO! Pois, como o senhor gosta de dizer, há tempo o nosso Querido Pará está com o grito de "SOS". Desculpe por usar o codinome WWF_PA, mas, enfim, estamos no Pará, lindo, mas é o Pará...

Obrigado pela vossa atenção e continue lutando pelo nosso Pará.

Se nós formos falar, Presidente, de pessoas adultas que morrem na cidade de Belém, de janeiro a outubro, já passam de 500 pessoas mortas a bala.

É ou não é uma guerra, Presidente? É ou não é para se falar, Presidente? É ou não é assustador, Presidente? É ou não é o Estado mais violento deste País, Presidente?

Como é que eu posso me calar, Presidente? Como é que eu posso ficar calado, Presidente, se vim para cá para defender meu Estado, Presidente?

Eu não vou me calar enquanto providências não forem tomadas, Presidente.

É triste a situação do meu Estado. Os negros, as mulheres, as crianças estão sofrendo demais. O povo em geral está sofrendo demais.

Presidente, é muito triste a violência contra idosos, a violência contra jovens, a violência contra as mulheres, a violência contra os negros, a violência estampada nas ruas, assaltos a bancos. Esse agora que inventaram, o novo, que agora é novo, o tal de seqüestro-relâmpago, está minado em Belém do Pará, tomou conta do nosso Estado. A barbárie é tão grande, Presidente – e mostrei aqui – que os Correios não conseguem mais levar o telegrama e as cartas. É a neurose de ser assaltado, é o medo, é a neurose que está tomando conta da cabeça dos paraenses. O carteiro está assustado. Ele escreveu no rodapé do meu telegrama: "Risco de assalto. Eu não vou, eu vou ser assaltado".

Aí o bispo vem lá do Marajó, denuncia tudo, e nada se faz, Presidente, nada, absolutamente nada!!! Onde estão as autoridades, Presidente?

Isso é falta de políticas públicas. Por que não se investe na segurança, Presidente? Por que não se investe na segurança neste País, Presidente? Por que os executivos não gostam de investir na segurança? Quanto o País investiu em segurança? Quanto o Pará recebeu do Governo Federal para investir em segurança? Quanto a Governadora do Pará investiu em segurança? Eu já mostrei aqui: é quase nada!

Por que não gostam de investir em segurança, Presidente? Sabe por quê, Presidente? Porque essa obra "segurança" não tem placa, Presidente! Porque essa obra "segurança", Presidente, não tem palanque, Presidente! Porque essa obra "segurança", Presidente, não tem efeito político como a inauguração de uma estrada ou de um hospital. Eu não estou dizendo que não é para fazer isso, mas essa é a pura verdade de nosso País e do meu Estado.

Investir em segurança? Segurança não dá voto! "Segurança, eu não apareço! Que se lixem os mais pobres! Eu quero é fazer alguma coisa que dê voto, que eu apareça, que eu esteja no palanque falando, que tenha placa, que, lá na placa, esteja meu nome, cravado para o resto da vida. Se eu gastar o dinheiro em segurança, nada disso vai acontecer! Deixem os pobres morrerem! Deixem os ladrões tomarem conta! Deixem as crianças serem barbarizadas! Deixem!"

Temos que dar um basta. Nós temos que dar um basta! Essa bandeira dos aposentados e essa bandeira da segurança devem ser levantadas por todos nós, por todos nós! A população brasileira tem que ter mais segurança. A querida população de meu Estado tem que ter mais segurança.

Olhem a barbaridade das crianças. Será que o bispo do Marajó vai resolver isso? Será que vai? Nem ligaram para o bispo.

Somos nós que temos que resolver, somos nós que temos que gritar, somos nós que temos que bater, somos nós que temos que procurar as autoridades, somos nós que temos que criticar mesmo, doa a quem doer, as autoridades. Lixem-se! Lixem-se aqueles que ficarem aborrecidos comigo. Lixem-se. Eu não quero nem saber. Eu vou bater, eu vou gritar. Vou alertar a Nação, vou alertar o meu povo, vou alertar o meu Estado. O meu Estado não agüenta mais tanta barbaridade. E, a cada dia, é pior.

Presidente, eu peço desculpa pelo tempo que tomei, mas este assunto me toca no coração, é um assunto que me dói, porque vejo o meu Marajó sendo sangrado. Um médico, Presidente, um médico safado já estuprou, Presidente, duas crianças de doze anos. O safado vai preso, e soltam. As crianças estão nas mãos de bandidos no meu Estado. Os bandidos to-

maram conta, Presidente. Os bandidos ganharam a guerra, Presidente Mão Santa. É triste.

Eu ia num avião daqui para Belém. Uma mulher sentou-se ao meu lado e perguntou: "O senhor é o Senador Mário Couto"? Eu falei: "Sou". "O senhor vai a Belém"? "Vou". "Ah, eu estou com muito medo, Senador, de ser assaltada". Olhem onde chegou.

O Turismo do meu Pará vai acabar. Vão acabar com meu Estado. Temos que alertar o povo, temos que chamar a população. O Pará está nessa situação, uma situação condenável, uma situação reversível, ingovernável, como diz o bispo.

Eu virei aqui, virei aqui muitas vezes. Pode ter certeza, Dom Luiz Azcona: eu virei aqui muitas vezes cobrar, virei aqui muitas vezes cobrar. Se providência nenhuma, meu querido Bispo do Marajó, for tomada, vamos imediatamente, se as autoridades que têm o dever de fazer isso não tomarem a frente, nós vamos tomar a frente. Nós vamos ao Ministro da Defesa, vamos ao Presidente da República. Tenho certeza de que o Presidente da República, como amigo da Governadora, não vai negar, não vai negar, mas nós temos que amenizar a situação do Estado do Pará, nós temos que dar um freio, nós temos que dar um basta. Se nós não fizermos isso, Presidente, só Deus sabe, só Nossa Senhora de Nazaré nos salva, só a nossa padroeira. E temos que fazer a nossa parte para que ela possa nos ajudar.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após contundente pronunciamento do Senador do Pará, Mário Couto, trago aqui uma reflexão. Acho que o povo brasileiro não gosta muito de ler. E eu estava fazendo uma reflexão da leitura que fiz de Dante Alighieri, *Inferno*. Para quem não leu Dante Alighieri, basta ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

Foi por isso que, no Senado de Roma, Cícero disse: **Pares cum paribus facillime congregantur** – violência atrai violência.

Foi lá também que surgiu um homem bom, Francisco, que andava com uma bandeira: Paz e Bem.

Mas o mais constrangedor foi, na qualidade de médico... Com muita euforia e orgulho, li aqui: **JK – Triunfo e Exílio**. Um médico. Mas esse médico que V. Ex^a trouxe traduz... Como o próprio Cristo teve nos companheiros dele um que o vendeu e o traiu. Mas um quadro vale por dez mil palavras.

Ali está outro médico. Para limpar aquela imagem do médico paraense estuprando crianças, vem à nossa tribuna um médico que traduz a imagem do médico. Dia 18 foi o nosso dia – hoje mesmo, eu recebi um convite da Associação Paulista de Medicina para ir a uma festa no fim de semana –, e esse Senador traduz

aquele médico, aquele que está na Bíblia, que é abençoado, o São Lucas: muito jovem, médico e mestre, professor, Vice-Presidente desta Casa, que ocupou a Presidência num momento difícil e teve as bênçãos de Deus. Então, aqui, que fique essa imagem.

Ficamos constrangidos pelo médico que V. Ex^a, Senador Mário Couto, apresentou, que não traduz aquele sonho nosso, que está na Bíblia, de entregarmos toda a nossa juventude em busca de ciência, para com ciência e consciência servirmos à humanidade.

Está na tribuna o Senador do PT do Acre, Estado que tem outro extraordinário médico para o Brasil e o mundo: Jatene.

Digo a V. Ex^a, que é do Pará: aceito a recriminação, ao trazer à tona o nosso médico pecador. Mas também peço a V. Ex^a que homenageie um médico do Pará, que é orgulho no País e no mundo, o Professor Azulay, já velhinho, com os seus filhos, que tem uma das maiores escolas de Dermatologia. Então, para reparar, para a nossa classe se sentir onde merece, o Pará tem que prestar homenagem ao grande mestre paraense Azulay.

Com a palavra o Senador e médico Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, eu louvo primeiro a justa sensibilidade, como V. Ex^a, às palavras fortes do Senador Mário Couto sobre esse crime reiterado, praticado por um cidadão que infelizmente ainda detém a condição de médico, o diploma de médico amparando suas atividades. Acho que isso nos impõe uma reflexão, Senador Mário Couto, sobre a necessária atualização do Código Penal Brasileiro. Há uma dúvida do Poder Legislativo em atualizar o Código Penal, e talvez manifestações como essa nos permitam chamar o Parlamento à responsabilidade de uma atualização plena.

É claro que temos que ver essa matéria com todo o cuidado, porque ela envolve o sentimento de justiça exemplar. Nós temos situações as mais delicadas nesse itens. Há poucos dias, eu discutia no Ministério Público Federal sobre saúde mental e alguns itens sobre a condição do inimputável, a condição do criminoso vítima dos transtornos mentais. O Estado brasileiro não se apresenta devidamente nesses casos. Os casos de pedofilia ainda não têm uma definição clara de condução, tanto do Código Penal como médico-psiquiátrico, dentro dos presídios, e nós vivemos esse impasse. Somente uma atualização do Código Penal vai nos permitir dar respostas justas, como V. Ex^a cobra do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas atuais circunstâncias históricas, que

conferem extrema singularidade ao tempo presente, creio ser incompreensível o desconhecimento acerca da importância das relações internacionais. A interdependência, sobretudo em relação à economia, é certamente a característica mais evidente do mundo contemporâneo. A crise financeira de agora, independentemente da origem, dos fatores que a determinaram ou da dimensão que possa vir a conhecer, apenas reitera a impossibilidade de se viver apartado de uma ordem internacional cada vez mais globalizada.

A partir dessa perspectiva, gostaria de tecer alguns breves comentários relativos à política externa brasileira formulada e implantada pelo Governo do Presidente Lula. Lembro, de início, que nosso País logrou construir uma tradição diplomática digna de respeito, em especial quando recordamos nossa condição periférica, que pouco mais de três séculos de colonização se encarregaram de delimitar. Não obstante, a construção do Estado nacional, de cujo bicentenário nos aproximamos, fez-se acompanhar por tentativas de afirmação no campo internacional, com a inevitável alternância de conquistas e retrocessos.

Logo nos primeiros anos da República, sob a extraordinária liderança do Barão do Rio Branco, o Brasil plantou a semente de uma ação diplomática coerente e assentada em princípios universalmente identificados com a paz e a concórdia entre os povos. A rigor, são os mesmos princípios inscritos na Constituição de 1988, os quais enfatizam o compromisso do País com o pacifismo, a soberania, a autodeterminação dos povos, a cooperação e a repulsa veemente à guerra de conquista.

No passado recente, é possível identificar situações das quais podemos nos orgulhar, ao lado de outras nada louváveis. Assim, é justo deplorar o comportamento diplomático adotado pelo País nas décadas em que a polarização ideológica da Guerra Fria mais se acentuou, a exemplo do atrelamento quase que incondicional às posições adotadas pela potência hegemônica continental – os Estados Unidos da América – ou do apoio irrestrito ao anacrônico colonialismo do Portugal salazarista na África. Mas, também por dever de justiça, há que se realçar o lançamento da Política Externa Independente, no tenso contexto dos primeiros anos da década de 1960, envolvendo os Governos de Jânio Quadros e João Goulart, oportunidade em que o Brasil busca expandir seu campo de atuação internacional, não se sujeitando ao jogo de interesses imposto pelas duas superpotências da época.

Julgo, Sr. Presidente, encontrar-se aí o eixo explicativo da ação internacional do Governo Lula. Com efeito, sob a lúcida condução do Chanceler Celso Amorim, em perfeita sintonia com o Secretário-Geral do Itamaraty,

Samuel Pinheiro Guimarães, os caminhos hoje trilhados pelo País em seus esforços de inserção mundial recuperam da Política Externa Independente a vocação para o estabelecimento de “um ponto de vista internacional do Brasil”, conforme precisa definição do grande San Thiago Dantas. Em outras palavras, uma política externa pensada a partir do Brasil, levando na devida conta os mais elevados interesses nacionais, sem arrogância, mas também sem qualquer rasgo de subalternidade.

Vou além: penso que o Itamaraty de nossos dias se distancia dos procedimentos adotados, em certa medida, nos anos 1990, quando o histórico universalismo de nossa política externa parece ter cedido lugar a uma ingênua tentativa de colocar-se ao abrigo dos grandes centros de poder mundial, quase que à maneira de “relações carnais”, como preconizava um líder sul-americano do mesmo período. Para tanto, a atual diplomacia brasileira parece também se inspirar na ação empreendida dos anos 1970, corretamente identificada como “pragmatismo responsável”.

Observadas as diferenças de contextos históricos obviamente distintos, o Governo Lula extrai da Política Externa Independente e do pragmatismo responsável o que de melhor elas podem oferecer ao País neste alvorecer do século XXI, adaptando esse legado às condições e às circunstâncias do tempo presente. Filosoficamente, a política externa que o Brasil hoje implementa busca demonstrar à comunidade internacional que o País tem o que dizer, sabe fazê-lo e quer ser ouvido.

Isso não é pouco!

São inúmeros os exemplos de situação nos quais a presença brasileira no cenário mundial deixa de ser meramente acessória, destituída de valor ou de importância. Posso citar, entre outros, o esforço despendido pelo País no encaminhamento da Rodada de Doha; os movimentos realizados na direção da conquista de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, consoante as propostas de reorganização da própria instituição; a presença militar no Haiti, em que o gesto louvável de solidariedade humana se junta ao desejo de mostrar independência e capacidade operacional.

Quero, enfim, enfatizar – e elogiar – o que me parece ser o traço inconfundível da política externa do atual Governo. Reporto-me ao aprofundamento dos laços que nos unem aos vizinhos sul-americanos e à retomada de nossa política africana. Nos dois casos, aliás, ao lado dos que compreendem e apóiam o caráter estratégico de nossa busca de alianças no Hemisfério Sul, assistimos a uma saraivada de críticas, quase sempre desprovidas da necessária densidade e marcadas por uma passionalidade ideológica que se imaginava não mais existir.

Tanto em relação à América Latina quanto no que concerne à África, bem como na proposta de constituição do G-20, vê-se o Brasil ensaiando coalizões internacionais que atendem aos interesses nacionais e expressam uma visão arguta e profunda da ordem global contemporânea. No caso do relançamento de nossa política africana, evidenciam-se alguns aspectos essenciais. Valorizar a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP, não significa tão-somente respeitosa reverência ao nosso passado comum, mas ter a exata compreensão do papel do idioma no intrincado jogo de xadrez internacional. Por conseguinte, defender a presença da língua portuguesa no cenário mundial é decisão estratégica que atrai apoios e confere ao Brasil posição de destaque no universo lusófono.

Ademais, e isso parece ter escapado aos críticos mais apressados, a África é a última fronteira do capitalismo global. Desconhecer essa realidade é perder oportunidades que jamais serão recuperadas. Não por outra razão, europeus, norte-americanos, indianos e chineses, particularmente os chineses, avançam sobre o território africano em busca de negócios cada vez mais lucrativos. Para ficar apenas num exemplo que envolve a lusofonia, chamo atenção para o estreitamento das relações entre China e Moçambique.

Nada, absolutamente nada poderia justificar a omissão brasileira na África.

Por fim, destaco a política latino-americanaposta em marcha pelo Governo Lula. Com ela, mais um decisivo passo é dado no sentido de recuperar o universalismo que tradicionalmente, com raras exceções, caracteriza a situação diplomática do Brasil. Mais: ao aprofundar sua ligação com os vizinhos, consciente dos riscos advindos de uma operação complexa e delicada, o Brasil demonstra quão essencial é a vertente regional para a realização de interesses e valores.

Malgrado eventuais variações de humor de alguns dirigentes da região, quando não faltaram, inclusive, gestos razoavelmente teatrais, em momento algum, o Brasil deixou escapar-lhe a prudência e, sobretudo, a serenidade. Mais: está demonstrando a necessária e bem-vinda sensibilidade para entender os esforços de muitos dos seus vizinhos para a superação do atraso, da miséria e da iníqua desigualdade que os acompanham ao longo dos séculos. No campo da integração, procura aprofundar os mecanismos que assegurem vitalidade ao Mercosul, apóia cautelosamente a criação do Banco do Sul e investe na Unasul, cujo primeiro e positivo teste deu-se por ocasião dos recentes episódios na Bolívia.

Ao encerrar, Sr. Presidente, permito-me afirmar que, a despeito da decisão de aproximar-se da América Latina e da África, a política externa brasileira do

Governo Lula jamais deixou-se aprisionar por preconceitos e levar-se por absurdos sentimentos anti-americanos. Ao contrário, o volume de comércio do Brasil com os Estados Unidos ampliou-se consideravelmente e estreitaram-se os contatos entre seus altos escalões administrativos, até mesmo envolvendo os respectivos Presidentes. A propósito, destaco a convergência de pontos de vista de ambos os Governos, no que concerne à produção de novas fontes de energia consideradas menos agressivas ao meio-ambiente.

Sem arrogância e sem subserviência, o Governo Lula – inclusive por meio da intervenção direta do Presidente da República, que leva a mensagem do País aos quatro cantos do planeta – escreve uma de suas mais memoráveis páginas de nossa diplomacia. Fazendo uso da reconhecida capacidade intelectual e profissional de nossos diplomatas, cujo centro de formação – o Instituto Rio Branco – é referência internacional, o Brasil vai alargando seus passos de atuação num cenário mundial por demais complexo, difícil e de extrema competitividade.

Também em relação à política externa, nós, os brasileiros, podemos nos orgulhar do que o País está conseguindo edificar!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Muito agradecido a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento V. Ex^a pela felicidade do pronunciamento.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER N° 1.070, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 491, de 2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que altera o § 1º do art. 225 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer hipótese de ação pública.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado n° 491, de 2003, de iniciativa da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que altera o § 1º do art. 225 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer hipótese de ação pública.

O projeto propõe que o processo judicial para julgar os crimes contra a liberdade sexual, de sedução, corrupção de menores e de rapto proceda-se mediante ação penal pública para os casos em que a vítima for menor de dezoito anos e o crime for cometido mediante fraude, grave ameaça, ou mediante violência real ou presumida.

Esta Comissão, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal, é regimentalmente competente para apreciar a matéria, que trata de direito penal.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, nos termos dos arts. 22, I e 48, **caput**, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

O projeto não apresenta óbices de regimentalidade, de constitucionalidade ou de juridicidade.

A regra geral, em nosso Código Penal (CP), é de que o processo judicial para os crimes contra a liberdade sexual, de sedução, corrupção de menores e de rapto seja iniciado por ação penal privada, de iniciativa da própria vítima ou de seu representante legal, dado que o legislador valorizou duas circunstâncias peculiares: a) que o mal do processo muitas vezes poderia ser pior para a vítima do que o do crime; b) que a ação pública sem o concurso do ofendido, na elaboração da prova, seria ineficaz.

Todavia, o CP prevê exceções a essa regra: 1) quando a vítima ou seus pais não puderem pagar as despesas do processo sem afetar sua subsistência (art. 225, § 1º, I); 2) quando o crime for praticado com abuso da qualidade de pai, padrasto, tutor ou curador (art. 225, § 1º, II); 3) quando resultar em lesão corporal grave ou morte (art. 101 c.c art. 223).

O PLS n° 491, de 2003, propõe a adição de mais uma exceção: quando a vítima for menor de dezoito anos e o crime for cometido mediante fraude, grave ameaça, ou mediante violência real ou presumida.

Dado que nosso sistema penal já pressupõe de forma absoluta a insuficiência de entendimento e de determinação de acordo com esse entendimento de qualquer menor de dezoito anos de idade, em relação à prática de crimes, não há, tecnicamente, salvo melhor juízo, óbices para se estender a funcionalidade dessa pressuposição legal a outros dispositivos penais, a outras situações e, principalmente, ao outro pôlo do ato, a vítima.

Assim, o presente PLS, em nome do interesse público, objetiva impedir a impunidade do agente cri-

minoso diante da falta de entendimento da vítima do ato sofrido e da dificuldade de determinar-se diante desse entendimento, seja por medo, por vergonha, ou por efeito de qualquer outro tipo de comoção, fatores que freqüentemente levam a vítima a não ajuizar a ação penal. O PLS ainda estabelece como condição adicional que o crime seja cometido mediante fraude, grave ameaça ou violência (real ou presumida), cir-

cunstâncias que, de fato, acentuam o efeito dos fatores psíquicos supramencionados.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 491, de 2003.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 491 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:	<i>Antônio Carlos Valadares</i>
RELATOR:	<i>Demóstenes Torres</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (Relator)	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSAT	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS N° 401, DE 2003

TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PR, PSB, PCdoB, PRB e PPS)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PPS)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO						1 - INACIO ARRUDA					
MARINA SILVA	X					2 - FRANCISCO DORNELLES	X				
EDUARDO SUPlicY	X					3 - CÉSAR BORGES					
ALOIZIO MERCADANTE						4 - EXPEDITO JÚNIOR	X				
DELI SALVATTI						5 - MAGNO MALTA					
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					6 - JOSE NERY (PSOL)					
TITULARES	PMDB (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PMDB (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS						1 - ROSEANA SARNEY					
PEDRO SIMON						2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					
ROMERO JUCA						3 - LEOMAR QUINTANILHA					
ALMEIDA LIMA						4 - VALDIR RAUPP					
VALTER PEREIRA	X					5 - JOSÉ MARANHÃO					
GILVAM BORGES						6 - NEUTO DE CONTO					
TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA						1 - ELISEU RESENDE					
MARCO MACIEL (Av. Cândido)	X					2 - JAYME CAMPOS					
DEMÓSTENES TORRES (Ribeirão)	X					3 - JOSÉ AGripino					
MARCO ANTÔNIO COSTA	X					4 - ALVARO DIAS					
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X					5 - VIRGINIO DE CARVALHO	X				
ARTHUR VÍRGILIO						6 - FLEXA RIBEIRO	X				
EDUARDO AZEREDO	X					7 - JOÃO TENÓRIO					
LÚCIA VÂNIA						8 - MARCONI PERILLO					
TASSO JEREISSATI	X					9 - MÁRIO COUTO					
TITULAR PTB		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
EPITACIO CAFETEIRA						1 - MOZARILDO CAVALCANTI					
TITULAR PDR		SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDR	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
OSMAR DIAS						1 - CRISTOVAM Buarque					

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —
 SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / JO / 2008

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCN\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 26/08/2008)

Presidente
 Senador MARCO MACIEL

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
 Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

DECRETO-LEI N° 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

Formas qualificadas

Art. 223. Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave: Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

Pena – reclusão, de oito a doze anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

Parágrafo único. Se do fato resulta a morte:

Pena – reclusão, de doze a vinte e cinco anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

PARECER N° 1.071, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital.

Relator **ad hoc**: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, de autoria do ilustre Senador Geraldo Mesquita Júnior, que tem por objetivo alterar os incisos III e IV do art. 232 do Código de Processo Civil (CPC), substanciado na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, dando-lhes a seguinte redação:

Art. 232.

III – a publicação do edital no prazo máximo de dez dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver, e divulgação na página oficial da rede mundial de computadores do Tribunal respectivo, pelo prazo a que se refere o inciso IV deste artigo, bem como a divulgação pelo rádio, sempre que na comarca houver emissora de radiodifusão;

IV – a determinação do prazo, pelo juiz, que variará entre dez e trinta dias, a contar da data da primeira publicação, findo o qual começará a correr o prazo para a resposta do réu;
..... (NR)

Consoante a justificação do Projeto, os incisos III e IV do art. 232 do CPC devem ser alterados, primeiro, para reduzir os prazos editalícios e, segundo, a citação por edital permite a resolução da lide, por induzir a presunção de ciência do réu sobre a proposta de ação.

II – Análise

O Projeto apresenta-se consentâneo com os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista competir à União, privativamente, legislar sobre direito processual civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF). A matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de que trata o art. 48 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o Projeto atende a todos os requisitos: apresenta-se sob a forma de lei ordinária, contempla matéria que inovará o ordenamento jurídico, é dotado do atributo de generalidade; afigura-se potencialmente coercitivo; e está compatível com os princípios gerais de direito.

No mérito, constata-se que os requisitos para a publicação de editais revelam-se equivocados quanto aos prazos dilatados e, também, quanto à forma. Esses dois fatores, conjugados ou não, afetam o princípio constitucional que assegura o acesso à justiça e dificultam a obtenção, pelo autor, da prestação jurisdicional que em tempo razoável lhe é devida pelo Estado.

A proposição tem o condão de adequar o interesse do réu à garantia do contraditório e, a um só tempo, propiciar ao autor célere resposta do Poder Judiciário à pretensão deduzida, porque o prazo máximo para a publicação do edital será de 10 dias. Será de 30 dias

o lapso temporal máximo a partir do qual começa a correr o prazo para a resposta do réu.

De par com a redução dos prazos relativos aos editais de citação e intimação, o Projeto também opera no sentido de que o edital seja divulgado pela internet, na página oficial do Tribunal respectivo.

Por fim, e nada obstante revestir-se a proposição dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e mérito, dissentimos do acréscimo, no inciso III, da expressão “bem como a divulgação pelo rádio, sempre que na comarca houver emissora de radiodifusão”, partícula que se mostra expletiva porque é previsão já contemplada no § 2º do art. 231, do mesmo Código.

Pela mesma razão, impõe-se a supressão do art. 2º da proposição, com o objetivo revogar o § 2º do art. 231 do CPC, que atende à mesma hipótese.

III – Voto

Com base nas presentes considerações, o voto é pela aprovação do PLS nº 207, de 2005, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 1 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 232, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), nos termos propostos no PLS nº 207, de 2005, após suprimida a expressão “bem como a divulgação pelo rádio, sempre que na comarca houver emissora de radiodifusão”:

Art. 232.

III – a publicação do edital no prazo máximo de dez dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver, e divulgação na página oficial da rede mundial de computadores do Tribunal respectivo, pelo prazo a que se refere o inciso IV deste artigo.

EMENDA N° 2 – CCJ

Suprime-se o art. 2º do PLS nº 207, de 2005, que altera o art. 232 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 207 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15 / 10 / 2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<u>Luiz Antônio</u>
RELATOR AD HOC	<u>Eduardo Azeredo</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSE AGRIPIINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁵	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO (Relator "ad Hoc")	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: P/5 N° 207 DE 2005

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — A
SALA DAS REUNIÕES. EM 15 / 10 / 2008

Presidente MARCO MACIEL
Senador MARCO MACIEL

Présidence

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO
U:\CCN\2007\Reunião IV oração nominal.doc (atualizado em 26/08/2008)

REVISTA MENSAL DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS N° 207, DE 2005

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —
SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / JO / 2008
Senador MARCO MACHEL

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 10 / 2008

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF).
U:\\CCJ\\2007\\Reunião\\Votação nominal.doc (ultimo dia em 26/08/2008)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 207,
DE 2005, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA QUE:**

**Altera dispositivos da Lei n° 5.869, de
11 de janeiro de 1973 – Código de Processo
Civil, relativos à citação por edital.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 232 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo civil):

“Art. 232.
.....

III – a publicação do edital no prazo máximo de dez dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver, e divulgação na página oficial da rede mundial de computadores do Tribunal respectivo, pelo prazo a que se refere o inciso IV deste artigo;

IV – a determinação do prazo, pelo juiz, que variará entre dez e trinta dias, a contar da data da primeira publicação, findo o qual começará a correr o prazo para resposta do réu;

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008 . –

Marco Maciel, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Públíco e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Públíco e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

.....

Art. 231. Far-se-á a citação por edital:

.....

§ 2º No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.

.....

Art. 232. São requisitos da citação por edital: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

.....

III - a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

IV - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, correndo da data da primeira publicação; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

.....

PARECER N° 1.072 E 1.073, DE 2008

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

PARECER N° 1.072, DE 2008

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Jayme Campos**

I – Relatório

De autoria do ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, que tem por objetivo instituir o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de

Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O nobre autor justifica sua proposição afirmando tê-la recebido da Confederação Nacional de Municípios, com o apoio do Movimento Municipalista Brasileiro. Segundo S.Exa, a medida – cujo sentido consiste em disponibilizar para todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta das três esferas da Federação, as informações referentes às empresas que tiveram seu direito de contratar com o Poder Público suspenso ou que foram declaradas inidôneas – já foi adotada com êxito, por meio de lei estadual, no Rio Grande do Sul, contribuindo na prevenção ao desperdício de dinheiro público em contratos mal executados.

O projeto estabelece que toda pessoa física ou jurídica que preste serviço, realize obra ou forneça bem à Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios é considerada fornecedor, estando, portanto, passível de figurar no referido cadastro. Dispõe sobre as práticas que dariam causa à respectiva inclusão; define condições nas quais o contrato será tido como não cumprido; especifica procedimentos e prazos referentes ao prévio direito de defesa e à suspensão do direito de licitar; e obriga os responsáveis pelas licitações a consultar tais registros e afastar os licitantes que nele estejam incluídos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 500, de 2007.

É o relatório.

II – Análise

O grande mérito da proposição sob exame consiste na possibilidade de se evitar que uma empresa que tenha sido suspensa do direito de contratar com a Administração Pública num determinado município ou empresa pública estadual possa apresentar-se em licitações realizadas em outras localidades.

Atualmente, não existe um controle integrado, de âmbito nacional, que especifique quais as empresas que receberam sanções por descumprimento contratual e a abrangência das restrições que lhes foram impostas.

O que se tem feito até hoje é exigir que a empresa licitante inclua em sua proposta declaração de que não pesa contra ela sanção dessa espécie, respondendo penalmente o autor da declaração, no caso de falsidade.

Na prática, portanto, não há qualquer consequência para o empresário que presta tal declaração falsa. Como o Poder Público não costuma proceder a averiguações de rotina, até mesmo por não dispor das informações necessárias, o maior risco é o de que empresas concorrentes formularem denúncias quanto à situação daquela que sofreu a sanção.

Apesar da publicação, no **Diário Oficial**, da aplicação de tais sanções, essa providência não se mostra suficiente para que os diferentes órgãos da Administração se mantenham atualizados, em especial se a sanção houver sido aplicada por um órgão de um município ou Estado distinto daquele em que se realiza a licitação.

Assim, ao se propor a criação desse cadastro unificado, informatizado e acessível pela Internet, o grande passo que se dá é abrir a qualquer órgão a possibilidade de consultar em tempo real o histórico e a situação das empresas que se apresentarem à licitação, reduzindo assim a possibilidade de contratação de uma empresa inidônea.

Para que possamos, contudo, atingir os objetivos colimados pelo PLS nº 500, de 2007, faz-se necessário superarmos dificuldades em alguns aspectos, do ponto de vista formal, sobretudo quanto à constitucionalidade, à técnica legislativa empregada na elaboração de seu texto.

O primeiro destes aspectos se refere à possível argüição da competência, especialmente no tocante aos arts. 7º e 13. Embora caiba à União dispor sobre normas gerais de licitação e contratos públicos, esta não pode disciplinar minuciosamente os procedimentos, requisitos contratuais e demais especificidades

atinentes ao tema, impondo obrigações aos Estados, Distrito Federal e Municípios quando não possua a estrita atribuição para tanto, derivada do texto constitucional.

Outro aspecto a ser superado diz respeito à edição de lei extravagante sobre o tema, o que se demonstra vedado ante o exposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, em seu art. 7º, inciso IV. Posto que a matéria de licitações e contratos se acha amplamente regulada na Lei nº 8.666, de 1993, qualquer alteração só pode ser feita em seu próprio âmbito e não por meio de novo diploma legal. A forma, portanto, tecnicamente adequada é que a mudança se faça na Lei das Licitações.

Por fim, sobressai ainda o empecilho de estar em tramitação o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, que opera uma pequena reforma na Lei de Licitações. O principal objetivo do referido Projeto de Lei é integrar o pregão como uma das modalidades de licitação (na verdade, a prioritária), ampliando, assim, os ganhos de eficiência e prevenção à corrupção já verificada nos últimos anos.

Proposto pelo Presidente da República e aprovado pela Câmara dos Deputados, o PLC nº 32, de 2007, já tramitou no Senado pela CCJ, CCT e, mais recentemente, pela CAE, onde recebeu um substitutivo da lavra do Senador Eduardo Suplicy. Entre as alterações mais significativas realizadas na Lei nº 8.666 pelo PLC nº 32, de 2007, está a criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços, realizada mediante a inclusão do seguinte art. 15-A na Lei de Licitações:

“Art. 15-A. Fica instituído o Cadastro Nacional de Registros de Preços, sob responsabilidade da União, a ser regulamentado mediante decreto do Poder Executivo, que será disponibilizado às unidades administrativas da Administração Pública.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades da Administração Pública que utilizarem o cadastro de que trata o **caput** deverão informar no sítio oficial da Administração Pública Federal os preços registrados em Atas e as contratações formalizadas.”

Então, para não corrermos o risco de inconstitucionalidade ou de vermos declarada a prejudicialidade do PLS nº 500, de 2007, entendemos que texto semelhante ao citado acima poderia ser incorporado à Lei das Licitações, para tornar o atual SICAF disponível a Estados, Distrito Federal e Municípios, facultando-lhes a integração com o sistema federal por meio de convênio, por exemplo.

Isso resolveria todos os problemas apontados, ao mesmo tempo em que aproveitaria as vantagens de instituir um sistema de cadastramento de fornecedores da Administração Pública em nível nacional (e não unicamente federal, como hoje).

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 500, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA N° 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 500, DE 2007

Acrescenta artigo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, para dispor sobre a utilização do Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF) aos Estados, Distrito Federal e municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 34-A. A União disponibilizará o Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF) aos Estados, Distrito Federal e municípios, e suas respectivas unidades administrativas, mediante convênio, sem ônus para os aderentes.

§ 1º Decreto do Poder Executivo regulamentará os termos do convênio a que alude o caput, bem como os requisitos técnicos e de segurança para a operação e interação com o sistema.

§ 2º Será facultado aos Estados e municípios que já utilizem sistema de cadastro e acompanhamento de fornecedores distinto o desenvolvimento de mecanismos de compartilhamento de dados com o SICAF, desde que tais mecanismos atendam aos requisitos referidos no § 1º.

§ 3º Caberá à União a fiscalização e manutenção do sistema, excetuadas as despesas decorrentes do exercício da faculdade referida no § 2º, salvo disposição em contrário nos termos do convênio”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

SD-8
ASSINARAM O PARÉCER NA REUNIÃO DE 06/10/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-IDEI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SHHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Majoria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DELMIRO SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
IRÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
LISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
AYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ATIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
AIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
RGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
SSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JO VICENTE CLAUDIO	1-
ARGELLO	2-

PDT

MAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
----------	-------------------

PARECER N° 1.073, DE 2008

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Antonio Carlos Júnior****I – Relatório**

Vem ao exame desta Comissão o PLS n° 500, de 2007, de autoria do ilustre Senador Garibaldi Alves, que institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e municípios (CANAF).

O art. 2º do projeto estabelece as seguintes hipóteses em que a pessoa natural ou jurídica será incluída no Canaf: não cumprimento das obrigações e especificações do contrato ou realização em condições insubstinentes ou fora do prazo, nos termos do art. 3º; prática de ato ilícito que frustre ou protele os objetivos da licitação; condenação judicial definitiva por fraude fiscal; utilização de pessoa contratada irregularmente ou de bem adquirido ilegalmente ou que prejudique o meio ambiente; existência de débito tributário com ente da federação.

Os arts. 4º e 5º determinam a elaboração de parecer técnico fundamentado pelo responsável pelo atestado de prestação de serviço, de recebimento de obra ou de entrega de bens, que verificar descumprimento de obrigação contratual, bem como o envio do parecer ao ordenador de despesa, que notificará o fornecedor e lhe facultará a defesa.

Os arts. 6º e 10 prevêem: **a**) a aplicação de suspensão temporária de participação em licitação, se a defesa do fornecedor for considerada insatisfatória; e **b**) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública em caso de não regularização da inadimplência nos prazos previstos.

Os arts. 7º a 9º impõem aos três poderes de cada um dos entes federados o dever de enviar ao órgão de controle interno do Poder Executivo Federal a relação das pessoas que deverão ser incluídas no cadastro, cabendo a este órgão a inserção no Canaf. Também determinam a exclusão do cadastro em caso de saneamento integral da inadimplência, observado o cumprimento do prazo da penalidade.

Nos termos dos arts. 11 a 13 do projeto, as informações do Canaf serão disponibilizadas aos nele inscritos e aos órgãos e entidades da Administração Pública, devendo os responsáveis pelas licitações consultá-lo em todas as fases do procedimento licitatório.

O projeto determina, ainda, que deverá constar de todos os editais de licitação e contratos a sujeição às suas disposições, e que a não observância de seus preceitos será considerada infração administrativa, sujeitando os responsáveis às penalidades administrativas cabíveis.

Na justificação, o autor destaca que o projeto baseia-se em sugestão da Confederação Nacional dos

municípios e vai ao encontro do disposto no art. 74 da Constituição Federal, que preconiza que os três poderes dos entes federados devem exercer o controle interno de forma integrada. Acrescenta que a criação do cadastro proposto implicará maior qualidade e eficiência na relação contratual das empresas e dos prestadores individuais de serviços com a administração pública, contribuindo para a economicidade e afirmação da moralidade administrativa, evitando o desperdício do dinheiro público.

O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na forma de substitutivo que, com a finalidade de sanar a inconstitucionalidade decorrente da imposição de obrigações aos Estados, Distrito Federal e Municípios e problemas de técnica legislativa, conferiu nova concepção à proposição. O substitutivo previu a inserção do art. 34 à Lei de Licitações e Contratos (Lei n° 8.666, de 1993), para disponibilizar o cadastro federal para fins de habilitação em licitações, previsto no art. 34 da referida Lei e no Decreto n° 3.722, de 9 de janeiro de 2001, aos demais entes federados e facultar a interoperabilidade dos diferentes sistemas já existentes.

Encaminhado a esta Comissão, não recebeu emendas.

II – Análise

No que respeita à conformação jurídica e constitucional, verificamos que o PLC n° 129, de 2008, tem amparo no art. 22, XXVII, combinado com o art. 48, **caput**, da Constituição Federal, que atribuem ao Congresso Nacional competência para legislar sobre normas gerais de licitações e contratos.

No entanto, o projeto merece alguns reparos, com o fim de sanar a inconstitucionalidade decorrente da previsão de normas específicas sobre a matéria, bem como da violação à autonomia dos entes federados, por meio da imposição, por meio de diploma federal, de obrigações aos Estados, Distrito Federal e Municípios, não autorizadas pela Constituição Federal.

Com relação à juridicidade, verificamos que o projeto apresenta algumas regras que devem ser suprimidas porque já tratadas na Lei de Licitações e Contratos (Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993) ou com ela colidentes. É o caso da definição de “fornecedor”, da especificação das hipóteses de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a administração, da determinação das consequências do inadimplemento contratual e da necessidade de fundamentar a decisão que aplica a sanção ou de conceder ao fornecedor o direito ao contraditório.

A técnica legislativa, por sua vez, necessita adequação ao disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que o mesmo assunto não deve ser regulado por mais de uma lei, salvo em casos que especifica. Dessa forma, as disposições do projeto em exame

devem ser inseridas na Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 8.666, de 1993.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto é louvável, pois permite o controle integrado, pelos entes da Federação, do histórico de pessoas físicas e jurídicas temporariamente proibidas de contratar com a administração pública em qualquer licitação pública, inviabilizando a contratação de pessoas inidôneas e contribuindo para o aumento da eficiência, economicidade e moralidade na administração pública.

Afinal, atualmente exige-se de licitantes tão-somente a entrega de declaração de que não pesa contra si sanção dessa espécie, respondendo penalmente o autor da declaração em caso de falsidade. No entanto, em razão da impossibilidade de o Poder Público averiguar tais informações, este só tem tornado ciência de eventuais falsidades em caso de denúncia dos demais licitantes.

No entanto, como mencionado, tendo em vista que o projeto incorre em constitucionalidade, entendemos que esse deve ser alterado, a fim de prever a instituição do cadastro proposto em cada ente federado, facultando sua integração por meio de convênio.

Cabe lembrar que a Câmara dos Deputados tem enfrentado semelhante preocupação quanto à participação de pessoas inidôneas em licitações públicas. Tramita naquela Casa o Projeto de Lei nº 1.646, de 2007, com idêntico teor à proposição sob exame por esta CCJ, tendo sido aprovado substitutivo na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para redimensionar a extensão do cadastro ao âmbito federal.

Dessa forma, não obstante a necessidade de algumas alterações no texto com o fim de sanar as constitucionalidades e injuridicidades mencionadas, bem como de aperfeiçoar a técnica legislativa e redação do projeto, concluímos que o projeto constitui grande avanço no sentido de se aperfeiçoar o regramento de licitações e contratos administrativos.

Tendo em vista a conveniência da aprovação, com as necessárias modificações, do presente projeto de autoria do nobre Presidente Garibaldi Alves, consideramos superado o substitutivo adotado pela CAE, que pretendeu atingir o objetivo desejado, mediante a previsão de abertura, mediante convênio, do registro cadastral federal para fins, de habilitação, o Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF) aos demais entes da Federação.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA N° 2 CCJ (SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 500, DE 2007

Acrescenta os arts. 37-A, 37-B e 37-C à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prever a criação de cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, bem como para permitir a integração entre os cadastros mediante convênio firmado entre os entes federados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 37-A, 37-B e 37-C:

“Art. 37-A. Os órgãos e entidades da Administração Pública manterão, no âmbito de cada ente federado, cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública, na forma do regulamento.

§ 1º Será inscrita no cadastro toda pessoa física ou jurídica que incorrer nas condutas previstas nos arts. 87, III e IV, e 88 desta lei.

§ 2º O cumprimento do prazo da sanção de suspensão de licitar ou contratar com a administração ou a obtenção de reabilitação, conforme o caso, implicará a imediata exclusão da inscrição no cadastro.

§ 3º É assegurado aos inscritos no cadastro o acesso às informações concernentes à sua condição, bem como fornecimento de certidão circunstanciada do registro cadastral e do histórico do fato que deu ensejo à inscrição.

§ 4º Os responsáveis pela realização de licitações no âmbito da Administração Pública ficam obrigados a consultar o cadastro em todas as fases do procedimento licitatório e previamente à assinatura de contratos e respectivos aditivos.

Art. 37-B. A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão celebrar convênio visando à integração entre os cadastros criados nos termos do art. 37-A.

Art. 37-C. As informações constantes dos cadastros mantidos na forma dos arts. 37-A e 37-B desta lei serão disponibilizadas, de forma atualizada, em sítio oficial da administração pública na rede mundial de computadores (internet).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 500 DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Waldemar Weber</i>
RELATOR:	<i>Sen. Antônio Carlos Júnior</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2. FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIRO SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶ <i>(Relator)</i>	4. ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>(Relator)</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>(Relator)</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>(Relator)</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>(Relator)</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>(Relator)</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

PROPOSIÇÃO. PLS N° 500 , DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

titulares	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
EPITACIO PECÔA, PRB e PPL							BRITONIRES, PCD, PRB e PP					
SERYS SLEHSSARENKO							1 - INACIO ARRUDA					
MARINA SILVA	X						2 - FRANCISCO DORNELLES					
EDUARDO SUPLICY	X						3 - CÉSAR BORGES					
ALOIZIO MERCADANTE							4 - EXPEDITO JUNIOR					
IDELI SALVATTI							5 - MAGNO MALTA					
ANTONIO CARLOS VALADARES	X						6 - JOSE NERY (PSOL)					
titulares	PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES	PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARBAS VASCONCELOS	X						1 - ROSEANA SARNEY					
PEDRO SIMON	X						2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					
ROMERO JUCA	X						3 - LEOMAR QUINTANILHA					
ALMEIDA LIMA							4 - VALDIR RAUPP					
VALTER PEREIRA	X						5 - JOSÉ MARANHÃO					
GILVAM BORGES							6 - NEUFTO DE CONTO					
titulares	BLOCO DA MINORIA	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTES	BLOCO DA MINORIA	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA							(DEM e PSD)					
MARCO MACIEL (Presidente)							1 - ELISEU RESENDE					
DEMÓSTENES TORRES	X						2 - JAYME CAMPOS					
MARCO ANTONIO COSTA	X						3 - JOSÉ AGripino					
ANTONIO CARLOS JUNIOR (Ainda)	X						4 - ALVARO DIAS					
ARTHUR VIRGILIO							5 - VIRGINIO DE CARVALHO					
EDUARDO AZEREDO	X						6 - FLEXA RIBEIRO					
LÚCIA VÂNIA	X						7 - JOÃO TENÓRIO					
TASSO JEREISSATI	X						8 - MARCONI PERILLO					
titulares	PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE	PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITACIO CAFETEIRA	X						1 - MOZARILDO CAVALCANTI					
titulares	PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SUPLENTE	PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS							1 - CRISTOVAM BUARQUE					

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE —

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 10 / 2008

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCN\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 26/08/2008)

Senador MARCO MACIEL

Presidente

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 500, DE 2007, NA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA QUE:**

Acrescenta os arts. 37-A, 37-B e 37-C à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prever a criação de cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, bem como para permitir a integração entre os cadastros mediante convênio firmado entre os entes federados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 37-A, 37-B e 37-C:

“Art. 37-A. Os órgãos e entidades da Administração Pública manterão, no âmbito de cada ente federado, cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública, na forma do regulamento.

§ 1º Será inscrita no cadastro toda pessoa física ou jurídica que incorrer nas condutas previstas nos arts. 87, III e IV, e 88 desta lei.

§ 2º O cumprimento do prazo da sanção de suspensão de licitar ou contratar com a administração ou a obtenção de reabilitação, conforme o caso, implicará a imediata exclusão da inscrição no cadastro.

§ 3º É assegurado aos inscritos no cadastro o acesso às informações concernentes à sua condição, bem como o fornecimento de certidão circunstanciada do registro cadastral e do histórico do fato que deu ensejo à inscrição.

§ 4º Os responsáveis pela realização de licitações no âmbito da Administração Pública ficam obrigados a consultar o cadastro em todas as fases do procedimento licitatório e previamente à assinatura de contratos e respectivos aditivos.

Art. 37-B. A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão celebrar convênio visando à integração entre os cadastros criados nos termos do art. 37-A.

Art. 37-C. As informações constantes dos cadastros mantidos na forma dos arts. 37-A e 37-B desta lei serão disponibilizadas, de forma atualizada, em sítio oficial da admi-

nistração pública na rede mundial de computadores (internet).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de outubro de 2008. – **Marco Maciel**, Presidente

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (Regulamento)

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II – ser processadas através de sistema de registro de preços;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V – balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I – seleção feita mediante concorrência;

II – estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III – validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II – a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III – as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

Art. 34. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem freqüentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano. (Regulamento)

§ 1º O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados, obrigando-se a unidade por ele responsável a proceder, no mínimo anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Art. 37. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 desta Lei, ou as estabelecidas para classificação cadastral.

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

DECRETO N° 3.722, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PARECER N° 1.074, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, e Informática, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008, de autoria do Senador Geovani Borges, que acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa.

Relator (do vencido): Senador **Antonio Carlos Júnior**

O Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008 constou da pauta da 26ª Reunião deste colegiado, ocorrida em 27 de agosto de 2008. Na oportunidade, o relator da matéria, Senador Expedito Júnior, concluiu pelo acolhimento da proposição.

Considerou Sua Excelência que o projeto não apresentava vícios de constitucionalidade formal ou material, e tampouco de técnica legislativa. No mérito, ponderou que a proposição era adequada aos fins a que se destinava e que poderia contribuir para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e reduzir desigualdades regionais, nos termos do art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.

Após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 251/2008 NA REUNIÃO DE 27/08/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1- EXPEDITO JÚNIOR RELATOR
AUGUSTO BOTELHO	2) FLÁVIO ARNS
RENATO CASAGRANDE	3. JOSÉ RIBEIRO
IDELEI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
 Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1. ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAÍSI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 251 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO						FLÁVIO ARNS				
RENAO CASAGRANDE						JOÃO RIBEIRO				
IDEI SALVATTI						FRANCISCO DORNELLES				
						FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP						ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES						GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA						LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE				
ROMEU TUNA						HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO						MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR						ROSALBA CECILIANI				
JOÃO TENÓRIO						FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO						MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA						PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAIS										
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE						(VAGO)				

TOTAL: 42 SIM: 04 NÃO: 41 ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XII - telecomunicações e radiodifusão;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Públco e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Públco e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

.....

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

.....

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

RELATÓRIO VENCIDORelator: Senador **Expedito Júnior****I – Relatório**

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 251, de 2008, que altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com o propósito de permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão localizadas na Amazônia Ocidental.

De autoria do Senador Geovani Borges, a proposição tem o intuito de flexibilizar a proibição constante do art. 16 da Lei nº 9.612, de 1998, que disciplina a radiodifusão comunitária. Cuida-se da vedação à formação de redes por emissoras que executam esse serviço.

Nos termos propostos, será permitida a formação de redes compostas por estações localizadas na Amazônia Ocidental. No entanto, as redes que se formarem somente poderão veicular programação jornalística ou educativa. Ademais, as transmissões em rede não poderão exceder a quinze por cento do total da programação das respectivas emissoras.

Em sua justificação, o autor da proposta menciona as particularidades da região contemplada na proposição e as dificuldades enfrentadas pelas populações locais em função da densidade das florestas e das distâncias que as separam. Nesse sentido, defende que a proposição é medida necessária para propiciar o desenvolvimento e regiões menos favorecidas e atenuar as desigualdades sociais e econômicas impostas às regiões mais longínquas e privadas de condições auto-sustentáveis do País.

A alteração legislativa pretendida se dá na forma de acréscimo de dois parágrafos ao art. 16, da Lei nº 9.612, de 1998. A cláusula de vigência da proposição determina que ela entrará em vigor na data de sua publicação.

Por derradeiro, observamos que não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A matéria conforma-se ao rol de atribuições dessa Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2007.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se verifica a necessidade de fazer reparos ao PLS nº 251, de 2008, vez que a proposição se mostra em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do mesmo modo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos, res-

pectivamente, dos arts. 22, inciso IV, e 48, inciso XII, da Lei Maior. Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição.

No que tange à constitucionalidade material, deve-se ressalvar que a proposição situa-se em conformidade com o disposto no art. 3º, inciso III, da Constituição, que estabelece como objetivo da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades sociais e regionais.

No mérito, devemos considerar que vedação constante do art. 16 da Lei nº 9.612, de 1998, tem, por certo, a finalidade de preservar a natureza do serviço de radiodifusão comunitária. Ao permitir-se a formação de redes, corre-se o risco de dissolver-se o caráter local necessariamente associado à programação dessas emissoras. Com efeito, a veiculação indiscriminada de programação em rede pode comprometer o alcance dos objetivos do serviço, arrolados no art. 3º da mencionada Lei, a saber:

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento da comunidade beneficiada, com vistas a:

I – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

O projeto em exame, todavia, oferece abordagem distinta da questão. Primeiramente, limita sua abrangência à região amazônica, onde fatores especiais mencionados pelo autor, como a imensidão das distâncias, a onipresença da floresta e o incipiente desenvolvimento social, exigem tratamento diferenciado por parte do legislador. Ademais, não se trata de conceder carta branca à formação de redes entre rádios comunitárias, tendo em vista que a proposição tem o cuidado de limitar a veiculação da programação em rede a quinze por cento do tempo total de funcionamento das emissoras. Tampouco haverá plena liberdade para a escolha do conteúdo transmitido em rede,

tendo em vista que a proposta determina exclusividade a programas jornalísticos ou educativos.

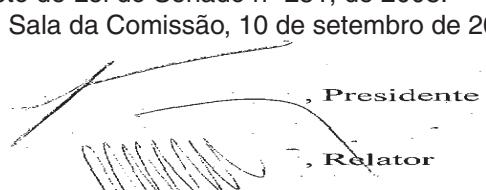
Portanto, tomando em consideração os cuidados tomados no projeto, a inovação que pretende inserir não parece suficiente para comprometer o caráter essencialmente local das emissoras comunitárias. Paralelamente, cuida-se de medida apropriada aos fins a que se destina e que pode contribuir para o desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental, no que dá cumprimento ao já mencionado art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.

Por essas razões, entendemos que esta Comissão deva pronunciar-se favoravelmente à matéria.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 127/2008 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de outubro de 2008

Assunto: Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que “Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .

Ofício nº 128/08-Presidência/CCJ

Brasília, 15 de outubro de 2008

Assunto: Decisão Terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2005, que “Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 129/08-Presidência/CCJ

Brasília, 15 de outubro de 2008

Assunto: Decisão Terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2003, que “Altera o § 1º do artigo 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer hipótese de ação pública”, de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº 148/2008-CCT

Brasília, 10 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão rejeitou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2008, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Geovani Borges que, “Acrescenta dispositivos ao art. 16 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária localizadas na Amazônia Ocidental para a transmis-

são de programação exclusivamente jornalística ou educativa".

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos serão publicados na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 491, de 2003; 207, de 2005; 500, de 2007, e 251, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidado o Senador Mário Couto para presidir a sessão, pois estou inscrito como orador. E este ilustre Senador do Pará, que premiou o Piauí, o Brasil e o seu Pará com pronunciamentos denunciando a violência, que não é só no Pará, não é só no Piauí, é no Brasil.

Um Senador brilhante como Mário Couto, Norberto Bobbio, Senador vitalício da grande Itália disse: "O mínimo que temos de exigir do governo é segurança; a vida, a liberdade e a propriedade".

Senador Mário Couto, assuma.

O Sr. Mão Santa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mário Couto, que preside esta sessão, Parlamentares presentes aqui e na Casa, brasileiros e brasileiras presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, pela TV Senado, os que nos ouvem por meio da rádio AM e FM e os que vão ler o fabuloso *Jornal do Senado*. Esta tribuna e este Senado atualizaram-se, Mário Couto, mesmo naquele tempo difícil. Como esta Casa é forte! Um Parlamento que lembra a sua oratória. Não sei se V. Exª, Mário Couto, um dos tribunos melhores que eu já ouvi e que gosto de ouvir, assim como o País todo e o Piauí... Só quero fazer um pedido: não transfira o seu título para o Piauí, não, porque jamais vou ganhar uma eleição, já que V. Exª conquistou aquele Estado.

Então, Antonio Carlos Magalhães, com sua experiência e sua luta... Aliás, tive o prazer de fazer uma reflexão. Li o livro que o filho dele, Antonio Carlos Júnior. Uma beleza de livro. Uma beleza de luta. Uma

beleza pelo amor à Bahia e ao País – Antonio Carlos Magalhães!

Aqui desta tribuna, temos de entender a história, mesmo quando não se dispunha desse sistema de comunicação fabuloso, que coloca este Senado como um dos mais fortes da história democrática do mundo. São 183 anos de pessoas que, a mando da democracia, fizeram a grandeza desta Casa.

Getúlio, grande estadista – todos nós sabemos: "o homem é o homem e as suas circunstâncias" –, entrou pelas falcatruas das eleições da República Velha. Mas, para entrar, teve de fazer uma guerra. Os paulistas quiseram derrubá-lo três anos depois – em 1932. Em seguida, houve a guerra mundial dos regimes totalitários com os democráticos; e ele ficou com a democracia, liderada por Winston Churchill, Franklin Delano Roosevelt, Stalin, da Rússia, que fizeram enterrar os regimes totalitários de Mussolini, na Itália; de Hitler, na Alemanha; e dos japoneses.

Mas atentai bem para esta grandeza: Getúlio voltou nos braços do povo, reconhecido pelo estadista que foi, apesar do seu período ditatorial. A ele devemos todas as conquistas dos trabalhadores, até o voto secreto, o voto das mulheres, as leis trabalhistas, a Previdência, o Dasp, que fez essa beleza de organograma funcional.

Então, por que Getúlio saiu de cena? Atentai bem! Getúlio, no fim da sua vida, um homem bom, muito bom, e muito honrado, e muito honesto! Mário Couto, eu citaria só um exemplo da honestidade, e isso é muito atual e essa gente tem que aprender. Quinze anos depois, ele, que tinha lutado com o País pela redemocratização do mundo, passou o Governo ao Supremo Tribunal Federal; fizeram as eleições e Dutra foi eleito. Ele recolheu-se à sua fazenda. Só isso bastaria para ensinar a esses alorados e esses corruptos que aí estão. Ele, chegando lá, não havia energia na fazenda dele. Hoje, a primeira coisa que fazem é um projeto para levar a energia elétrica para sua fazenda. E ele, passando em São Paulo, um amigo lhe ofereceu uma geladeira a querosene. Não sei se vocês se lembram. Eu me lembro, porque o meu avô era empresário, era industrial e, na mesma época, só quero citar, ele tinha três. Estou citando história para entender lá no Piauí. E ele sempre gritava: "Menino!". Era uma geladeira, não sei se os mais antigos se lembram, branca, a querosene, tinha os pés altos, onde a gente mergulhava a cabeça, porque lá havia uma chama, já que era a querosene. E, quando a chama fumaçava, Sr. Presidente Mário Couto, não gelava. Não sei a química do processo de transformação do calor em frio.

Lavoisier já dizia: "Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma". Eu sei que, quando fu-

maçava, não gelava, e o meu avô gritava: "Menino!" e eu metia a cabeça embaixo. Tinha um espelho que era metálico, para ver o diabo da chama. Mas ele tinha uma na fábrica dele, no comércio; uma na residência dele e tinha uma na casa de praia. Meu avô tinha três. Getúlio Vargas não tinha uma geladeira, mesmo depois de quinze anos como Presidente. Em São Paulo – ele estava indo para o Rio Grande do Sul –, e ficou meio constrangido de receber esse presente. Não quis. Chegou um amigo e disse: "Aceita, ele não está dando?". Ele aceitou o presente e o levou para São Borja.

Atentai bem. Depois, o mesmo amigo foi perguntar, e ele disse: "Rapaz, é bom. Eu tomo um sorvete de chocolate à noite e é bom". Quer dizer, esse era o prazer do homem que governou quinze anos – austerdade, exemplo!

Mas eu queria dizer, Mário Couto, que ele saiu de cena. Por quê?

Mário Couto, foi essa tribuna. Antonio Carlos Magalhães fez uns livros e um CD com os melhores discursos deste plenário. Eu vou dizer para o Garibaldi para reeditar e colocar o do Mário Couto no meio. Esse de hoje pode sim. É melhor do que o livro de Dante Alighieri sobre o inferno, embora seja a violência, embora o inferno esteja nessa barbárie como eu há muito havia denunciado. Outro dia foram falar, eu disse que eu nunca tinha falado com deboche, com desrespeito ao Presidente e a sua família. Nunca! Uma vez citei a D. Marisa para compará-la a Martha Rocha, que é um encanto de mulher, física e espiritualmente. Eu a conheci quando Governador e ela já era avó. Então, na comparação, não houve desrespeito.

Disse isso para que Luiz Inácio fizesse como eu, que pego a minha Adalgisa e saio andando e namorando pelo mundo afora, em Buenos Aires, que é mais perto, de manhã, de madrugada, a qualquer hora. Mário Couto, lá há um delta, o Tigre, que não é de mar aberto, é um rio. Eu vinha de madrugada, quando entrou um casal de velhinhos, a uma e meia da manhã. Praticamente, havia eu, Adalgisa e esses velhinhos. Eu fiquei olhando se, no Brasil, encontraria esses velhinhos às duas horas de madrugada. Imagine! De mãos dadas e descendo!

Então, eu adverti sobre essa barbárie no Rio de Janeiro, onde estudei e morei no Aterro do Flamengo, na Barão do Rio Branco. Não havia barbárie nem violência; havia malandro. E era bacana o malandro carioca nos anos 60, agradável.

Então, agora, eu digo: "Luiz Inácio, pegue a sua encantadora Marisa, de mãos dadas, e vá dar uma volta na Cinelândia, vá dar uma volta no Aterro, vá dar uma volta na Rua do Ouvidor!" Isso não é mais no Rio de Janeiro, pois o Senador Mário Couto trouxe o

Pará, igual a Dante Alighieri. Senador Mário Couto, V. Ex^a está longe disso!

E Getúlio, no fim – um homem bom, um homem bom. Sei o que é o poder, ô Luiz Inácio. O Getúlio sofreu pelos aloprados dele. Getúlio, um homem bondoso. Tem o diário dele, dois volumes, que eu li todinho. São dois volumes o diário dele. Aí aqueles puxa-sacos, aqueles aloprados, que não são de agora, na história tem – estou até advertindo o Luiz Inácio. Voltaire já disse: "Deus me livre dos meus amigos, porque sei me livrar dos meus inimigos". Então, aqueles puxa-sacos ficavam atrás do Getúlio: "Tem esse jornalista aí, esse Lacerda, está falando demais". No rádio, na Rádio Globo, com Raul Brunini. E não sei quê, tem que calar, dá uma surra, e não sei quê.

Aí aquele Gregório, que o Getúlio tinha trazido, há trinta anos, um meninote, lá do seu São Borja, pegou aquilo, depois de ter passado, desde 1930 a 54, com um pai espiritual, e os puxa-sacos – os aloprados, que Luiz Inácio defende hoje –, iam lá e diziam. Ficavam na ante-sala, e Getúlio não sabia, instigando: "Mas não pode! Lacerda meteu o pau na Globo, às 21 horas, quinta-feira. Lacerda, na Câmara. Tem que acabar, não respeita. Aí o Gregório fez o que fez. Getúlio nunca imaginou aquilo.

E conheci esse Gregório. Em 1950, eu vi o Getúlio. O Renan, o grande Renan, talvez ainda não havia nascido. Você nasceu em 1950, já havia nascido?

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Em 1955.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, posso ensinar pela história da experiência. Mas V. Ex^a é um iluminado, é uma inteligência privilegiada.

Mas eu o vi. Em 1950, ele fez um comício na praça Nossa Senhora da Graça. Meu tio era prefeito, e ele, todo de branco, charuto, deitou-se numa rede na casa do meu tio. E eu vi esse Gregório. Então, o Gregório foi aquele instigado pelos aloprados – que já existiam – e ficava na ante-sala dizendo: "Olha, o Lacerda meteu o pau no nosso Presidente. Não podia! Na Globo... Raul Brunini, na Câmara e tal. Ele devia era dar uma surra nele". Aí ele tinha trazido aquele rapazote, em 1930, vinte e quatro ali... e deu no que deu. Mas por que, Renan, deu nisso?

Antonio Carlos Magalhães, seu amigo, nosso amigo. Eu me debrucei quando quiseram fazer aquela injustiça com ele: cassá-lo. V. Ex^a se lembra da altivez e da firmeza. Mas seu amigo. Ele teria sido o grande cirineu para V. Ex^a no calvário que V. Ex^a carregou. Mas Antonio Carlos Magalhães editou os melhores pronunciamentos daqui, em CD e em livro. Eu já o ouvi. E quero que inclua hoje o discurso de Mário Couto. Vou sugerir isso quando estiver nessa mesa. Foi belo

e sobre a violência. Ele falou e descreveu como Dante Alighieri descrevia o inferno.

Mas por que Getúlio? Renan, olha o que é política. Depois da Rua Tonelero, da morte do Major Vaz, um homem o convidou, homem firme – V. Ex^a não sofreu mais do que JK, está aqui no livro **JK: triunfo e exílio**, que depois eu vou lhe dar –, um homem desses que a política nos oferece. Vejam o que era Juscelino! Como você, Renan, firme, amigo dos amigos, leal e corajoso. Naquela crise, ele convidou o Getúlio para homenageá-lo. Inventou uma inauguração de uma siderúrgica só para reunir 30 mil pessoas e o aplaudirem depois. Getúlio passou a noite lá, nas Minas. Isso, pouco antes de 24 de agosto. Mas, nesse ínterim, desta tribuna, Afonso Arinos falava que nem V. Ex^a. Está lá nos discursos. Afonso Arinos dizia – há o DIP, de propaganda; não é o Duda Mendonça, o Goebbels, quem inventa isso –: “Será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira o mar de lama?” O discurso foi tão violento, tão violento que, em suas memórias, ele mesmo disse que achava que não o faria de novo. Então, sabemos que tem repercussão esta Casa; tem porque tem história! Está vendo como o discurso de V. Ex^a sobre a violência tem repercussão? E vimos que, na época, deu no que deu.

Esta Casa tem um valor muito grande. O nosso Marco Maciel hoje passou ali – eu estava presidindo –, enaltecendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Instituto, instituição como o Senado, que ruma há dois séculos.

E eu ontem estive numa festa. Eu não ia nem falar nisso, mas eu dou valor. Existe a OPB – Ordem dos Parlamentares do Brasil –, que tem 32 anos. O homem é o homem e suas circunstâncias. É lógico que, quando Ulysses Guimarães a criou, Mário Couto, as circunstâncias eram outras. Ele não tinha aquela tribuna que teve o Afonso Arinos e que o Mário Couto hoje teve, com liberdade. Estavamos na ditadura. Então Ulysses arregimentou todas as Câmaras e Assembléias e fez essa OPB – Ordem dos Parlamentares do Brasil. Ele a criou. Era o que ele tinha; eram suas armas. Foi criada em 1976 – Ulysses foi o anticandidato em 1974, para fazer nascer o ideal da redemocratização. Mas eu fui convidado ontem. Eles são de raízes paulistas. Eu já tinha sido convidado e tinha ganhado a Medalha Ulysses. Aquela instituição continua e deve ser preservada. Eles resolveram fazer a primeira reunião em Brasília, e foram homenageados políticos, empresários, professores, médicos. E eu fui convidado a encerrar. Achei aquilo muito bonito.

Mas, quando vi hoje o Marco Maciel relembrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pensei: “essas instituições têm que ser preservadas”. Lógico que

não têm mais aquela finalidade. Estamos vivendo numa democracia. Estamos aqui usando uma tribuna livre do símbolo da democracia, que é o Senado.

Renan, o nosso amigo Luiz Inácio, o nosso Presidente – eu votei nele em 94 e acho que V. Ex^a não votou nele nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Votei na reeleição.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ah, V. Ex^a votou na reeleição. Pois somos o inverso. Está um a um.

Mas quero lhe dizer que tem que se entender a coisa. V. Ex^a já teve a curiosidade de somar os votos aqui? Sabemos que o nosso Presidente Luiz Inácio teve 60 milhões de votos, e o Petrônio me ensinou não agredir os fatos. Ele repetia isto: “não agredir os fatos”. Eu ficava sem entender o que ele queria dizer. Eu não entendia. O fato é esse. Renan, outro fato: some os votos aqui; dá mais que os dele. É; some os teus, os meus; todos. Então somos filhos do voto e da democracia. Nós somos o povo, Luiz Inácio. Este aqui é o povo. E mais: o ensinamento de Ulysses, que aqui passando, disse: “Ouça a voz rouca das ruas”; é o povo! E nós podemos falar aqui! Eu posso, eu falo! Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu posso dizer; todos podemos dizer: “o Senado e o povo do Brasil”. Nós é que sustentamos esse equilíbrio.

Então, fui a essa OPB. Eles estão certos. Eu vi a atualização. Eles homenageiam alguns políticos, condecoram. E fui convidado para encerrar. Mas tem empresários, tem médicos, tem pesquisadores, tem professores, e vi naquilo uma atualização. Eu disse: “árvore boa dá bons frutos”. Essa é uma instituição que é fruto de Ulysses Guimarães. E não ia cansá-los, mas tirei três pensamentos, que estão na minha mente, daquele nosso Líder que está encantado no fundo do mar. Ulysses dizia e ensinou: “Ouça a voz rouca das ruas, ao povo”; “A corrupção é o cupim que corrói a democracia” – muito atual; “Faltando a coragem, faltam todas as outras virtudes” – muito oportuno para aquela gente, cujo presidente hoje é um paulista – o pai dele já foi, João Serrano, e agora o filho continua o trabalho –, que está identificado com essa coragem.

Eu queria fazer uma mudança. E podemos. Sei que Montesquieu contribuiu muito. O povo, insatisfeito com os governantes, que eram os reis; o animal político, que é o homem, que era bom para o rei, que morava no palácio, via na parede do rei: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. O rei era o deus na Terra. *L'État c'est moi* significava tudo. “O Estado sou eu”. Então, dividiu esses Poderes. Essa foi a grandeza e alternância no poder. Mas ensinou-se que esses Poderes, Renan, têm

que ser equipolentes e harmônicos. V. Ex^a deu essa contribuição e mostrou altivez e harmonia.

Temos, também o ensinamento de Mitterrand, Mário Couto, que, durante 14 anos, governou a França, onde nasceu a democracia – antes, sofrido, perdeu várias vezes, como o nosso Presidente Luiz Inácio. Moribundo, vítima de câncer, ele escreveu o livro **Mensagem aos Governantes**, em que ele manda fortalecer os contrapoderes. Entendido, Renan?

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Entendido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a já foi Presidente deste Poder, com muita grandeza, e já exerceu também o Poder Executivo, exerceu o cargo de Ministro de Justiça. É difícil fazer justiça, mas V. Ex^a teve muita felicidade e as bênçãos de Deus. Eu o comparo a Petrônio Portela, um dos melhores Ministros da Justiça deste País, pela altivez.

Renan, eu nunca me esqueço de quando Petrônio chegou ao Piauí. Na nossa cidade, foram buscá-lo, com muitos carros, e o carro era de um amigo, um carro de luxo, ditador da moda, estava ele, meu irmão e Lauro Correia, Presidente da Fiepi, e eu ao lado dele. Havia muitos carros a esperar o Ministro piauiense. Mas, de repente, ele gritou: “Pára, pára, pára!” Eu fiquei assim... Era natural haver muita gente recebendo o Ministro piauiense. Sabe o que ele disse, Renan? “Mão Santa, tire esses batedores; a autoridade é moral. Se eu andar no meu Piauí com isso...” Tive o prazer de conviver com ele, além desse encontro, no Rio de Janeiro andando nas praias de Copacabana. Com V. Ex^a, ocorreu o mesmo. Foi até mais ousado, porque, sem segurança nenhuma, V. Ex^a adentrou o interior do Piauí, Picos, e V. Ex^a foi ao litoral, sozinho, enfrentando... E aprendi que a autoridade é moral.

Mas, eu queria dizer que nessa festa eu vi o engrandecimento e o esforço de se preservar a Ordem dos Parlamentares do Brasil, que nunca tinha reunido aqui – reúne-se em São Paulo. E eu, Renan, meditando, disse no meu pronunciamento: “Vocês estão certos, porque Montesquieu levou-nos ao orgulho” – permita-me essa reflexão. Montesquieu meteu na cabeça que nós somos o Poder: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário. Eu acho que não; eu acho que poder é o povo que trabalha, é o povo que paga a conta da democracia. Poderes são os senhores todos aqui; nós somos instrumentos da democracia.

Então, essas são as nossas palavras de agradecimento pelos aplausos e homenagens. Isso é gratificante no momento em que se joga tanta pedra em políticos. Olha, Renan, ontem eu fui buscado para tirar muito retrato com as classes mais variadas, entre elas a dos empresários.

E quero dizer que o político não é o que estão dizendo aí, não, Renan. Vou dar aqui o testemunho do que eu vivi, da grandeza. Todos nós vimos falecer Ramez Tebet. Eu vi o povo chorar. Eu fui, depois, à cidade dele, convidado pela filha dele, Simone, depois eu fui lá, onde fui homenageado, porque era amigo de Ramez Tebet. Éramos do mesmo partido. Ele foi Ministro, como Renan, e nos prestigiou e nos ajudou quando era Governador do Estado. Olha, eu vi o povo chorar pelo Senador, que Deus levou. Depois, eu vi o enterro do Jonas. Fomos lá. Até o céu chorava. No meio da chuva, era o povo e nós carregando o caixão. O povo chorava. Morreu Antonio Carlos Magalhães, e o povo chorava.

Então nós somos isso, nós somos povo. Tem que entender isso. Nós somos filhos do voto e da democracia. Esta Casa nunca decepcionou e não vai decepcionar o Brasil.

Isso é normal.

O próprio poeta lá do Nordeste disse:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

A vida é isso, essa luta. Outro dia vimos o Renan lutando no calvário. Hoje sinto como sentimos e vimos Juscelino aqui, humilhado – isso faz parte da vida política –, exilado, e depois o mundo reconheceu... Isso faz parte da política. Nós somos o povo, temos nossos sofrimentos, mas nós temos essa grandeza.

Senador Mário Couto, V. Ex^a, com seu pronunciamento, enriquece esta Casa. Estou feliz não por causa da violência lá; eu estou feliz porque que eu falei tanto disso, da violência, repetia, citava Norberto Bobbio, que dizia que o mínimo que o povo tem de exigir é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. V. Ex^a trouxe hoje o quadro mostrando que a violência se alastrou.

Este Senado é para isso, é para denunciar.

Sei que V. Ex^a é amigo do filho de Teotônio Vilela. E, para encerrar, faço minhas as palavras dele: “A grandeza é falar resistindo e resistir falando”. Isso é o que temos feito, com o exemplo de homens como Teotônio Vilela.

Era o que tinha a dizer.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Parabéns, Senador Mão Santa!

O Senador Mão Santa, Senador Renan Calheiros, é um dos mais queridos Senadores deste País. Vou fazer uma surpresa para ele. Não sei se ele tem conhecimento. Viu, Senador Mão Santa?

Recebi do Piauí um e-mail. Olha aí, Senador Renan Calheiros, como o Senador Mão Santa é querido no Brasil inteiro, mas principalmente no Piauí. O Vereador Dr. Osvaldo lança o nome do Senador Mão Santa para Presidente da República. Olhem como o homem é querido!

Então, nós queremos aqui parabenizar V. Ex^a pela simpatia que V. Ex^a causa a todos nós e ao povo brasileiro, Senador Mão Santa. E quero convidá-lo para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com licença, mas é Osvaldo, médico, de Picos?

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – É.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ah! Aquele é um irmão camarada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Exatamente ele. O Dr. Osvaldo, de Picos, está lançando V. Ex^a candidato à Presidência da República.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não existe aquela música? Eu vou mandar para ele o disco do Roberto Carlos, com a música que diz irmão camarada.

É porque eu estudei com ele. Fomos internos no Colégio Marista. Somos médicos. E, realmente, ele me lançou uma vez candidato a Governador do Estado. Mas ele é um irmão camarada. Isso. Eu vou ficar só com os votos do irmão camarada.

Picos é a cidade mais valorosa do Estado do Piauí. É conhecida como a São Paulo do Piauí. Renan Calheiros visitou Picos e instrumentalizou o que nós temos de melhor em termos de segurança, de sistema penitenciário, que talvez seja o melhor. E quero lhe dizer que quis Deus, Renan, estar hoje como Governador do Estado Temístocles Sampaio, que era Secretário de Justiça.

O Governador viajou. Tomara que demore um ano e deixe Temístocles Sampaio, porque ele foi o melhor Secretário de Justiça – o Renan o ajudou muito –, o melhor Presidente da Assembléia Municipal e agora assumiu o Governo. Eu gostaria que o Wellington Dias e o PT nos premiassem deixando o Governador passar um ano viajando.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Quero convidar V. Ex^a a presidir novamente os trabalhos desta tarde.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que está inscrito como quarto orador.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador Mário Couto, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, mais uma vez, Senador Mão Santa, feliz, honrado, eu agradeço as gentis palavras de V. Ex^a V. Esta Casa também sabe muito bem do respeito e do carinho que nós temos com a sua convivência, com a sua profícua atuação nesta Casa, com o seu Piauí, de que nós gostamos tanto.

Eu queria também aproveitar a oportunidade e mandar um abraço para o Piauí, para esse querido amigo Temístocles, que hoje assume o Governo do Estado. E V. Ex^a há pouco nos dava essa grande notícia. Realmente, o Temístocles é um amigo querido. Foi Secretário de Justiça quando eu fui Ministro da Justiça. É Presidente da Assembléia Legislativa, por sinal um grande Presidente. Tenho absoluta convicção de que, nesses dias em que assume o Governo, fará também uma administração do tamanho da expectativa que o povo do Piauí tem com relação a esse trabalho. Muito obrigado a V. Ex^a mais uma vez.

Sr. Presidente, as eleições de 2008 consagraram avanços importantes na luta pela conquista da igualdade política entre homens e mulheres.

E Alagoas, Sr. Presidente, registrou um bom exemplo disso. Nossa Estado elegeu o maior número de Prefeitas de todo o País. Foram 19 Prefeitas, ou seja, 18,7% do total, empatando com o Estado do Amapá.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, da importância desse resultado, em todo o Nordeste foram eleitas 231 Prefeitas e 2.453 Vereadoras, um número baixo se compararmos com o de homens eleitos: 1.557 Prefeitos e 14.149 Vereadores. Mas, infelizmente, a política e suas instituições são esferas da vida social ainda tradicionalmente dominada pelos homens.

Os postos de poder público foram, durante muito tempo, ocupados exclusivamente por homens, por pessoas do sexo masculino, assim como os cargos de direção nas organizações partidárias, que se formam e se estruturam para disputá-los.

Por isso, Srs. Senadores, as chances de sucesso imediato para qualquer grupo excluído que almeje se inserir em instâncias decisórias, públicas ou partidárias, são reduzidas.

As quotas por sexo para as candidaturas aplicadas a todos os partidos ajudam, em certa medida, a superar essa dificuldade inicial.

Mas esta dificuldade inicial, Sr. Presidente, não tem sido preenchida assim como a representação feminina nas Prefeituras e Câmaras Municipais ainda é muito pequena. Em outras palavras, o desempenho eleitoral dos homens é melhor do que o das mulheres. E, para um País que almeja reduzir as desigualdades

sociais, inclusive de gênero e sexo, nós temos ainda muito, muito mesmo, que avançar.

Cabe a nós refletir e estudar as causas desta desproporção entre homens e mulheres, seus aspectos culturais e propriamente seus aspectos políticos, para, quem sabe, Sr. Presidente, um dia, superarmos um dentre muitos aspectos da desigualdade política no nosso País.

Segundo a União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU, o Brasil tem 46 Deputadas Federais, ou seja, 8,7% da Câmara, colocando o Brasil em 146º lugar num **ranking** de 192 países. E, Sr. Presidente – pasme –, em penúltimo na América do Sul.

No Senado Federal, temos dez valorosas representantes mulheres. São as Senadoras Serys Ihes-sarenko, Roseana Sarney, Rosalba Ciarlini, Patrícia Saboya, Marisa Serrano, Marina Silva, Lúcia Vânia, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e a minha companheira de Bancada e querida amiga, Senadora Ada Mello, por quem tenho muito respeito e também um grande carinho. Ada Mello é uma mulher de Deus, que tem honrado a representação de Alagoas. Ada, Senador Mão Santa, é uma amiga de sempre e fará, nesses meses em que representa o Estado de Alagoas aqui no Senado Federal – não tenho dúvida alguma –, uma brilhante atuação.

Mas as distorções não são apenas nossas. Em todo o mundo, há apenas 17,2% de mulheres legisladoras e 19,5% nas Américas. Segundo a ONU, no atual ritmo, a igualdade de participação entre os sexos nas Casas Legislativas exigiria cem anos para ser concretizada. Aqui no Brasil, nessas eleições municipais, mais uma vez, as mulheres foram maioria no eleitorado. De um total de 130.604.430 eleitores, 51,73% são mulheres. Apesar disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, elas foram minoria das candidaturas a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador em nível nacional. Foram apenas 21,27%, uma participação um pouco menor do que nas últimas eleições municipais em 2004, quando as mulheres representavam 21,31% dos candidatos. De um total de 14.629 candidatos a Prefeito, as mulheres representaram 1.639 candidaturas, o equivalente a 11,20%.

Nas candidaturas ao cargo de Vereador, o percentual foi relativamente homogêneo, com média nacional de 21,57%.

O fato de 24,9% dos chefes de família serem mulheres, hoje, não lhes garantiu uma real representatividade em quaisquer que sejam os níveis do Legislativo e Executivo do País – e mesmo na participação da vida política em geral, Senador Mão Santa.

Dos 5.563 Municípios que estiveram participando desse processo eleitoral, 506 mulheres foram eleitas

Prefeitas, o equivalente, Srs. Senadores e Sr. Presidente Mão Santa, a aproximadamente 9,08% contra 90,92% dos homens que se elegeram Prefeitos – um pequeno aumento de 1,56% no primeiro turno em relação às eleições de 2004, quando as mulheres ocuparam 7,52% das Prefeituras. Das 52.058 vagas nas Câmaras de Vereadores espalhadas pelo País, apenas 6.508 serão ocupadas por mulheres no próximo mandato.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora em 2008, faz 76 anos que a mulher brasileira ganhou o direito de votar nas eleições municipais. De 1932 para cá, foi um longo e árduo caminho. Em 1997, quando ocupamos o Ministério da Justiça, o que há pouco V. Ex^a, mais uma vez, para muito orgulho meu, lembrava, estimulamos políticas de valorização da mulher e demos força ao Conselho dos Direitos da Mulher.

A primeira representante a ocupar um lugar no Senado Federal foi a Senadora Eunice Michiles, do Estado do Amazonas, em 1979; em 1994, Roseana Sarney foi a primeira Governadora eleita no Estado do Maranhão; e a primeira mulher Ministra de Estado foi Esther de Figueiredo Ferraz, da Educação, em 1982.

Hoje, Sr. Presidente, as mulheres não estão somente à frente de vários Ministérios como há uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, chefiada pela competente Ministra Nilcéa Freire.

Como se vê, ainda há muito por se fazer. É necessário estimular cada vez mais a participação feminina nas instâncias das bases partidárias, que são, que continuam a ser, as grandes escolas da ciência e da arte de fazer política no nosso País.

As pesquisas, Sr. Presidente, mostram que existe um amplo espaço na política a ser ocupado pelas mulheres: 67% dos brasileiros, portanto um contingente majoritário, consideram que uma presença mais forte do público feminino melhoraria, sem dúvida, a política no País. Essa pesquisa foi do Instituto Ipsos feita este ano. Ou seja, 67% dos brasileiros acham que uma presença mais forte, mais significativa da mulher na vida pública nacional, nos legislativos inclusive, nos cargos executivos, em uma maior escala, melhoraria muito a política brasileira.

Hoje, há um processo de depuração em curso que aponta para a gradual aceitação das mulheres no topo do poder. Essa pesquisa é uma demonstração disso. Por isso, Sr. Presidente, temos de aperfeiçoar a legislação sobre a igualdade entre gêneros e estimular a fundação de instituições que cuidem verdadeiramente dessas bandeiras.

É preciso incluir cada vez mais as mulheres na tomada de decisões nos campos da política e da economia e encontrar formas de garantir, na lei e na vida real também, a conciliação do trabalho com a vida fa-

miliar. Isso tudo, Sr. Presidente, sem deixar de cuidar de medidas elementares, como o combate ao tráfico e à violência contra as mulheres e contra as crianças.

A igualdade de direitos entre os gêneros é um caminho obrigatório para a construção de uma Nação mais justa. O Brasil tem de repensar o País para encontrar o seu próprio modelo, mais humanizado, que permita uma verdadeira afirmação da mulher no mundo desigualmente globalizado.

O Brasil, Presidente Mão Santa, precisa cuidar melhor das brasileiras. A maior participação das mulheres é fundamental, é insubstituível nesse processo.

Ao concluir este pronunciamento, Senador Mão Santa, quero, mais uma vez, comunicar à Casa e ao Brasil que estou começando a colher – e daqui a pouco, colherei a assinatura de V. Ex^a – as 27 assinaturas necessárias aqui no Senado Federal para apresentar Proposta de Emenda à Constituição que instituirá o piso salarial das Polícias, Militar e Civil, em todo o País.

Essa idéia não pode ser abandonada pelo Governo. Poderemos viver em relação às Polícias Militares uma crise inadministrável. É fundamental, para esvaziar tudo isso, para evitar que isso aconteça, que tenhamos, a exemplo do que conseguimos com os professores, um piso nacional negociado, que signifique o esforço, a conjunção de esforços da União Federal, dos Governos Estaduais e dos Municípios, que também são entes federados e têm responsabilidades com esse complexo problema, que é o problema da segurança pública em nosso País.

Como os Srs. Senadores devem lembrar, nesta semana, anunciei aqui, desta tribuna, a disposição de apresentar tal proposição, por considerar que a situação dos agentes de segurança, em todo o País, é precária. Vivemos um momento grave no Brasil. É importante, do ponto de vista do Senado Federal e deste Parlamento, dar as respostas que a sociedade e as Polícias, quer seja Militar, quer seja Civil, esperam de todos nós.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, mais uma vez, pela sua gentileza, por suas palavras, pela paciência com que V. Ex^a me ouve neste momento.

Muito obrigado mesmo, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mário Couto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a traduz uma das esperanças dessa transformação, porque adquiriu, ao longo dos anos, por meio da luta, do trabalho, do estudo e do sofrimento, uma experiência que oferece.

Já foi dito no Parlamento do mundo que justiça sem força é ridícula. Então, há um disparate muito grande naquilo que é fundamental, que é o salário – nós sabemos. Há policiais que não têm onde morar. Governei meu Estado e tive a felicidade de entregar a todo soldado uma casa. É o mínimo que se pode dar. Muitos não tinham uma casa onde morar, e dei a todos os soldados, aos cabos, uma residência. Isso é coisa que se tem de olhar.

Se há uma coisa que temos que admirar em Cuba é isso. Eles têm a moeda deles e o salário, Renan. Os policiais são os mais bem remunerados. Não vamos conseguir viver aquele lema que é o mais importante – pelo menos todo brasileiro tem que ler todo dia: Ordem e Progresso.

Quando visitamos os Estados Unidos, sentimos que aquilo é um estado policial. A justiça sem força é ridícula, e a força está aí.

Então, V. Ex^a, mais uma vez, abraça uma das causas que tem de ser enfrentada. E vamos ser justos, duas. Uma foi essa. O Presidente Fernando Henrique Cardoso eu nunca votei nele, mas que ele é um estadista, é. Eu o vi, na última entrevista, aconselhando o Presidente Luiz Inácio da Silva, em quem eu tinha votado, que o grande problema seria a violência, e ela está aí. E V. Ex^a defende, enaltece e estimula a participação da mulher na política.

E nós temos um grande exemplo – e nós já convivemos muitos anos – que o País está a homenagear, a Sr^a Ruth Cardoso, como exemplo de mulher na política. Nós convivemos com ela: V. Ex^a foi Ministro do Governo, e eu convivi naquele Programa Solidariedade – que coisa bela! E nós convivemos e sabemos o quanto ela foi importante não só para seu esposo, Fernando Henrique, mas para o Brasil e para essas conquistas.

Então, eu queria enaltecer e lembrar que a mulher tem sempre passado com grandeza em todos os cargos. Isso é bíblico. Os homens todos falharam na hora de Cristo: Anás, Caifás, os apóstolos todos. A mulher, não: a de Pilatos, Verônica, venceu os militares, três Marias chorando na hora da dor, e três que foram visitá-lo no sepulcro e disseram: “Ele não está mais; Ele subiu e está sentado, como diziam os profetas, à mão direita”.

Então, feliz a iniciativa de V. Ex^a de relembrar e fortalecer a participação da mulher na política do Brasil

E defender, vamos dizer, esta praga de hoje: a violência. Então, mais uma vez, V. Ex^a engrandece o Parlamento e nossa República.

E aqui é que está o exemplo. Ô, Renan, a Dr^a Cláudia, com toda austeridade – ela é austera mesmo aqui –, comandando dois valorosos homens: Dr. José

Roberto, um homem enciclopédico, e Dr. João Pedro. E foi V. Ex^a que a nomeou, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 21 de outubro de 2008, e publicou no dia 22 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 443, de 2008**, que “Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares **Suplentes**

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	Antonio Carlos Júnior (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB-Maioria

aldir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Osmar Dias	Patrícia Saboya
------------	-----------------

*** PSOL**

José Nery

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Ed. Alves (PMDB)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
Maurício Rands (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro(PT)
Luciano Castro (PR)	Benedito de Lira (PP)

Jovair Arantes (PTB)

Hugo Leal (PSC)

José Carlos Araújo (PR)

Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)

Antonio Carlos M. Neto (DEM)

Cezar Silvestri (PPS)

Bruno Araújo (PSDB)

Ronaldo Caiado (DEM)

Moreira Mendes (PPS)

Bruno Rodrigues (PSDB)

José Carlos Aleluia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Fábio Faria (PMN)

Márcio França (PSB)

Ana Arraes (PSB)

Vieira da Cunha (PDT)

***PRB**

Léo Vivas

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 22-10-2008
- Designação da Comissão: 23-10-2008(SF)
- Instalação da Comissão:
- Emendas: até 28-10-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 22-10-2008 a 4-11-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 4-11-2008
- Prazo na CD: de 5-11-2008 a 18-11-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 18-11-2008
- Prazo no SF: de 19-11-2008 a 2-12-2008 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 2-12-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 3-12-2008 a 5-12-2008 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 6-12-2008 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 20-12-2008

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.271, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PEC nºs 1/2006, 1/2008, 4/2006, 6/2000, 8/2008, 9/2007, 9/2008, 11/2008, 12/2008, 14/2006, 18/2006, 20/2003, 25/2004, 28/2003, 28/2006, 30/2006, 31/2003, 32/2005, 34/2003, 47/2003, 47/2006, 48/2005, 50/2004, 19/2006, 52/2003, 54/2007, 62/2007, 63/2007, 71/2007, 77/2007 e 72/2003 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO N° 1.272, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC n°s 26/2008, 45/2006, 105/2008, e 123/2005 com os PLS n°s 100/2006, 107/2005, 12/2003, 120/2007, 219/1999, 271/2006, 289/2003, 334/2004, 348/2004, 350/2004, 357/2004, 366/2003, 367/2007, 501/2007 e 669/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO N° 1.273, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC n° 38/2007 com os PLC nos 41/2000, 53/2007, 63/2006, 104/2008, 110/2005 e com os PLS nos 3/2003, 59/2002, 60/2006, 71/2006, 94/2003, 101/2007, 114/2008, 126/2001, 166/2006, 168/2006, 169/2006, 171/2006, 199/2008, 209/2006, 210/2006, 220/2005, 221/2005, 229/2003, 243/2002, 269/2004, 272/2008, 273/2007, 282/2008, 289/2008, 296/2006, 396/2003, 413/2007, 442/2007, 466/2007 e 483/2007, 486/2007, 536/2003, 545/2007, 692/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO N° 1.274, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC n°s 12/2006, 63/2004, 64/2008, 105/2007 com os PLS n°s 15/2004, 45/2003, 63/2003, 96/2002, 101/2006, 111/2004, 124/2003, 166/2003, 174/2005, 241/2002, 295/2005, 309/2006, 310/2004, 327/2005, 328/2005, 375/2005, 445/2003 e 706/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões 23, de outubro de 2008. – Senador **Marco Marciel**.

REQUERIMENTO N° 1.275, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos PLC n°s 94/2006 e 63/2007 com os PLS n°s 44/2003, 284/2007, 289/2007, 4/2004, 28/2003, 74/2006, 103/2006, 163/2005, 179/2006, 199/2007, 219/2003, 221/2007, 225/2008, 255/2003, 545/1999, 582/1999, 595/1999, 665/1999, 681/1999 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos lidos vão à Mesa, para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Heráclito Fortes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a. será atendido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs Senadores, o conceito de segurança energética de um país ou região decorre da disparidade entre a distribuição das fontes de energia pelo globo e a dos centros de consumo mais intenso. Por um lado, sabemos que quanto mais desenvolvida a economia de um país, maior seu consumo de energia **per capita**; por outro lado, as maiores reservas mundiais de combustíveis fósseis – sobretudo o petróleo, ainda hoje o insumo energético mais importante no mundo – encontram-se em países mais pobres e de instituições políticas e sociais menos estáveis.

Os Estados Unidos, pelo dinamismo de sua economia produtiva e por sua cultura marcada pela identificação entre o uso do automóvel e o consumo de bens em geral, de um lado, e pela liberdade individual, do outro lado, encontram-se, hoje, particularmente ameaçados pela dependência à importação de petróleo. Na verdade, até o imediato pós-guerra, o país era o maior produtor de petróleo do mundo, tendo sido até exportador. Foi diante da perspectiva do esgotamento futuro de suas reservas próprias que, pela ótica da segurança energética, os americanos passaram a preservar o petróleo nacional e se tornaram importadores.

Na condição de potência hegemônica, tanto do ponto de vista econômico quanto militar, foi possível aos EUA – ou melhor, a sua classe dirigente –, desde os anos da década de 1950 pelo menos, conceber e exercer uma política externa de mão pesada sobre países e regiões detentores de grandes reservas energéticas. O Irã nacionalista de Mossadegh talvez tenha sido, em 1953, a primeira vítima dessa concepção, mas não a última, pois foi esse entendimento específico de estratégia de segurança energética – mais que o alegado combate ao terrorismo – que levou o país, sob a administração de George W. Bush, a atacar o Iraque, intervenção desastrada que o conduziu ao atual impasse militar e político.

Essa não é, felizmente, a única opção existente no pensamento estratégico de segurança energética, nem mesmo entre os norte-americanos. O Senador Richard Lugar, republicano do Estado de Indiana, por exemplo, é um tenaz militante de uma visão completamente diversa. Ele centra sua estratégia de segurança

energética em dois eixos, ambos muito interessantes para nós, brasileiros. O primeiro eixo é o do desenvolvimento das alternativas energéticas de todo tipo, como energia eólica e biocombustíveis, além de pesquisa em tecnologia voltada para o melhor aproveitamento energético das fontes existentes – isto é o que se denomina *eficiência energética*. Faço aqui um parêntese para dizer que o Senador Richard Lugar é, ele próprio, parceiro financiador de um programa nesse sentido, na Universidade de Purdue, em seu Estado. Prosseguindo, Senhor Presidente, destaco que a promoção da diversificação da matriz energética dos EUA tem sido um tema constante de sua atuação no Congresso americano, onde enfrenta grande resistência dos parlamentares ligados à indústria e ao comércio de produtos petrolíferos, respaldados por um forte e rico *lobby*.

No que se refere ao desenvolvimento de novas alternativas energéticas, o Senador Lugar é um profundo conhecedor da experiência brasileira de desenvolvimento da estrutura tecnológica, produtiva e de logística de distribuição do etanol de cana-de-açúcar. Mais que isso, por ter a exata dimensão da eficiência, da qualidade e dos custos da produção brasileira, é um entusiasta da idéia, tendo até apresentado ao Senado de seu país projeto de lei desonerando o álcool brasileiro das tarifas hoje incidentes sobre ele. Tarifas, como se sabe, exigidas do governo americano pelo *lobby* dos plantadores de milho – e produtores de álcool de milho – que desejam proteção alfandegária para seu etanol, apesar de sua menor produtividade por hectare e seu custo maior.

E é precisamente neste ponto que se articula, ao eixo primeiro de ações, que é o do desenvolvimento das alternativas energéticas, o segundo eixo da proposta de estratégia de segurança energética do Senador Lugar. Enquanto o primeiro eixo é mais tecnológico, este segundo eixo é de natureza política: trata-se da promoção de uma grande colaboração internacional, particularmente voltada para o hemisfério Ocidental – vale dizer, para as Américas.

Essa integração continental no setor energético se daria, na concepção revolucionária do Senador Lugar, não somente no que se refere à exploração das fontes, convencionais ou alternativas, mas também na logística de transportes e na difusão de tecnologias. A idéia é de uma ampla colaboração continental, a que todas as partes aportarão suas potencialidades e a partir da qual todas serão beneficiadas.

No IV Fórum de Segurança Energética e Cooperação do Hemisfério Ocidental, realizado no Centro de Conferências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Senador Lugar expressou sua proposta para todas as nações do continente. Trata-se de um

esforço pactuado de desenvolvimento econômico e suprimento de energia que inclui o compartilhamento de informações científicas, da pesquisa, do desenvolvimento e da utilização de tecnologias de energias renováveis, a adaptação às mudanças climáticas, a integração das infra-estruturas energéticas e a criação de mecanismos de ajuda mútua em períodos de emergência.

Richard Lugar vê nesse projeto energético a base para a formulação de uma agenda mais ampla de integração, de modo a enfrentar, como um bloco, os desafios regionais e constituir uma região multilateral e inclusiva, numa superação das doutrinas americanas de domínio hegemônico, prevalentes à época da Guerra Fria.

Em um quadro internacional desse tipo, em que também os países da América Latina precisariam superar seus preconceitos e ressentimentos antiamericanos, haveria decerto, concomitante à atuação dos governos e das chancelarias, um papel relevante a ser desempenhado pelos parlamentos nacionais. Trata-se daquilo que se denomina *diplomacia parlamentar*. Esse conceito é, em grande medida, decorrente do processo de globalização. Com a intensa circulação de mercadorias e idéias, não é mais possível pensar em nações e povos ilhados em seus territórios e representados, no exterior, somente por seus agentes executivos de Estado.

Segundo a cientista política Inge Kaul, da União Interparlamentar, a ação coletiva em escala globalizada requer um novo entendimento da idéia de cooperação, de modo a envolver os níveis local, nacional e regional de decisão. Nesse sentido, os parlamentos, como representação dos povos, precisam estar preparados para participar na elaboração dos novos tratados, que cada vez mais deixarão de se fazer entre Estados para se realizarem entre as nações, quer dizer, entre os próprios povos. Será preciso, também, saber fazer leis internas a cada país que se coadunem com o novo quadro institucional de colaboração internacional.

A diplomacia parlamentar deve ser entendida, assim, como uma expansão do conceito de democracia: um estágio da globalização em que as desconfianças estarão superadas e as interações internacionais se farão pelos povos, de maneira mais direta e aberta.

Há problemas, Senhor Presidente, que, por obrigarem as pessoas à ação no sentido de resolvê-los acabam por resultar em uma situação superior à existente antes de seu aparecimento. A crise energética pode bem ser o caso: o esforço para seu equacionamento promete trazer, também, ganhos no combate ao aquecimento global, pelo desenvolvimento de novas tecnologias, mais limpas, na luta pela erradicação da pobreza, pela dinamização das economias locais a partir de sua integração, e na promoção da paz, pela compreensão mútua entre os povos do hemisfério.

As propostas do Senador Richard Lugar, por todos esses desdobramentos que implicam, merecem a atenção e a ponderação de todos os que desejam a paz, a integração continental e o desenvolvimento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Fórum de Segurança Energética e Cooperação do Hemisfério Ocidental
Centro de Conferências Enrique Iglesias do BID
9 de setembro de 2008**

Discurso de abertura
Richard G. Lugar, senador dos Estados Unidos

Estou satisfeito por ver que esta é a quarta conferência anual sobre segurança energética no hemisfério, e não um mero início. Assim como vocês, sempre acreditei que as questões energéticas são sempre importantes, não apenas quando os preços sobem. Escrevi, em co-autoria com Jim Woolsey, um artigo para a revista *Foreign Affairs* sobre a importância do desenvolvimento de biocombustíveis avançados como alternativa para o combustível automobilístico em 1999, quando o petróleo era vendido a menos de US\$ 20 o barril.

Há alguns dias, voltei de uma missão de duas semanas que incluiu a região costeira do Mar Cáspio no Azerbaijão, rica em petróleo e gás natural, passando por locais como Geórgia, Turquia, Romênia, Ucrânia, Alemanha e finalmente Bruxelas. Alguns de vocês podem identificar o trajeto como a rota proposta para o Gasoduto Nabucco, iniciativa estratégica crucial para diversificar as fontes de gás da Europa e reduzir a dependência daquele continente do gás da Rússia.

Minha missão para a região foi planejada bem antes do conflito entre a Geórgia e a Rússia. Em Tbilisi, tive o privilégio de entregar as primeiras camas de campanha americanas às famílias georgianas que haviam abandonado suas casas. Tive a honra de me encontrar com soldados e civis americanos que levavam auxílio humanitário ao país e, quando chamado pela secretária Rice, ofereci meu apoio veemente à ajuda econômica à Geórgia antes de a secretária anunciar um pacote de US\$ 1 bilhão em ajuda.

O conflito da Geórgia ampliou a importância da energia como prioridade estratégica nas capitais da região. Os Estados dependentes do gás da Rússia para abastecer suas economias e seu modo de vida entendem que o corte de fornecimento pode ser uma arma tão eficiente como os tanques e os exércitos que circularam pela Geórgia. A suspensão do fornecimento de gás para a Ucrânia pela Rússia há dois anos suscitou importante discussão sobre segurança energética entre amigos europeus. Apesar disso, ocorreram somente mudanças modestas em planos e preparação. Nesse ínterim, a Rússia procurou aumentar intensamente seu domínio sobre os suprimentos energéticos.

A luta da Europa para encontrar uma política de segurança energética confiável e unificada contém lições aplicáveis àqueles entre nós que trabalham para um futuro energético mais seguro no Hemisfério Ocidental. Eu identificaria pelo menos três.

Primeira, as nações precisam reconhecer que a diversificação de fontes energéticas e rotas de transporte de energia são prioridades estratégicas. As

consequências da grande dependência de fornecedores monopolistas podem ser interrupções reais de fornecimento, como aconteceu com a Lituânia e a República Tcheca, e alguns Estados exportadores podem usar ameaças de interrupção como chantagem política ou econômica. A Ucrânia sofreu suspensão de fornecimento de gás da Rússia, mas pouco fez para gerar investimento em sua exploração de gás em alto-mar, sem mencionar a energia renovável. A diversificação é elemento de grande dissuasão desse comportamento adverso e respalda um retorno às relações comerciais. Em alguns Estados do Hemisfério Ocidental, isso pode significar novos dutos para petróleo e gás natural, mas a diversificação também exige maior esforço para a produção de fontes internas de energia – tanto renováveis quanto convencionais.

Segunda, a integração regional de redes de gasodutos ou oleodutos e redes de energia elétrica aumenta a segurança. Muitas nações européias recusam-se a interconectar sua infra-estrutura energética com a de seus vizinhos. O incessante trabalho da Comissão Européia para derrubar barreiras internas tem sido dificultado pelo pensamento insular de vários Estados-membros. Em uma emergência, não adianta um aliado estar disposto a compartilhar seus recursos energéticos caso não haja infra-estrutura para levar energia aos necessitados.

E, terceira, não podemos continuar a comprometer nossa segurança buscando políticas energéticas confusas e freqüentemente contraditórias. Na Turquia, por exemplo, encontrei forte apoio do presidente Gul a novos dutos para a Europa; entretanto, o país também precisa de mais energia no âmbito interno para suprir seu considerável crescimento econômico. Embora a Alemanha esteja avançando em energia renovável, seu apoio ao Gasoduto *Nord Stream* poderia torná-la mais dependente do petróleo russo. A visão estratégica de longo prazo precisa nortear nossas políticas energéticas.

Fico satisfeito por algumas pessoas neste hemisfério estarem pensando no longo prazo. Bons amigos no Brasil aprenderam as lições resultantes do choque do petróleo dos anos 1970 e, determinados a superar muitos obstáculos ao longo do caminho, desenvolveram uma base de combustível de etanol, expandiram a prospecção em alto-mar e estão suspendendo todas as importações de petróleo cru.

Os Estados Unidos, a Europa e o Cáucaso por fim reconhecem – ou foram obrigados a reconhecer – a necessidade de conquistar segurança energética genuína com suprimentos suficientes para desenvolver nossas economias e permanecer fora do alcance da manipulação externa. Nós, no Hemisfério Ocidental, afortunadamente temos meios de consolidar um comércio confiável de fontes energéticas convencionais, bem como de criar novas fontes de crescimento econômico com o uso sábio das nossas fontes renováveis.

Realizar esse potencial exigirá liderança e visão. Como nós, nos Estados Unidos, estamos nos preparando para eleger um novo presidente, este é um momento ideal para lançar os alicerces de um programa conjunto com o Canadá e os países da América Latina e do Caribe que buscam desenvolver potencial energético.

Deveríamos trabalhar juntos em um esforço voltado para o desenvolvimento econômico e o suprimento de energia, elaborado de modo pactuado e ponderado, de tal forma que cada parte seja um parceiro e sinta os benefícios da cooperação. Esse esforço, o “Pacto Energético do Hemisfério Ocidental”, precisaria incluir compartilhamento de informações científicas, pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias de energias renováveis, adaptação às mudanças climáticas, melhora da integração de nossa infra-estrutura energética e criação de mecanismos para ajuda mútua em períodos de emergência. Um pacto dessa natureza sinalizaria que a manipulação do abastecimento de energia não vai funcionar neste hemisfério.

A parceria entre países é especialmente importante diante do chamado nacionalismo em relação aos recursos naturais que se espalhou pela América Latina e em muitas nações pelo mundo todo. Políticas tão míopes, embora possam ter apelo eleitoral imediato, têm-se mostrado prejudiciais aos interesses econômicos de longo prazo dos países que as praticam. A cooperação estrangeira não deve significar exploração estrangeira, e investimentos estrangeiros em recursos energéticos bem projetados podem gerar benefícios reais para as pessoas do país e da região.

Um programa energético conjunto, além de levar empregos e outros benefícios econômicos aos países da região, também geraria benefícios mais amplos. Esse programa poderia ser o alicerce de novas e mais estreitas relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos da América Latina e do Caribe. Poderia representar a oportunidade de construirmos uma nova estrutura de discurso político e econômico, livre das doutrinas unilaterais superadas do passado.

Com a cooperação energética como alicerce, os Estados Unidos e seu vizinhos poderiam formular uma agenda muito mais ampla para tratar dos desafios regionais por meio de consultas ativas e colaboração voltada para o consenso com os atores mais influentes da região. Juntos, deveríamos nos comprometer a construir uma região inclusiva, que abranja o bem-estar diário de cada país e de cada um dos seus cidadãos, inclusive daqueles tradicionalmente negligenciados.

Em fevereiro de 2007, fui co-autor de um artigo juntamente com o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, que tratava de investimentos em biocombustíveis. Naquela ocasião, escrevemos: “Tal programa de investimentos poderia criar, em curto prazo, um mercado de biocombustíveis próspero no Hemisfério Ocidental que poderia diminuir a pobreza, gerar empregos e aumentar a renda, melhorar a segurança energética, fortalecer a independência das nações e proteger o meio ambiente. Se fosse implementada com vigor e de forma ampla, essa parceria poderia sinalizar uma mudança transformadora na política dos EUA com relação à América Latina, uma colaboração verdadeira entre o Norte e o Sul em uma estratégia econômica e de segurança que beneficiaria a todos.”

Para concretizar tal estratégia econômica e de segurança, que não trate apenas da energia, faz-se necessário uma nova doutrina para a região. As atitudes da Guerra Fria agora devem ceder lugar a um contrato entre parceiros, um contrato que fale não apenas

das nossas necessidades energéticas, mas também do desejo mútuo de melhorar nossas democracias e nosso padrão de vida econômico. Em uma era de globalização e interconectividade em várias esferas, a prosperidade dependerá cada vez mais não do controle local de recursos energéticos, mas da integração bem-sucedida de todos os recursos, inclusive os humanos, entre as nações. Isso inclui desenvolvimento de habilidades, investimentos financeiros, capacitação de trabalhadores, educação dos cidadãos, compartilhamento de inovações tecnológicas e muito mais.

A resposta ao nacionalismo em relação aos recursos naturais é internacionalismo em relação aos recursos nacionais, uma estrutura de parcerias que interliga nações e atravessa continentes. Ajudar a construir uma nova estrutura é, acredito, o desafio básico para o próximo governo dos EUA no Hemisfério Ocidental, além de ser uma oportunidade vital.

A segurança energética é uma plataforma vantajosa para a construção de uma nova estrutura, porque as necessidades são claras e imediatas, e todas as partes têm algo a oferecer e algo a ganhar.

Por exemplo, a América Latina fornece 30% das necessidades de petróleo dos Estados Unidos. Três dos nossos quatro maiores fornecedores de petróleo estão no Hemisfério Ocidental: Canadá, México e Venezuela. Entretanto, até esses grandes fornecedores enfrentam desafios. No Canadá, a produção de petróleo a partir de areias betuminosas ainda precisa ser conciliada com tecnologias para limitar a degradação ambiental. A produção petrolífera mexicana, que é a maior fonte de receita desse país, está diminuindo rapidamente devido ao debate político sobre investimentos internacionais. E todos sabemos das consequências desfavoráveis da nacionalização da produção de petróleo na Venezuela.

Igualmente, há suprimentos significativos de gás natural em países como Bolívia, Peru, Argentina, México e Trindade e Tobago – e em outros lugares. De fato, as Américas Central e do Sul possuem quase tanto gás quanto a América do Norte. Um sistema de gasodutos e instalações de gás natural liquefeito regionalmente integrado poderia ser um passo importante em direção à segurança energética para todos nós. Ao mesmo tempo, aumentaria muito o valor econômico desses suprimentos, o que até agora não foi plenamente realizado.

A energia renovável oferece a maior esperança de aliar as nossas necessidades de segurança energética com o crescimento econômico e a gestão ambiental. O solo e o clima da América Latina são ideais para o cultivo de cana-de-açúcar e culturas energéticas especiais para a produção de biocombustíveis. Os Estados Unidos e o Brasil são líderes regionais em biocombustíveis. No entanto, mais países da região podem e devem participar da produção nacional de biocombustíveis para aumentar os empregos, elevar a renda rural, melhorar as balanças comerciais e ganhar proteção contra os caprichos do mercado petrolífero internacional, cujas oscilações eliminaram os ganhos recentes de muitos países na redução da pobreza.

Pedi a suspensão da tarifa americana sobre o etanol para ajudar a estimular um verdadeiro mercado regional em etanol e para demonstrar um compromisso visível de que os Estados Unidos liderarão a iniciativa de unir as nações para formar a parceria energética do Hemisfério Ocidental. Apresentei também um projeto de lei denominado “Pacto de Cooperação Energética EUA-Brasil”. O objetivo é criar uma estrutura entre os Estados Unidos e o Brasil para desenvolver parcerias na região e em todo o mundo a fim de promover a segurança energética com o desenvolvimento acelerado de infra-estrutura, pesquisa e produção de biocombustíveis sustentáveis e iniciar o processo de conscientização de nossos vizinhos sobre as necessidades mais amplas de segurança energética. Essa seria a tarefa do Pacto Energético do Hemisfério Ocidental que sugeri hoje para apoiar, focalizar, acelerar e integrar esses diferentes esforços por meio de pesquisa e desenvolvimento, capacitação, assistência governamental e mobilização de capital privado.

Esse pacto poderia ajudar cada um de nós como países independentes e como uma comunidade de nações a pôr em prática as lições que compartilhei com vocês hoje, tiradas de minha missão sobre segurança energética na Europa. Essas lições são diversificação, integração e formulação de políticas estratégicas.

É uma meta ambiciosa, mas realista, desenvolver um mix complementar de biocombustíveis, energia renovável e combustíveis convencionais do hemisfério, juntamente com tecnologias eficientes, que poderia ajudar a desarmar os que usariam a energia como arma política e a melhorar o crescimento econômico, criar empregos e promover uma coesão hemisférica e regional mais fortalecida.

Para concluir, compartilho uma lição final extraída da minha recente viagem. A falta de cooperação em segurança energética na Europa levou a uma situação na qual alianças bilaterais e multilaterais mais amplas estão realmente sob tensão. Em contraposição, a cooperação em uma agenda de segurança energética no nosso hemisfério ajudará a construir alianças e evitar conflitos. Devemos essa visão e a liderança do dia-a-dia a todos do nosso hemisfério que dependem de nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Então, com a permissão desta eficiente mulher, Secretária-Executiva do Senado, dou por encerrada a sessão do dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal **Senador Garibaldi Alves Filho**

23/10/2008

Quinta

- | | |
|--------------|--|
| 09:00 | Solenidade Militar alusiva ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira.
Base Aérea de Brasília
obs: com a presença do Presidente Lula |
| 13:00 | O Presidente Lula oferece almoço ao Rei e Rainha da Jordânia
extensivo a esposa
Sala Brasília - Palácio do Itamaraty |
| 14:40 | Visita do Rei da Jordânia, Abdullah acompanhado do
Senador Heráclito Fortes e os Senadores integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes.
Salão Nobre do Senado Federal |
| 16:00 | Sessão do Senado Federal
Plenário do Senado Federal |

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 200, DE 2008,
DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E
OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA
DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS
TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO
INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO
PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A
UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE
CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO
DESES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.**

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião, realizada em 26 de Agosto de 2008, às quinze horas e dezes-seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram ouvidos os senhores Oswaldo Barbosa de Oliveira, Diretor Geral do MSN/Hotmail no Brasil e Eduardo Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet – ABRANET.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente

Geraldo Mesquita (PMDB-AC)

Virgílio de Carvalho (PSC-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar a pedofilia no Brasil, crimes cibernéticos ligados ao crime organizado e crimes individuais. O Sr. Relator Demóstenes Torres está encerrando uma reunião, está chegando.

Senador Virgílio, eu gostaria de relatar a esta CPI que estive no final de semana próximo passado, aliás, no meio da semana passada na Argentina, num Congresso Preparatório de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Criança, do Congresso Mundial que vai acontecer no Brasil, infelizmente eu estava na Argentina no dia que o Brasil perdeu para a Argentina, e eu, como não sei falar espanhol, fiquei trancado dentro do quarto lá para não sair falando português lá embaixo. Lá eles não mostram nada da Olimpíada, só os mostram. O sujeito foi desclassificado, eles os mostram. É medalha de bronze, mostra um milhão de vezes por dia. E aquele jogo eles mostravam a cada noventa minutos, encerrou, repetia, encerrou, repetia, encerrou, repetia, só tinha isso. Sério, só tinha isso, só tinha isso.

E participei, com a delegação do Brasil, do Ministério da Justiça se fez representar a Comissão de Direitos Humanos, o Dr. Thiago, SaferNet, que assessora essa CPI, e pude ver, constatar uma coisa que é lamentável para nós na América Latina: o atraso com relação ao combate aos crimes de pedofilia e os crimes cibernéticos. E como nós avançamos, Dr. Sobral, ainda

estamos na dúvida e avançamos. Mas fiquei surpreso, fui para um grupo de trabalho junto com o Dr. Thiago, um grupo de trabalho que ninguém fala, só os argentinos é que falam, onde a moça mostrou com pompa um policial que ia falar de um caso de combate a um crime cibernético, ele recebeu a palavra e começou narrando como é que eles fizeram uma investigação e tal, descobriram o caso, deu o nome do cara e não sei o que e tal, tal e tal. E eu, me sentindo muito agoniado com aquilo, sem poder falar, pedi a palavra e disse: “Eu gostaria de cooperar, até para que a gente pudesse ter celeridade. Os pedófilos da Argentina que vocês estão precisando, nós quebramos o sigilo da Google e eu posso entregar”. A moça disse que eu não podia falar, então... Eu sou nordestino, peguei a minha pasta e saí. Esperei para o outro dia, porque havia uma participação do Brasil na Mesa, uma apresentação da SaferNet, o Dr. Thiago foi muito feliz, apresentou o software que foi inventado na Bahia, onde o povo só tem um neurônio, eu não sei como é que conseguiram inventar aquilo. O cara diz que só toca berimbau porque tem uma corda... Bom, ofendeu a mim, ofendeu a minha mãe, ofendeu todo mundo o cara, mas eu acho que o pessoal mostrou que só tinha um neurônio quando o escolheu para ser o diretor da faculdade. E um software muito interessante, desenvolvido pelos engenheiros da SaferNet, que também lá estavam, e a grosso modo ele mostrou a nossa quebra de sigilo da Orkut e onde no mundo estavam os pedófilos identificados por nós aqui na quebra de sigilo, os da nossa Latino América, e aí se mostrou muito importante e eu prestei atenção de uma coisa: um Congresso dessa natureza não pode acontecer sem a presença do Legislativo. Por que aonde é que se faz a lei? Porque não adianta você ser militante se não houver sensibilidade do Legislativo. Nesse tipo de Congresso tem que convidar o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Parlamento do Mercosul, porque o que os olhos não vêem o coração não sente. E aí fica uma discussão a vida inteira, sai a Carta da Argentina. Essas Cartas é só uma coisa assim para ficar bonito em Congresso, Carta não sei de onde, Carta não sei de onde, mas que não vai a lugar nenhum, não dá em nada.

Então eu dizia, eu espero que aqui no Congresso, no Brasil, no final do ano, nós tenhamos alguma coisa para mostrar para o mundo, como a tipificação do crime, esses trinta anos, as tipificações de conduta, os Termos de Ajuste de Conduta, que já foram assinado com a Google, que nós pretendemos assinar com todos os outros operadores de Internet no Brasil, e que nós estamos muito longe, nós estamos muito longe.

Mas a participação do Brasil foi efetiva, o Dr. Thiago foi muito feliz na apresentação, o Ministério da

Justiça também com os seus representantes na Mesa. E mais uma vez eu lamento que, na hora que foi iniciar a apresentação do Brasil, a senhora Argentina pediu a palavra e falou que era para resumir o tempo. Eu fiquei impressionado com aquilo: como que a gente sai do país da gente para debater uma questão tão importante, tão importante como essa? O Dr. Thiago falou doze minutos, o tempo era quinze, ficou sobrando três, e todos nós tomamos uma bronca, um pito, uma repreensão. Mas nós vamos continuar, porque é preciso continuar para a gente poder cooperar, para a gente poder cooperar.

Comunico que ontem recebi do Dr. Márcio Thomaz Bastos um telefonema, que é o Advogado da Google, me pedindo quarenta e cinco dias para entregar, Senador Virgínio, a última quebra de dezoito mil e quinhentos álbuns que nós fizemos, e ele dizia da dificuldade por causa do formato que foi pedido, e como é muita coisa, é muito volume, muito trabalho – quando isso chegar -, e eu estou mandando um contrapedido, não estou nem... não estou comunicando, não estou oficiando isso, querendo, exigindo, mas que pelo menos nos entregue em trinta dias, eu disse ao Dr. Márcio, porque três mil e duzentos álbuns, o tempo que foi gasto para abrir aquilo tudo e até você identificar as operadoras de telefonia para fazer a quebra do sigilo telefônico, nesses dezoito mil e quinhentos álbuns nós vamos encontrar aí seis, sete mil pedófilos. Se a gente teve dificuldade das telefônicas entregarem a quebra de sigilo de oitocentos e cinco pedófilos, certamente sete mil pedófilos, nós vamos enfrentar outra dificuldade, na verdade nós não estamos preocupados que dia a CPI vai acabar, porque se tiver que renovar o prazo, nós vamos renovar, porque o nosso propósito é encerrá-la com as leis aprovadas.

Hoje eu tomei um propósito, Senador Virgínio, o que tem sido feito no Brasil, quinta-feira próxima passada eu estive no Rio de Janeiro, Dra. Ana, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mostrando as imagens aos Desembargadores da quebra do Orkut, e como a coisa muda. Uma coisa é ouvir, a outra coisa é ver, a outra coisa é ver. E me encontrei com um jornalista no aeroporto, muito importante do Jornal O Globo, ele veio fazer uma conversa comigo e eu falei: "Olha, é muito difícil de te explicar e a sua mente alcançar, por mais que você queira, mas eu posso te mostrar umas imagens". Nós precisamos ir às redações, como eu tenho feito com a televisão e alguns jornais no Brasil, para que as pessoas percebam essa cruzada contra a pedofilia, e eu acho que essa é a grande virtude da CPI, ter feito cair as escamas nos olhos da sociedade brasileira, e que todos nós nos juntamos no enfrentamento a uma coisa que nós rejeitamos, nós não queremos,

nós não aceitamos mais abuso de crianças como se vem praticando no mundo e no Brasil, que é o nosso país, que é aonde que nós temos que fazer, de maneira que essa nossa cruzada faz com que tenhamos a possibilidade de colaborar.

Hoje também eu comunico a essa CPI que estarei convidando o Embaixador da Índia para que venha a essa CPI para dividir conosco as suas dificuldades na Índia com relação à Google, e que nós possamos, mediante ao pedido da Embaixada da Índia, entregar a eles os pedófilos indianos que eles lutam tanto com a Google, não conseguem e nós encontramos aqui na quebra do sigilo do Orkut. Nós temos mais para entregar, certamente, com as outras quebras, e eu estarei convidando para que ele esteja conosco.

De maneira que comunicando à sociedade que enquanto nós fazemos esse trabalho, a equipe de Procuradores, de Promotores e Promotoras e Delegados e Delegadas Federais, que agora nós temos uma Delegada Federal também, não é só Delegado, não é, a Dra. Juliana, os Peritos, trabalham aqui construindo a legislação que nós precisamos para ser votada, e um grupo está indo aos Estados onde existem crimes de pedofilia emblemáticos, fazendo todo o levantamento para que a CPI possa atuar nesses locais em favor da sociedade.

Está em discussão a Ata da Sessão passada. O Senador quer discutir? Não havendo, o Senador que aprova permaneça como está. Aprovado.

Eu vou convidar o Sr. Oswaldo Barbosa de Oliveira, Diretor-Geral da MSN/Hotmail no Brasil. Já convido para sentar conosco aqui o Sr. Eduardo Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (ABRANET). Bem, o Advogado, o Dr. Roberto, se quiser se sentar aqui conosco, será um prazer. Ele veio sozinho. Aqui ninguém corre risco, a não ser que seja pedófilo, mas gente de bem para cooperar com a sociedade... Aliás, comunicar ao Senador Tuma, que o Advogado do Tipitivick, lá de São Paulo, processou eu e ele. Nós estamos processados por abuso de poder contra o cliente que abusou de tantas crianças, pegou cento e dez anos de cadeia, e nós expusemos essa criatura infeliz para a imprensa, para a mídia filmar. Que pena. Esse é o tipo de processo que eu recebo com muita alegria.

Eu vou conceder a palavra ao Sr. Oswaldo, Diretor do MSN, para que faça a sua exposição. O senhor fique à vontade, use o tempo que achar necessário, nós estamos aqui para ouvi-lo. O que o Brasil quer e o que nós queremos é que todos nós estejamos juntos no combate ao crime cibernético, na ajuda de mãos dadas a sociedade, nós não vamos nos livrar nunca mais da Internet, muito pelo contrário, as próximas

gerações e o mundo verá a tecnologia tomando corpo a cada dia e que nós criemos mecanismos juntos de proteção da criança, de proteção da família. Embora as informações que nós temos são as melhores a respeito do MSN na ajuda ao enfrentamento, à Justiça, à Polícia do Brasil, e o que nós teremos é que nós nos ajustemos, que nós nosso acordemos exemplarmente numa ação social coletivo em favor da sociedade. O senhor tem a palavra.

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu preparei uma pequena apresentação, se pudesse colocar a apresentação na tela eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Sim, pois não. Augusto, por favor.

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Eu vou começando. O meu nome é Oswaldo Barbosa de Oliveira, eu sou Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, funcionário da Microsoft Informática Ltda. desde 1989, ou seja, há mais de dezoito anos na empresa e exercendo atualmente o cargo de Diretor-Geral, Mercado Consumidor e On-Line. A Microsoft eu acho que dispensa apresentações pelos serviços e produtos que ela faz. É importante falar dos serviços de Internet. Eu pediria que fosse para o próximo slide.

Basicamente temos dois serviços da Internet. O MSN é o portal de conteúdo de informações e os serviços com a marca Windows Live, que são serviços gratuitos para consumidores. O próximo slide.

O portal de conteúdo é um portal conhecido, como todos os outros portais da Internet, possui conteúdos de diversos provedores, tantos brasileiros quanto empresas internacionais. O próximo slide.

Mas acho que o que mais nos interessa hoje são os serviços Windows Live, que são serviços gratuitos, podendo ser acessado por qualquer usuário que tenha um computador, que esteja acessando um computador, que basicamente prestam serviços de comunicação entre pessoas. Os mais conhecidos são o Messenger, o Hotmail, o Expenses, mas existem outros serviços dessa mesma família. Todos eles usam o mesmo serviço de credenciamento, que nós chamamos de Windows Live ID – o próximo slide, por favor -, que é quando você entra com o seu e-mail e a senha para ter acesso a esses serviços Windows Live. Uma vez você autenticado nesse serviço, você pode acessar qualquer um dos serviços Messenger, Hotmail ou Expenses. Um usuário novo deve criar um Windows Live ID para poder utilizar esses serviços. O próximo slide.

Sem dúvida o Windows Live Messenger é o serviço mais popular aí dessa família de serviço. A versão

antiga se chamava MSN Messenger e muitos ainda se referem a esse nome ou apenas como MSN. Ele é um serviço de comunicação instantânea, normalmente entre duas pessoas, que pode envolver eventualmente vídeo e voz caso esses usuários tenham uma câmera no seu computador. Ele é muito utilizado por pessoas comunicando com parentes e amigos no exterior, entre familiares ou mesmo auxiliando negócios entre clientes e fornecedores. Uma coisa importante é que ele não deve ser confundido com salas de bate-papo ou chat. Numa sala de bate-papo as pessoas entram numa sala virtual, não conhecem as pessoas e começam a interagir com essas pessoas desconhecidas. A Microsoft não possui esse serviço de salas de bate-papo. No caso do Messenger, para que haja uma interação é necessário que um usuário faça um convite ao outro, que conheça o endereço dessa outra pessoa e que o outro aceite este convite. Certamente é uma coisa muito mais segura do que uma sala de bate-papo. Nós instruímos os nossos usuários que só devem aceitar esses convites de pessoas que eles conhecem. Esse é um serviço normalmente muito conhecido como um serviço seguro e útil para os seus usuários. O próximo slide.

O Windows Live Hotmail é um serviço de e-mail gratuito, podendo ser acessado por qualquer computador que tenha uma conexão à Internet e um navegador, inclui recursos aí de segurança, recursos de filtro de Spam e ferramentas para gerenciar os seus e-mails, como diversos outros produtos que existem no mercado.

O próximo produto – o próximo slide, por favor – é o Windows Live Expenses. O Expenses é um serviço de páginas pessoais e redes de amigos para os usuários do Messenger ou do Hotmail. Ele permite criar blogs, colocar fotos e vídeos, receber mensagem, entre outras coisas, para serem compartilhados dentro da rede de amigos do Messenger. Na realidade – o próximo slide, por favor – ele possui três níveis de privacidade ou de permissão: quem cria a sua página pessoal no Expenses pode determinar que essa página seja uma página pública, ou seja, qualquer pessoa na Internet pode acessar e consultar essa página; apenas para os contatos do Messenger, normalmente os seus amigos podem acessar essas páginas; ou escolher pessoas individuais que podem acessar esse espaço, essa página pessoal. Portanto, ele é diferente de outros produtos de rede social no sentido de que cada Windows Live ID, cada credencial de e-mail permite apenas uma página pessoal. Isso dificulta um pouco a criação de comunidades, como a gente viu em outras redes sociais, “Eu amo o Flamengo”, “Eu odeio a empresa X”, em que um usuário pode criar muitas dessas comunidades e deixar

na Internet para que outras pessoas se juntem a essa comunidade fazendo essa rede social. No nosso caso, provavelmente porque essa pessoa usa a sua conta de Messenger para comunicação instantânea e uma comunicação de qualidade, ela não usa a sua página pessoal Expenses para qualquer coisa, normalmente é uma página de uma maior qualidade.

É importante falar que todos esses serviços estão disponibilizados para cinqüenta e nove países, em trinta e seis idiomas, a partir de computadores localizados nos Estados Unidos para todo o mundo.

A segurança é muito importante para a Microsoft. Nós queremos ter uma Internet segura para os nossos usuários e nos preocupamos em criar ferramentas para dar essa segurança ao usuário. Essas ferramentas estão em constante evolução, implementando novos recursos, analisando solicitações de usuários e órgãos governamentais. Todos os serviços do MSN Windows Live são regidos por um Código de Conduta. Os usuários são obrigados a aceitar esse Código de Conduta para acessarem os serviços. Ele determina claramente os usos proibidos. Eu listei alguns aí. É proibido, no serviço Windows Live, retratar nudez; incitar, advogar ou expressar pornografia, obscenidade, ódio, racismo ou violência gratuita; prejudicar ou explorar menores de qualquer maneira; violar qualquer lei local e nacional; ameaçar, perseguir, difamar, degradar, intimidar indivíduos ou grupos de indivíduos. Isso são apenas alguns dos exemplos dos usos proibidos.

Se a Microsoft constata algum uso proibido, algum uso fora do Código de Conduta, ela pode, desde enviar notificações, pode remover conteúdos ou mesmo cancelar contas. Um exemplo que eu menciono é de um conhecido que, na sua página pessoal, quis compartilhar a foto do seu bebê com os familiares, tá, e esse bebê estava pelado, um bebê, e ele recebeu uma inovação para ele retirar essa foto porque aparecia a genitália do bebê, está certo? Uma operação que ele estava fazendo de compartilhar com os seus familiares, isso foi detectado por nós e ele recebeu uma notificação.

Diversos dos nossos produtos possuem links para Códigos de Conduta. Como a gente pode ver no Messenger, eles estão perfeitamente destacados para que qualquer usuário possa acessar esse Código de Conduta, mas principalmente o relato de abuso. Qualquer usuário que esteja no serviço pode, com um clique, relatar um abuso fora do Código de Conduta para a nossa central. O próximo slide.

Isso também acontece no Hotmail, o Hotmail também avisa sobre e-mails considerados suspeitos, e-mails considerados Spams, reconhecidos pelas nossas tecnologias. O próximo slide.

Esses e-mails, o usuário pode reportar como lixo eletrônico. O próximo slide.

No caso do Hotmail, também temos acesso às páginas de privacidade e ajuda, tá? O próximo slide.

E no Expenses também todos os links necessários para que os usuários possam reportar qualquer abuso no Código de Conduta.

Mas não é só isso que nós temos, não é só através do reporto dos usuários que a gente consegue verificar abuso de conduta. O próximo slide.

Temos também uma tecnologia de filtro que permite, através de análise de imagens, por exemplo, se tem vermelho, isso pode ser sangue, pode ser violência, determinadas seqüências de cores podem sugerir a exposição de genitália, essas imagens são analisadas – o próximo slide, por favor – por um grupo de pessoas que olham essas imagens e determinam se isso está contra o nosso Código de Conduta. E através dessa análise podemos notificar, podemos retirar esse conteúdo ou até mesmo cancelar a conta. O próximo slide.

Uma coisa importante no nosso serviço é que não há distinção entre a comunidade privada ou pública. A página pessoal de uma pessoa que é aberta para a Internet ou aquela que ele escolheu para ser privada para alguns usuários estão sujeitas às mesmas normas e ações da Microsoft. Caso um caso seja reportado por usuário, seja descoberto pelas nossas tecnologias, for um caso de pornografia infantil, ele é reportado ao NCMEC, que é o *National Center for Missing & Exploited Children*, que é uma Organização que trabalha junto com os Governos e coordena, com outras agências internacionais, a proteção à criança. O NCMEC, por intermédio de uma Organização Icô(F), envia informação para as unidades(F) de outros países. Nós estamos tentando marcar reuniões com o Ministério Público, com o NCMEC para estreitar esse relacionamento e poder ainda mais melhorar esse fluxo de informação. No nosso caso o conteúdo é preservado aí por sessenta a noventa dias, dependendo do serviço, enquanto a gente aguarda a solicitação das autoridades para disponibilização desse conteúdo. Caso solicitado pelas autoridades, o conteúdo pode ser armazenado por cento e oitenta dias e pode ser prorrogado por mais cento e oitenta dias, caso solicitado.

Agora, Senador, todas essas medidas de segurança nos produtos não são suficientes para garantir a segurança dos usuários. A Microsoft se preocupa e desenvolve outros programas para melhorar a segurança da Internet. Nós temos um conjunto de ações internas, parcerias com outras instituições e colaboração com autoridades para melhorar ainda mais a segurança da Internet. De nada adiantam esses recursos de se-

gurança nos produtos se não houver consciência dos pais para o uso responsável da Internet pelos filhos e é fundamental que as famílias conversem com os seus filhos, definam limites, eduquem as crianças e fiscalizem o uso da Internet de forma segura. Cabe também a Microsoft a iniciativa de promover a educação segura da Internet. E agora vamos mostrar alguns exemplos de iniciativas que fazemos. O próximo slide.

Temos um produto da Microsoft gratuito chamado Proteção da Família, do Windows Live, que permite aos pais gerenciar a experiência de Internet do filho, tanto o conteúdo que eles acessam, que estão dentro de uma recomendação feita pela Academia Americana de Pediatria, como também eles podem aprovar os contatos do Messenger antes que os filhos iniciem qualquer comunicação. Qualquer pedido de comunicação com o filho vai antes para os pais, para os pais aprovarem que os filhos possam exercer essa comunicação. Além desse produto temos feito diversas campanhas na Internet. No nosso próprio site da Microsoft, aqui no Brasil, temos uma Central de Segurança, com todas as dicas de segurança em geral, inclusive segurança no caso de navegação, como também campanhas voltadas aos nossos usuários para que eles possam aprender sobre os itens de segurança disponíveis no nosso produto. O próximo slide.

Uma dessas iniciativas mais importantes que a gente tem é a iniciativa Navegue Protegido, que é uma iniciativa conjunta da Microsoft e da Fundação Ricky Martin, com o apoio de outras instituições como, por exemplo, o Instituto Ayrton Senna, que tem como objetivo colocar à disposição dos usuários o máximo de informações e ferramentas disponíveis para a segurança e privacidade na Internet. Participamos, também, da comissão de trabalho para a proteção da criança à Internet no comitê gestor de Internet no Brasil. O próximo slide.

Desde 2006 trabalhamos com o Thiago, com a SaferNet, uma parceria muito produtiva para nós, tá, no combate à pornografia infantil, principalmente no que diz respeitado à retirada de conteúdo ilegal, postados nos nossos sites e que foram identificados pela SaferNet. Também temos um relacionamento com a UNICEF, com a Equipat Internacional, e a Microsoft vai participar do Terceiro Encontro Mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes que vai ocorrer no Rio de Janeiro, no dia 25 a 28 de novembro.

Também temos um conjunto de iniciativas com o ICMEC, basicamente iniciativas que dizem respeito a treinamento periódico sobre crime contra as crianças, onde mais de três mil agentes, em cento e doze países, foram treinados. O Brasil é o primeiro país a ter dois

desses treinamentos completos. O segundo treinamento vai ocorrer no próximo mês aqui no Brasil.

Além disso a gente já promoveu, em conjunto com essas instituições, um seminário sobre o perfil psicológico do pedófilo, que contou com a participação de Procuradores Federais e Agentes Policiais.

E, por último, temos uma colaboração com as autoridades através de um software chamado CATS, que foi desenvolvido pela Microsoft em conjunto com investigadores canadenses para auxiliar na pesquisa e compartilhamento de informações relacionadas à exploração de criança. Ele possibilita conectar os serviços da polícia, comparar investigações referentes às mesmas pessoas, dando mais autonomia aos investigadores para captura, compartilhamento e pesquisa de informações. O próximo slide.

Esse software, em novembro de 2006 foi assinado um acordo com a Polícia Federal para a implantação do CATS aqui no Brasil, que além da implantação fizemos uma doação de vários softwares, aplicamos um treinamento da ferramenta e hoje temos cento e vinte pessoas capacitadas para usar o CATS. Existe a participação desses agentes no *CATS Academy*, que é um evento anual, que visa trocar informações e atualizações do CATS entre os usuários dos outros países, e a Microsoft vai apoiar a expansão do CATS para outros Estados, sob a gestão e coordenação da Polícia Federal.

Então, Senador, eu espero que essa apresentação mostre que a Microsoft leva a segurança na Internet com muita propriedade. Temos feito atividades específicas não só nos nossos produtos, mas também em educação da comunidade como um todo, e espero continuar com essa colaboração tanto com a SaferNet quanto com a Polícia Federal e com as autoridades governamentais para que a gente possa continuar nesse movimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Obrigado pela apresentação. Eu quero fazer uma pergunta: isso tudo é verdade mesmo?

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Exatamente, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu estou--

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – O senhor não conhecia?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu penso que, na verdade, as informações do MSN, da Microsoft, da própria Polícia Federal e da própria SaferNet, que estão junto conosco, é de que de fato já existe a colaboração de que a Microsoft nunca se negou em nenhum momento a estar do lado da sociedade no combate, principalmente desse

crime, que é o nosso foco, que é o crime de pedofilia. Eu, particularmente, gostei muito, eu gostei tanto que eu estou perguntando se é verdade.

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA –
Certamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – A minha pergunta vem daí. Em função disso eu queria, eu preparei uma pergunta aqui, mas em seguida o senhor já respondeu quando falou do conteúdo, trinta, sessenta dias e, se necessário, cento e oitenta dias, em função até de que por termos assinado um Termo de Ajuste de Conduta com a Google de cento e oitenta dias, nós balizamos esses cento e oitenta dias para que pudéssemos, em todo o Termo de Ajuste de Conduta, ficar cento e oitenta dias para todos, independente de qualquer situação.

Uma coisa me chamou a atenção quando o senhor colocou que há diversas ferramentas que os pais podem acessar para poder monitorar os filhos. Mas como eles ficam sabendo? Porque na verdade tem computador em casa e a maioria dos pais não sabem navegar. E alguns que sabem, minimamente, nunca perto do que sabe um filho. Ele nunca descobre onde estão essas informações. Eu pergunto: qual a possibilidade e se há uma disposição da Microsoft – e é uma pergunta que eu faço a todos – de colocar na grande mídia, por exemplo, falar na grande mídia é atender ao povo que vê novela no Brasil. Se o povo vê isso na televisão, essa orientação na televisão, publicidade na televisão, publicidade de jornal, publicidade de rádio, eu acho muito mais a mídia televisiva, dando essa orientação, dando essa orientação. Por exemplo, eu vejo, eu estou vendo televisão, normalmente aparece uma propaganda da UOL e eles ensinado, falando as coisas e tal. Eu espero que no Termo de Ajuste de Conduta da UOL conosco, que eles se proponham também, de uma forma muito específica, a ensinar sem tão-somente com a disposição de vender o serviço, de vender o serviço. Eu pergunto: qual a disposição da Microsoft, por exemplo, de ir à grande mídia e ensinar para o pai, por mais simples que ele seja, que tem como ele monitorar o filho, tem como ele prestar atenção no filho e ajudar e ser útil no combate ao crime cibernético?

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Senador, a gente já vem fazendo uma série de atividades de divulgação, principalmente a gente faz nos nossos próprios serviços. Como se trata de um serviço que ajuda o controle de outro serviço nosso, a melhor fórmula de divulgação tem sido dentro dos nossos serviços, e a gente expõe essa ferramenta em diversos pontos da navegação do usuário nos nossos serviços. Mas já fizemos, uma série de vezes, divulgamos esse serviço e as outras atividades nossas em volta do Navegue

Protegido em programas como, por exemplo, Ana Maria Braga. Já estivemos lá apresentando isso e eu acho que um testemunhal desse, uma coisa dessa dentro de um programa, como o da Ana Maria Braga, é um reconhecimento aí da qualidade dessa ferramenta. A gente tem feito isso sim e a gente pode, sem dúvida, estudar outras formas de ampliar ainda mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Isso eu gostaria de ver, porque você indo à Ana Maria Braga, você vai convidado, não é uma mídia que você está fazendo para ensinar, e não é todo mundo que vê a Ana Maria Braga, mas novela é a praga, não é chefe? Então é o seguinte: se você põe um cara ensinado no dia do jogo do Flamengo, que somos todos Flamengo-

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não, contra o Vasco. Não? Mas a maioria é Flamengo. Vamos largar isso para lá, não vamos misturar, senão vai ter que delatar [risos]. Se você põe, por exemplo, uma campanha, marcar um mês tal, uma coisa bem pedagógica mesmo, bem fácil para que haja entendimento de que a mãe desperte para ir lá e tal, por exemplo, eu tenho um e-mail, eu tenho um MSN, e tão desavisado, que eu aprendi têm uns nove meses, uns oito ou nove meses, eu comecei a falar nas faculdades aí sobre o negócio de prova da OAB e eu não sabia que esse negócio não pode dar para todo mundo. Eu falava assim: “O meu MSN é tal”. Quando eu abri o meu, fazia um amarelão embaixo assim, eu não consegui falar com ninguém e eu não sabia, o meu irmão fala: “Rapaz, você dá isso para todo mundo, você é doido, rapaz, mude esse negócio aí e daí”, quer dizer, até hoje, eu só sei entrar ali e tal. Todos os serviços que você colocou ali, eu nunca vi, e eu entro, quer dizer, se eu que sei entrar um pouquinho e sou cego, imagine o pai de uma criança, uma mãe que poderia colaborar. Por isso que eu pergunto: como a Microsoft é pobre, ela tem essa disposição de botar na mídia [risos]... Pedofilia é um troço tão nojento que a gente tem que quebrar esse clima para não desesperar. Colocar, sei lá, escolher um mês no ano, sei lá, uma semana no ano para fazer esse tipo de publicidade, porque quando você fala que foi na Ana Maria Braga, aí você tem o outro programa da Record que você não foi, você tem o da Rede TV! que não foi, você tem o da Bandeirantes que você não foi. Ali você foi como convidado. Aí você faz essa explicação, é uma explicação absolutamente técnica, tem clareza, mas é técnica, é técnica, mas se você coloca na grande mídia eu acho que faria um bem danado para a sociedade, as pessoas participariam. É isso que eu gostaria de

saber, se existe essa disposição e se a Microsoft pode pensar nessa possibilidade?

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Vamos apena sim, Senador, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A minha pergunta, antes de passar a palavra aqui aos dois Senadores, e a seguinte: nós gostaríamos, como todas as outras operadoras de Internet, de assinar com essa CPI um Termo de Ajuste de Conduta, como fizemos com a Google. Ali têm alguns pontos de conduta já, absolutamente importantes, mas por que nós queremos assinar com essa CPI? Assinar junto com o Ministério Público Federal, com os Ministérios Públicos Estaduais, essa CPI e mais a Polícia Federal do Brasil, que já vem trabalhando junto, junto com as OMS nessa bela exposição. E aí eu pergunto: em havendo essa disposição, a Microsoft se disporia a mandar um dos seus para participar do grupo de trabalho conosco aqui na CPI, na elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta?

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA – Antes de falar do Termo de Ajuste de Conduta eu acho importante mencionar que há mais de cinco anos a Microsoft já vem colaborando com as autoridades. Ela ajustou procedimentos que permitem às autoridades judiciais e policiais solicitar informações de dados, IP, data e hora de acesso, conteúdo dessas páginas pessoais, não é, através de um simples ofício endereçado à *Microsoft Corporation*, mas em português e entregue aos cuidados do nosso escritório, está certo? Ou seja, nossa conduta tem sido, acredito, que exemplar em termos de ajudar as autoridades. Se for necessário que isso seja formalizado de alguma forma, tenho certeza que os nossos Advogados poderão trabalhar em conjunto com a CPI para verificar a melhor forma de fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É exatamente isso, essa formalização desse Ajuste de Conduta, junto com a CPI, até porque o Dr. Thiago, que já trabalha junto, assessora essa CPI, o Dr. Felipe que é Delegado de Polícia Federal na área crime cibernético e que também já milita junto, essas são as informações que nós já havíamos recebido da Microsoft, por isso que eu fiz essa consideração no começo, dessa cooperação. Eu acho então que essa formalização desse Ajuste de Conduta é que será bem vindo para a sociedade. Eu fico feliz dessa resposta, até porque os Advogados poderão participar conosco, participar com a CPI para que a gente possa formalizar. Senador Virgílio? Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Magno Malta, Presidente dessa valiosa CPI, ilustres convidados. O Senador Magno

foi muito feliz quando se lembrou da possibilidade da Microsoft, uma modesta instituição [risos], uma modesta empresa, mas que tem algum recurso para tomar essa... se associar a todos aqueles que estão envolvidos nessa verdadeira campanha de combate a esse crime desgraçado. Já tivemos aqui a aquiescência do Dr. Oswaldo no sentido de examinar a questão e dar um encaminhamento.

Agora, Senador Magno, talvez essa CPI tenha inovado. Essa CPI tem conseguido resultados que até ontem julgávamos difíceis de obter, não é? Os Termos de Ajuste que V. Ex^a. menciona aqui a todo instante hoje são uma realidade, mas antes deles a coisa foi dura para convencer empresas e instituições de que o caminho seria esse. Então essa CPI inova, essa CPI avança, essa CPI cria situações concretas no combate, porque nessa área chega de blá-blá-blá. A gente precisa de resultados, a gente precisa inibir cada vez mais a prática desse crime, precisa mostrar para os criminosos que os mecanismos estão surgindo, cada vez mais eficazes, eficientes.

E nessa situação específica que V. Ex^a. menciona, ou seja, a divulgação, a publicidade em larga escala, exaustiva, daquilo que, como diz V. Ex^a., muitas das vezes os pais desconhecem, e que sabedores poderão se tornar mais vigilantes, o que V. Ex^a. prega, na verdade, é aquilo que equivale, por exemplo, a uma campanha de vacinação contra a paralisia infantil. Então nesse sentido, Senador Magno Malta, eu acho que a gente precisa refletir um pouquinho, pensar um pouquinho em criar, claro, com a colaboração inestimável das empresas, das instituições que fazem parte desse complexo fantástico aí, mas o Poder Público também precisa entrar nisso aí de forma efetiva, como se estivéssemos envolvidos numa campanha de vacinação, e aí, assim, se trata de uma campanha de vacinação contra algo que corrói a sociedade, algo que maltrata as nossas crianças. Talvez, se fosse o caso, essa CPI já gerou proposições legislativas aqui de fundamental importância. Talvez fosse o caso de a gente refletir um pouquinho e imaginar a possibilidade. Aqui nós temos as dedicadas e os dedicados membros do Ministério Público Federal, alguns Estaduais, a Polícia Federal. Talvez seja o caso de a gente sentar e refletir também numa proposição legislativa no sentido de fazer com que o Poder Público, de uma maneira geral, pois o Governo Federal, os Governos Estaduais, gastam bilhões em publicidade, grande parte dela para promoção pessoal, a verdade é essa. Talvez seja o caso de a gente aproveitar uma fatiazinha desse fantástico volume de recursos para, a exemplo do que a gente faz anualmente, campanha de vacinação contra rubéola, campanha de... Entende? Promover o dia ou a

semana de vacinação contra o crime da pedofilia. E aí assim com a colaboração estreita aí das empresas então faríamos uma grande campanha nesse país, todo ano, de esclarecimento, de divulgação. V. Ex^a. está coberto de razão. Não adianta essa CPI, o trabalho que ela faz, se não for secundado por ações como essa, nós não alcançaremos os limites que gostaríamos e queremos alcançar.

Então a sugestão que eu deixo aqui, Senador Magno, inclusive para os nossos eficientes e leais colaboradores dessa CPI, membros do MP, da Polícia Federal, que estão aí nos acompanhando, e nós mesmos parlamentares, nos debrucemos sobre essa questão no sentido de imaginarmos a possibilidade de formularmos uma proposição legislativa no sentido de obrigar o Poder Público, em todas as suas instâncias, a promoverem em determinada época do ano e todo ano uma campanha de esclarecimento público a respeito do crime e do seu combate, das maneiras que poderemos criar e imaginar no sentido de tornar essa luta cada vez mais vitoriosa. Era a sugestão que eu queria deixar a V. Ex^a. e a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Agradeço ao Senador Geraldo. Eu acho que os nossos assessores, ilustres e competentes, estão todos assentados aí, eu acho que é de bom alvitre na verdade que se ponha isso como lei de verdade, sem sugestão, que se crie lei que obrigue o Poder Público a fazer a campanha, a fazer a campanha. Eu acho que na questão da criança não dá para você fazer meia conversa, não dá para você brincar com isso, porque a criança, na verdade, é o homem de amanhã. As responsabilidades que estão conosco hoje estarão com elas amanhã. E têm estudiosos do comportamento humano que depois de detectar que nós somos o maior consumidor de pedofilia do mundo, já afirmam que daqui a quinze anos, se nenhuma providência for tomada, nós teremos a sociedade mais lesionada do mundo do ponto de vista emocional. Então eu acho que a fala de V. Ex^a. é bem vinda, é bem colocada, como sempre, e nós vamos pedir aos Promotores e ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal que está conosco trabalhando, para que a gente construa algo nesse sentido, para que votemos nessa CPI.

Eu quero agradecer a sua exposição e fiquei feliz, feliz mesmo com a exposição feita. Já havia referências da Microsoft à CPI desse tipo de comportamento, de cooperação. A disposição da formalização desse Termo de Ajuste de Conduta conosco nos deixa mais feliz ainda, porque o Brasil tomará conhecimento disso, como faremos com todos os outros que ainda virão aqui, que ainda virão aqui. É formalizar alguma coisa que existe, que está escrito e que tem tido essa

disposição da cooperação. Essa disponibilidade de estudar, acho que será alguma coisa nova, boa para o Brasil. Essa publicidade na grande mídia e em escala mostra a seriedade da empresa, e quando uma empresa mostra seriedade, ela só cresce, ela só cresce. Diz que o Dr. Alexandre Hohagen agora, o Diretor da Google, agora é Diretor da América Latina toda, que era só no Brasil. Por quê? O limão virou uma limonada, quer dizer, apertado aqui, assinou um Termo de Ajuste de Conduta e que agora vai obrigar a abrir para todo mundo. E ele que viveu o momento, assinou o Termo de Ajuste de Conduta, está preparado para fazer isso com o resto da América Latina, quer dizer, virou uma limonada o limão aqui, quer dizer, ele foi promovido, cresceu.

E a gente agradece a Deus, Senador Geraldo, Senador Virgílio, porque essa CPI, o Congresso Nacional Brasileiro, nós abrimos uma porta para o mundo. A quebra desse sigilo, esse Termo de Ajuste de Conduta, que é uma das grandes virtudes dessa CPI, acabou colaborando com o mundo inteiro no sentido de que nós continuemos a trabalhar e que portas foram abertas no sentido de que juntos nós venhamos a combater esse crime desgraçado, que é o crime de pedofilia na Internet. Eu agradeço ao senhor, agradeço ao seu Advogado e esperamos essa indicação aí de alguém de vocês, do Advogado, para se assentar conosco para a gente formalizar esse termo.

SR. OSWALDO BARBOSA DE OLIVEIRA –
Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu, como sou gente boa, vou suspender a sessão por cinco minutos para a imprensa poder ouvi-lo, porque nós ainda vamos ouvir aqui, para a imprensa poder fazer o seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Acabei de receber agora, Senador Geraldo: “Homem preso por dopar e abusar de meninas”. Lá em Cachoeira de Itapemirim, uma cidade nossa que fica lá em Vila Velha, lá em Cachoeira, no Espírito Santo. O sujeito pegar bombom, colocava sonífero no bombom, está preso lá em Cachoeira, doutor, um caminhoneiro de quarenta e dois anos abusando de criança de sete a onze anos de idade, com sonífero dentro do bombom. Pedófilo é um desgraçado, não é? Com toda essa campanha, com tudo que a Polícia está fazendo, o Ministério Público, o Brasil inteiro prendendo, que raça ruim essas pestes. O cara botava sonífero no bombom. Filho de uma mãe.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB-AC): Senador Magno, isso ainda é falta de que a comunicação chegue a todo o canto. É por isso que é de fundamental importância a preocupação le-

vantada por V. Ex^a. Olha, a campanha de vacinação contra a paralisia infantil é de anos e anos. Hoje a gente diz que a paralisia está erradicada no país, mas quanto tempo levou para que todas as crianças fossem vacinadas. Entendeu, Magno, é comunicação, é a comunicação chegar nesse cara aí para assustá-lo. Vai ver que ele não tem conhecimento nem da existência da CPI, entendeu?

Sessão suspensa às 16h14.

Sessão reaberta às 16h19.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Dando prosseguimento aqui à nossa audiência, vamos ouvir o Sr. Eduardo Parajo, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (ABRANET). Fique à vontade.

SR. EDUARDO PARAJO: Obrigado, Senador. Eu gostaria de agradecer ao convite para poder participar da CPI, com contribuições da ABRANET para essa CPI.

Eu vou falar um pouquinho da ABRANET. A ABRANET é a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso e Serviço de Internet, fundada em 1996 -por favor, o próximo. Hoje nós temos mais de trezentos associados entre empresas, pessoas físicas, fundadores e tudo mais, instituições de ensino superior, profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ela abrange todo o país?

SR. EDUARDO PARAJO: O país inteiro, nós temos associados no país todo hoje. Hoje, evidente que o nosso objetivo é o desenvolvimento da Internet do Brasil, auxiliar os associados em questões técnicas, operacionais e legais e manter representatividade junto a órgãos do Governo e outras entidades. A gente tem uma atuação bastante forte hoje junto com o Comitê Gestor da Internet. Além disso a gente tem parcerias junto à EECAN, LACNIC, ETIU (0 – 56 – 38), UNESCO, a própria SAFERNET, do Dr. Thiago, ABI, NAEMI, Câmara InNet, entre outros. O próximo, por favor.

Bom, a ABRANET é a primeira Associação e a principal Associação do setor. Hoje, basicamente, todos os grandes provedores estão associados – UOL, TERRA, IG, GLOBO, são todos nossos associados, além de outros pequenos e médios empresários do setor, que estão desde 1996 nessa luta de prover acesso à Internet. O próximo, por favor.

Temos no quadro diretivo hoje composto de diretores altamente qualificados, profissionais da área. O próximo, por favor.

A gente tem uma linha mestre de atuação para ter um mercado competitivo, isonômico e bem desenvolvido. Respeitamos, interagimos e mantemos sempre

um canal aberto de comunicação com todas as outras entidades de classe. O próximo, por favor.

E uma coisa muito importante que hoje os provedores acabam fazendo e que, assim, a grosso modo acaba não repercutindo da maneira correta, na verdade os provedores hoje ajudam na defesa dos consumidores. O provedor hoje é um elo entre o consumidor e a Internet. O próximo, por favor.

Falar um pouquinho dos números da Internet. Esse gráfico mostra, no final do ano passado, uma pesquisa feita pelo Ibope Net/Ratings, nós tínhamos trinta e nove milhões de usuários. Agora já no primeiro semestre do ano nós já temos quarenta e um milhões de brasileiros acessando a Internet, quer dizer, é um número expressivo, sem contar que hoje o brasileiro é o que mais acessa em tempo on-line, são mais de vinte e três horas/mês de acesso à Internet, então, quer dizer, superando aí países de primeiro mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDUARDO PARAJO – É o tempo que o usuário fica conectado à Internet. Hoje o Brasil é líder, passando aí países. A gente tem uma parceria, até eu até estava explicando para o Senador aqui, desde 2005 a ABRANET já tem uma parceria com o Ministério Público, nos temos um Termo de Compromisso de Integração Operacional, e a partir deste Termo aqui é que nós começamos a fazer o combate efetivo da pedofilia. A gente assinou esse Termo de Integração Operacional em novembro de 2005 com os principais portais, com o Ministério Público Federal, a Subseção de São Paulo, e a partir deste documento aqui é que nós temos feito toda a colaboração desde 2005. Então é um trabalho até, eu estava explicando, não é um trabalho que começou hoje, é um trabalho que vem de longa data. A gente tem uma parceria forte com a SaferNet também e com o Comitê Gestor, que tem um grupo agora específico, um grupo de trabalho para esse tipo de combate ao crime.

Eu vou explicar um pouquinho, pode descer ao próximo. Então eu falo do Termo de Compromisso, que a gente já firmou com o Ministério Público, que tem como finalidade unir esforços na prevenção e combate à pornografia infantil, bem como a prática de racismos e outras formas de discriminação via Internet. O compromisso assumido pelos provedores foi – manter o [ininteligível] institucional da campanha contra a pornografia em suas páginas, fazer chamadas periódicas contra essas práticas, inserir nos contratos de adesão e serviço de acesso cláusula com previsão unilateral de rescisão do contrato na hipótese do usuário valer-se do provedor para veicular fotos e imagens, porque um

dos problemas que nós tínhamos era o seguinte – se não estava previsto no contrato com o usuário, se ele está cometendo uma prática ficava até às vezes difícil e poderíamos até ser processado pelo usuário. Então a partir desse documento a gente começou a fazer um trabalho para colocar isso nos contratos. O próximo.

A gente mantém link hoje nos sites, principalmente os principais portais hoje, em salas de bate-papo, na parte reservada mais para chat ou para páginas pessoais, links de denúncia. O próximo, por favor.

Tudo isso, evidentemente, remete ao site do Ministério Público Federal para que, se houver qualquer situação, a pessoa possa evidentemente fazer a denúncia. A gente, nessa ocasião, já fez um compromisso de guardar por seis meses os logs de acesso descido naquela época. Em 2005 tinha muito foco na questão do acesso descido, não é? E uma das recomendações do Ministério Público foi justamente que a gente solicitasse maiores informações do usuário, R.G., CPF, dados cadastrais para possível investigação – o próximo, por favor – e exigir dos novos usuários do serviço o número de identificação, no caso o R.G. O próximo.

Uma coisa importante também falar a respeito dos provedores é com relação ao papel dos provedores, porque muitas vezes as pessoas – Ah não, eles dão acesso à Internet, mas não sabem exatamente o que existe por atrás disso tudo. Na verdade, além de dar o acesso à Internet, existe uma infra-estrutura muito grande de servidores, equipamentos, computadores, que permitem criar esse ambiente da Internet. Então aqui eu cito alguns exemplos – DNS, Web Server, servidores de e-mail, controle de acesso, entre outros. Além disso os provedores, hoje, criam conteúdo local. Eu vou dar uma informação aqui para os senhores – hoje o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem uma geração de conteúdo local maior do que outros países. Hoje 70% dos acessos dos brasileiros estão nos conteúdos providos pelos brasileiros gerado pelos provedores. Isso é muito importante. A gente provê atendimento local, evidente, investe no desenvolvimento de tecnologias para Internet, atuamos em questões aí de extrema importância, principalmente relacionado à parte de segurança de rede, fraude, combate a pedofilia e racismo, desde esse acordo que nós fizemos. A gente incentiva a questão das transações comerciais, é um negócio que a Internet está virando negócio. Além de ser a questão educacional, que a gente tem através da Internet, a questão do entretenimento, hoje a Internet realmente é uma ferramenta de trabalho e é uma ferramenta que, evidentemente, pode ajudar o nosso país numa alavanca.

Bom, aqui eu vou dar alguns exemplos do que a gente vem fazendo já desde 2005. Então aqui, por

exemplo, no caso do UOL, que é um dos nossos associados, nas páginas ele criou já uma central de denúncias, quer dizer, para os usuários poderem fazer as suas denúncias em casos de crimes de pedofilia e racismo. O próximo.

Nas salas de bate-papo, de acordo com este compromisso que nós já assinamos, a gente coloca a questão dos termos de uso, para que o usuário esteja ciente dos termos de uso e coisa assim. Esse, por exemplo, é um exemplo da página do TERRA. O próximo.

Além disso, os portais têm feito boletins, encaminhados para os usuários, com informações, evidente, e colocam informações sobre a questão da segurança na Internet, a questão da pedofilia, de você denunciar e tudo mais. O próximo.

Salas de bate-papo, como eu mencionei, se você olhar ali tem o logo da campanha, do lado esquerdo, embaixo, esse logo fica rotacionando o Ministério Público Federal, a SaferNet, denuncia aqui. Esse, por exemplo, é do IG, que é um dos nossos associados também. Na sala de bate-papo também, a parte de vídeos também. O próximo, por favor.

Aqui também na parte de bate-papo, também colocando lá do lado esquerdo o símbolo do Ministério Público Federal. O próximo.

Aqui é uma central de vídeos que o usuário pode acessar e colocar vídeos, então tem lá “denuncie aqui caso tenha algum tipo de conteúdo ilícito”. O próximo.

Bom, aqui o que é que nós... desde 2005 estamos fazendo e continuamos fazendo efetivamente? Desenvolvendo cada vez mais controles, filtros para que a gente possa estar sempre atualizado para as práticas, vamos dizer, criminosas. Esses são filtros eletrônicos que são colocados nos sistemas, por exemplo, de postagem de mensagem, a exemplo do que a Microsoft colocou, às vezes digitar tipos de palavra ou coisa desse tipo, frases, então esse é um aprimoramento que nós temos utilizado bastante e que de certa forma vem dando bastante resultado, inibindo para que a pessoa não coloque aquele conteúdo malicioso ou aquele conteúdo ilícito. O próximo.

Como eu disse no começo, a gente tem um trabalho muito próximo com o Comitê Gestor da Internet, que agora instituiu um grupo de trabalho para tratar da questão da pedofilia e racismo, porque a nossa idéia é que esse tipo de ferramenta não fique restrita a um único provedor. Um dos trabalhos que nós estamos fazendo hoje é pegar essas ferramentas e disponibilizar para outros provedores, que às vezes não têm tanto recurso, para que eles possam implementar nos seus serviços. Com isso, de certa forma, a gente cria, vamos dizer assim, um desenvolvimento não centralizado, mas

alguém ajudando a pagar esse investimento e esse trabalho acaba sendo disseminado entre os outros provedores de menor poder aquisitivo. O próximo.

Como eu disse, o trabalho com o Comitê Gestor, eu vou contar sobre o item anterior uma coisa importante. Um dos trabalhos que a gente vem desenvolvendo hoje, grande parte, principalmente dos crimes hoje, eles estão sendo cometidos através de e-mails fraudulentos que são encaminhados para os usuários e o usuário às vezes esvaziado vai lá e clica, clica ou abre um anexo, ou clica e vai para um site, coisa desse tipo. Um dos trabalhos que a gente tem desenvolvido, bastante interessante, é criar filtros no recebimento dessas mensagens. Então hoje existem máquinas-zumbis espalhada na Internet brasileira, que o usuário às vezes tem a máquina infectada e nem sabe e está servindo hoje para o fraudador ou para o bandido ficar mandando esses e-mails. Então a intenção nossa é, tecnicamente, buscar mecanismos que inibam essas práticas ou esses envios de mensagens com esse conteúdo malicioso ou com esse conteúdo... é... um código de vírus ou coisa desse tipo. O próximo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Tem mecanismos nesse site para isso?

SR. EDUARDO PARAJO – Tem. Nós estamos tentando, junto às operadoras, eu vou dar um número para o senhor. Hoje 25% das máquinas que acessam a Internet no Brasil, mais ou menos, estão infectadas com algum tipo de Cavalo de Tróia, algum tipo de troja. Infelizmente essas máquinas estão infectadas e estão sendo usadas como zumbis na Net por esses bandidos para ficarem encaminhando esses e-mails. E o que é que acontece? Quando ele encaminha um e-mail de fraude ou um e-mail até de pedofilia, coisa desse tipo, ele se utiliza como se a máquina do usuário fosse um servidor de e-mail. Então uma das coisas que nós estamos tentando, já tem um trabalho nesse grupo, praticamente em um ano, é um acordo entre os provedores e as operadoras, os *backbones*, as *tele*, as *teles* aí famosas, que para as conexões que envolvam o IP dinâmico, quer dizer, o usuário residencial efetivo, esse acesso nessa porta que ele pode ser um servidor e disparar a gente bloqueie. Aí tem que existir um acordo entre os provedores e as operadoras para que a gente defina uma nova porta onde a gente vai poder comunicar e o usuário pode mandar o seu e-mail naturalmente, mas só essa, vamos dizer assim, essa medida técnica que a gente pode adotar, pode eliminar uma série de Spams e uma série de e-mails fraudulentos hoje na Internet. É um trabalho aí conjunto que a gente vem tentando desenvolver junto aos operadores, os provedores de *backbones*, os provedores

de Internet, de acesso à Internet, os provedores de conteúdo, para que num momento “X” a gente consiga fazer essa fechada aí e a gente vai, com certeza, eliminar. Aí o senhor vai falar assim – “Ah, mas isso é suficiente?” Sempre a gente tem que estar correndo no desenvolvimento, mas a gente entende que isso é uma medida de extrema importância para ajudar a questão da segurança na Internet. O próximo, por favor.

Bom, desde 2006 nós, depois desse acordo que assinamos em 2005, em 2006 nós começamos a desenvolver um trabalho para desenvolver um código de auto-regulamentação para o setor, um código que define parâmetros aceitáveis da indústria, que sejam condizentes e que atendam requisitos da justiça. Esse código, a gente está em fase final de elaboração, é um trabalho árduo, porque não é fácil convencer todo mundo [risos], vocês estão vendo aqui hoje na CPI, não é fácil você colocar a importância e a necessidade de ter parâmetros aceitáveis, e esses parâmetros aceitáveis, hoje felizmente dentro da Associação, a gente submeteu a vários provedores, a vários provedores de conteúdo, a vários portais, para que exista um consenso que esse documento reflete, efetivamente, um consenso do mercado. Então a gente tem desenvolvendo isso para até ajudar também na questão de definições, de termos, de como você pode estar efetivamente definindo parâmetros e uma série de outras coisas. O próximo, por favor.

Bom, nesse sentido, Senador, eu gostaria de dizer o seguinte, até para o Senador Magno, que não está na mesa, mas o setor hoje de Internet está totalmente comprometido com essa questão. Muito se fala da questão – “Ah não, os provedores não estão nem aí, os provedores não querem nada”, mas efetivamente os provedores... tem uma coisa que o pessoal esquece – esse é o nosso negócio. Se nós não preservamos a segurança e as pessoas entenderem, o usuário final, entenderem que isso não é seguro, nós não vamos ter mais internautas, o que vai ser contra o nosso próprio negócio. Então os provedores, dentro da ABRANET hoje, existe um consenso muito forte de que nós estamos engajados sim nessa questão, estamos à disposição para poder colaborar. E o que é o nosso objetivo? Procurar harmonizar a questão de uma forma que fique bom para a questão legislativa, que fique boa para a questão da parte investigativa do processo e que fique bom para a indústria, tudo em benefício do usuário, porque o nosso objetivo é justamente esse, que o usuário esteja bem atendido.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE) – Me parece que o senhor falou que já tem, inclusive, um acordo de abertura com o Ministério Público?

SR. EDUARDO PARAJO – Sim.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Mas o Ministério Público Federal, não é?

SR. EDUARDO PARAJO – Sim.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – E o Ministério Público Estadual, o que é que deveria ser feito para que houvesse essa mesma abertura para o Ministério Público Estadual?

SR. EDUARDO PARAJO – Eu acho que nós... é... apesar dos acordos ou coisa desse tipo, a gente entende que existe a necessidade de ter uma regulamentação para o setor. E, nesse sentido, nós estamos muito propícios e abertos para poder estar trabalhando junto com a CPI.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Porque o Ministério Público Estadual, ele também pode ter esse acesso nesse acordo?

SR. EDUARDO PARAJO – Já tem.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Já tem?

SR. EDUARDO PARAJO – Na verdade hoje todas as requisições que a justiça passa para nós são atendidas.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – É porque a informação que eu tenho recebido de Procuradores e do Ministério Público é que parece-me que pode existir no Federal, mas que no Estadual eles não tem ainda esse acesso.

SR. EDUARDO PARAJO – Mesmo não tendo assinado qualquer documento, qualquer ordem judicial hoje que é entregue solicitando quebra de informações ou solicitando logs de acesso, elas são cumpridas sim pelos provedores. A gente entende que essa informação é crucial para a questão de investigação e que nós temos que colaborar sim. Se nós queremos uma boa Internet, segura, nós temos que colaborar sim e estamos à disposição.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Então vamos procurar fazer valer essa abertura para o nosso Ministério Público Estadual também, porque os nossos Procuradores têm encontrado dificuldade.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu acho que numa formalização de Ajuste de Conduta com a CPI, eu acho que numa formalização pode se estender aos Ministérios Públicos Estaduais, Ministério Público Federal, até porque hoje o Federal tem. A dificuldade dos Ministérios Públicos Estaduais, há um grito no Brasil, porque o Ministério Público Estadual é o mais próximo da população, é o que está mais próximo do Conselho Tutelar, é o que está mais próximo do Projeto Sentinel, é o que está mais próximo no dia-a-dia, da Associação Comunitária, é onde o povo corre, e existem milhares de pedidos das operadoras de

Internet hoje, de Promotores do Brasil, e nada é atendido. Quer dizer, então em havendo essa disposição, assinando essa formalização com essa CPI, estende-se aos Ministérios Públicos Estaduais, às Polícias, ao Ministério Público Federal, como já existe, e à própria Polícia Federal como já existe, mas o mais próximo da população de fato é o Ministério Público Estadual.

SR. EDUARDO PARAJO – Senador Magno, eu acho que o senhor estava lá fora, mas nós já temos, desde 2005, um documento que é um Termo de Compromisso de Integração Operacional assinado entre a ABRANET, os principais portais do Brasil, justamente falando a respeito de conduta e formas de atuar na questão de combate à pedofilia e racismo. Então esse acordo já existe, já está assinado, está sendo cumprido pelos provedores. Eu acho que está existindo uma--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, não, essa afirmação é difícil de fazer, que está sendo cumprida pelos provedores, porque--

SR. EDUARDO PARAJO – É isso que eu ia comentar. Na verdade é o seguinte – está existindo uma pequena confusão entre provedores de Internet, quem são os provedores de Internet, quem são os operadores de telecomunicação--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Até ontem, até ontem a Google batia no peito e falava – “O nosso provedor está nos Estados Unidos, nós só cumprimos lei lá; aqui ninguém cumpre lei”. Até ontem diziam isso. Então nós temos essa dificuldade. Mas veja – o que nós queremos, e isso para a gente fazer pacificamente, como está acontecendo com todos, numa discussão pacífica, sem ter necessidade de se impor força de nada, é que se já existe um Termo, que a ABRANET envie a essa CPI um representante seu para sentar com o nosso grupo de trabalho, com base nesse Termo que já existe melhorá-lo, incluindo o Ministério Público Estadual, e nós assinemos uma formalização, formalizemos aqui com a CPI.

SR. EDUARDO PARAJO – Hum-hum.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Para o Brasil. Eu acho que isso é uma coisa salutar.

SR. EDUARDO PARAJO – Eu concordo, eu acho que a gente tem que evoluir, esse documento é um documento de 2005, mas eu diria para o senhor o seguinte – e aí eu gostaria de colocar a ABRANET à disposição – eu acho que a gente tem que buscar uma regulamentação que defina estas regras aqui. Eu acho que estas regras precisam efetivamente ter uma regulamentação que possa definir como o mercado tem que se comportar nessas questões. E aí a única questão que nós colocamos e que defendemos é o seguinte – nós precisamos sempre pensar em combater

o crime, evidente, mas a gente tem que sempre pensar também no consumidor. Então essa--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não tenha dúvida. Deixa-meeu colocar. Tem que pensar realmente no consumidor e ele tem que saber que navega seguro.

SR. EDUARDO PARAJO – Isso.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Que o sigilo dele está reservado. Eu quero isso, ele quer isso, todos queremos isso. Mas nós temos que trabalhar de maneira tal que o criminoso saiba que a Internet deixou de ser um lugar para ele.

SR. EDUARDO PARAJO – É verdade.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Entendeu? Mas hoje, como está, o criminoso sabe que a Internet é um lugar para ele, porque com base no discurso de que nós temos que preservar o nosso cliente, porque é um negócio nosso – e negócio é para ganhar dinheiro – se penaliza uma sociedade e nós estamos falando de criança.

SR. EDUARDO PARAJO – Sim.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – De adulto já é nefasto, de criança então não dá nem para discutir. Então é o seguinte – nós temos que criar mecanismos para que o bandido, o desgraçado que abusa de criança e aquele que fatura com a Internet... Abuso de criança, entenda, para mim deixou de ser seguro. Na hora que eu for detectado como criminoso, o meu será aberto, o meu será aberto.

SR. EDUARDO PARAJO – Sim.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então é isso que nós queremos, nada mais do que isso. Nós queremos proteger o negócio, porque negócio, empresa forte gera emprego, nós precisamos de emprego, nós precisamos de trabalho, nós precisamos de renda, nós precisamos que o imposto fique aqui no Brasil.

SR. EDUARDO PARAJO – Lógico.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Nós precisamos disso, de empresas fortes, mas nós precisamos também de empresas fortes e que a população diga assim – “Essa empresa aí está do lado da sociedade”. É o que eu disse à Google aqui – “Vocês estão muito mal dizendo que não atende a lei. Como que vocês não atendem a lei?” Então a sociedade começa a pensar que a empresa foi feita para o criminoso e não para a sociedade. Então a sociedade tem que pensar que as operadoras, que os provedores, eles estão a serviço é da sociedade. Se há uma filtragem de um intruso ali, a própria empresa está disposta a combatê-lo, mas nesse momento é o paraíso, para eles está tudo certo, está tudo legal, ninguém vai mexer em privacidade de ninguém, então nós operamos o crime. Então nós queremos de fato é fechar essa porta. Como

é que nós fechamos essa porta? Assinando Ajuste de Conduta, nos comprometendo, e isso faz a empresa mais forte com a sociedade, faz a empresa mais forte com o poder vigente, faz a empresa mais forte em todas as áreas, porque os senhores da ABRANET e os provedores, os operadores de Internet que querem ter a empresa forte e respeitada, também têm filho.

SR. EDUARDO PARAJO – Lógico.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Também têm neto e querem ver os filhos e os netos protegidos dessa raça ruim que está aí desgraçando a vida de famílias, de maneira que nós precisamos dessa formalização do Termo de Ajuste de Conduta. Por isso que eu falei na paz, na tranquilidade. Nós não queremos fazer confronto, dizer – “Não, nós temos que destruir a empresa porque estão lá”. Não é nada disso não. Nós precisamos de empresas fortes mesmo, mas de empresas tão fortes que digam ao bandido – “Olha, aqui não é lugar para você, se você vier para cá operar crime, nós estamos aliançados com a segurança, com a Polícia, com o Ministério Público dos países onde nós estamos para combater você”. É só isso que nós precisamos.

SR. EDUARDO PARAJO – É. Hoje, Senador, só a título de esclarecimento, nós estamos totalmente alinhados com o combate à pedofilia. Nós estamos desde 2005 com esse Termo colaborando com a polícia. Todas as solicitações que a justiça tem feito para os associados da ABRANET, elas têm sido respondidas.

Agora está existindo uma pequena confusão entre... Eu acho que nessa formalização, e aí é que eu acho que a gente tem que buscar talvez uma regulamentação, que efetivamente deixe claro que todo aquele que dá o acesso à Internet, ele está sujeito àquela regra, porque, assim, o que eu acho que está acontecendo hoje, até eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Adauto num programa na Câmara, com o Dr. Sobral, está existindo uma confusão entre o provedor de Internet e o operador de telecomunicações que dá acesso à Internet e que não tem colaborado. Eu acho que essa é a diferença. E nós, neste sentido, nós nesse sentido da ABRANET--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não tem colaborado mesmo não, mas eles vão colaborar.

SR. EDUARDO PARAJO – -- Do nosso lado, vamos falar assim, nós estamos totalmente comprometidos com o combate à pedofilia, ao racismo, no seguinte sentido, é aquilo que eu disse – se nós tivermos uma hoje uma Internet que o pai ou que a mãe fale assim – “Olha, eu não vou deixar o meu filho entrar na Internet”, nós estamos indo contra o nosso próprio negócio, aí é um negócio. Então o nosso comprometimento nesse sentido é total.

Agora a regulamentação, no nosso entendimento, ela tem que existir para deixar claro. Eu vou dar um exemplo para o senhor. É que ele pulou um slide ali, se você pudesse voltar, foi uma briga muito grande interna da própria Associação. O senhor está falando de negócio, mas, assim, existia um acordo, foi uma luta muito grande nossa no seguinte sentido – de convencer todo mundo na questão da guarda de logs. Hoje já existe um consenso, já é um consenso dentro da Associação a gente fazer a guarda de logs por dois anos, das logs de acesso à Internet, e a partir do acordo que foi firmado aqui da CPI com o Google, nós estávamos falando aí até noventa dias, nós já estendemos isso para seis meses para os outros tipos de serviço. Então nessa regulamentação, Senador, aí eu gostaria de sugerir, evidentemente, para a CPI, e nós estamos à disposição para poder colaborar junto com vocês, é de definir essas regras de forma clara, de forma bastante objetiva, para que quem provê acesso à Internet, seja operador, seja sei eu lá quem, que ele efetivamente esteja responsável em guardar essa informação para uma futura investigação, caso exista. Então o nosso objetivo é esse.

Agora não adianta, e isso é um fato importante, criar uma regulamentação que evidentemente iniba o acesso à Internet. Eu estava até comentando aqui no pequeno recesso com os dois Senadores, a nossa preocupação é o seguinte – se a Internet hoje é uma alavanca para nós utilizarmos isso como uma ferramenta de educação, como uma ferramenta de entretenimento, como uma ferramenta de negócio para as nossas empresas, quer dizer, tanto as pequenas e médias empresas, nós não podemos ter uma legislação que iniba a entrada dessas pessoas. Nós temos que ter uma legislação sim que combata o criminoso.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas essa é a nossa visão, nós não queremos o criminoso.

SR. EDUARDO PARAJO – E nesse sentido o senhor pode contar com a ABRANET, com os associados da ABRANET para poder colaborar com o grupo seletivo e bastante profissional, que eu sei que a CPI está tendo hoje, para poder justamente trabalhar num documento que reflita efetivamente um regulamento para que quem provê acesso à Internet não prejudique o consumidor, porque hoje você imagina – hoje o Brasil tem um monte de gente acessando o Orkut, mas tem um monte de gente acessando outros tipos de serviço, trabalhando com a Internet, e ele tem que estar seguro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A importância da Internet e o sigilo e a segurança do cidadão de bem, da sociedade, ninguém tem nem que

discutir isso, nem falar nisso. Tem que melhorar a cada dia essa segurança.

SR. EDUARDO PARAJO – Esse é o nosso objetivo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A cada dia. Agora com o pedófilo, amigo, nós temos que passar o rodo.

SR. EDUARDO PARAJO – Esse é crime, tem que punir.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, é isso que queremos, o nosso foco é só aí. Então eu já sugiro ao senhor que indique alguém para sentar conosco aqui, com o nosso grupo, e acertar esses detalhes.

SR. EDUARDO PARAJO – Sim.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – São detalhes como, por exemplo, a inclusão do Ministério Público Estadual é um detalhe numa formalização, quer dizer, e junto, certamente, chegarão a bom termo naquilo que nós estamos entendendo só de combate ao crime e guardar a segurança do cidadão.

SR. EDUARDO PARAJO – É isso aí.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É o interesse da CPI, não mais do que isso. E eu, acreditando nisso, espero que a ABRANET, representada por você tão bem, Eduardo, nos mande um representante, que seja você mesmo, será um prazer, ou qualquer outro, para que nós acertemos e assinemos aqui, conjuntamente com a sociedade brasileira, que acho que estamos com a mesma visão.

SR. EDUARDO PARAJO – Eu vou deixar outro documento com a CPI, fica à disposição, eu deixei o Termo Operacional que já está assinado. Eu vou deixar esse documento, é o Código de Auto-regulamentação, que nós escrevemos para o setor, que está bem... é... várias opiniões e tudo mais, e aqui deixa bem claro o comprometimento, Senador, que nós estamos dispostos a assumir. O nosso objetivo é que tenha uma regulamentação clara, muito clara, que ela seja uma regulamentação que deixe bem claro o que é o dever, qual é a obrigação, o que é que ele deve fazer. Mas, assim, do lado dos provedores, representados aqui na ABRANET, o senhor pode ter certeza que nós estamos à disposição da CPI sim, conhecemos de longa data o Thiago Tavares, e estamos à disposição para colaborar e chegar num documento que reflita o anseio da sociedade no combate à pedofilia e racismo, que mantenha a privacidade do bom usuário da Internet, que proteja esse bom usuário, que penalize quem está utilizando a Internet para cometer crime, mas uma coisa também muito importante que nós temos que se lembrar da Internet, e por isso que a regulamentação é super importante nesse sentido, nós estamos pas-

sando por um momento no Brasil, que eu acho que é um dos momentos únicos que o Brasil está passando na história, usar a Internet como uma ferramenta da inclusão digital, quer dizer, se nós tivermos uma regulamentação que iniba a inclusão digital, porque quando você põe o cidadão digitalmente incluído, você, na verdade, está incluindo ele digitalmente e socialmente. Então nós temos que ter uma regulamentação que não freie a entrada de novos usuários na Internet. A gente tem visto grandes... é... o próprio Governo defendendo bastante, eu vejo vários parlamentares defendendo bastante a questão de banda larga em todos os locais, nós temos que preservar essa entrada do usuário e, evidentemente, com todo o apoio do setor privado, com o setor público, no combate a quem está cometendo crime. Esse é o nosso objetivo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eduardo, eu gostaria que você indicasse rapidamente alguém de vocês ou que seja você. Nós vamos trabalhar nessa regulamentação, é um consenso entre a assessoria, para que nós votemos aqui dentro da CPI e já mandemos a Plenário, que a nossa decisão é que essa CPI não se acabe sem que tenha votado os projetos necessários para o Brasil. Então eu gostaria que isso fosse feito rapidamente, que você indicasse ou dissesse sou eu mesmo e na semana que vem já começa, amigo, porque não tem tempo para perder não.

SR. EDUARDO PARAJO – Eu aceito, de antemão, o convite. Evidentemente eu vou provavelmente indicar um Advogado e eu assessoro alguma coisa na parte técnica, mas vamos participar sim, esse é o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Eduardo, a Letra “D”, da Cláusula 2^a, do Termo aqui, todos assistiram, “Inserir nos contratos de adesão o serviço de acesso que venham a ser assinados... Cláusula que preveja a rescisão da relação jurídica na hipótese do usuário valer-se de provedor para veicular e etc. e tal”.

SR. EDUARDO PARAJO – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Tendo em vista que esse Termo foi assinado em novembro de 2005, ou seja, quase três anos, há registro de alguma rescisão contratual com base nisso?

SR. EDUARDO PARAJO – Na verdade muitas das questões são baseadas em denúncia. Existe um... é... Eu vou falar assim não muito detalhadamente, mas para dar uma visão. Existem sim muitas denúncias, mas de fato são poucas realmente que são crimes. Existe muita confusão às vezes do usuário ou na forma como ele acaba passando uma denúncia, não vem uma informação muito correta para o provedor,

ele não consegue apurar. Eu não saberia responder para o senhor se houve uma rescisão motivada pelo próprio provedor. O que existe... E acho que também não faz muito sentido, porque é o seguinte – quando você recebe uma denúncia e essa denúncia faz sentido, eu encaminho isso para o Ministério Público, e é importante manter um vínculo, de certa forma, com esse usuário que está fazendo má utilização, para que exista toda a parte investigativa. Então se a gente rescinde o contrato, ele vai falar – “Opa, eu acho que pegaram alguma coisa errada minha aqui”, entendeu? E normalmente o usuário que comete esses crimes, ele está se usando de outro subterfúgio, anonimato ou informações falsificadas. Então tem todo um processo aí. Eu acredito que não exista nenhuma rescisão motivada pelo provedor justamente para preservar o trabalho de investigação que a posteriori ocorre. Basicamente é isso, mas era importante prever no contrato isso, isso daí era importante a gente prever que, vamos dizer, que tivesse alguma coisa que ele esteja fazendo, que não seja crime, mas, porém, isso está criando problemas para o próprio provedor, então o provedor tem o direito de ir lá e rescindir. Eu vou dar um exemplo que não tem nada a ver com a pedofilia, nada com o racismo, mas teve um caso no Estado de São Paulo em que o usuário assinou o serviço e ele era o terceiro maior *Spammer* do mundo. Ele mandava Spam, Spam, Spam e não parava porque o contrato não previa e o provedor não podia cortar ele, porque ele ia açãoar o contrato. Então foi uma briga longa até que se resolveu aí o cancelamento jurídico, mas não tem muito a ver com a pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mais alguma coisa?

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Olha, eu estou satisfeito pelo fato de a gente entender que estamos no mesmo barco, que temos o mesmo objetivo, vamos proteger o usuário do bem, não é, e vamos criar mecanismos para que os operadores da segurança pública do Brasil tenham como, detectando o criminoso, que possa se tirar o criminoso da rede e puni-lo devidamente, e o entendimento de que nós vamos nos assentar para fazer a regulamentação, para formalizarmos esse Termo de Ajuste de Conduta, que está vindo alguém de lá para cá, devidamente credenciado e muito bem aceito por nós, para que nós escrevamos juntos essa regulamentação, votemos urgentemente e consigamos votar, porque é o interesse de todos nós. Eu estou satisfeito, Senador Geraldo Mesquita.

DR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Bem, resta apenas agradecer a ABRANET, na pessoa do Sr. Eduardo Parajo, por ter comparecido à CPI, ter se colocado à

disposição dessa CPI para alcançarmos os objetivos que todos nós perseguimos. Mais alguma consideração, mais alguma coisa?

SR. EDUARDO PARAJO – Eu queria agradecer mais uma vez o convite, Senador Magno e Senadores, da CPI, e dizer que uma coisa que eu sempre digo – a Internet é livre, mas não é impune para quem comete crime, e é neste caminho que a ABRANET está comprometida sim em combater a pedofilia, seus associados, e tirar de todas as formas esse criminoso que está usando desse meio. E hoje a gente fala também de Internet, não é Senador, uma coisa interessante, daqui a pouco a gente vai ter o celular, que também usa Internet, daqui a pouco a evolução tecnológica tem outra coisa, sei lá, transmissão de pensamento [risos], a gente tem que estar sempre aprimorando a lei nesse sentido para que a gente possa coibir os crimes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão, com os agradecimentos àqueles que participaram e assistiram. Ficam avisados os membros da CPI que amanhã, às 11h00, haverá nova Reunião.

Sessão encerrada às 16h58. – Senador Magno Malta, Presidente.

ATA DA 27^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27^a Reunião, realizada em 27 de Agosto de 2008, às doze horas e cinqüenta e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram ouvidos os senhores Guilherme Henriques, Diretor Executivo da Brasil Telecom; Ricardo Camargo, Gerente de Segmento de Rede da Telefônica; Luiz Otávio R. da Silva, Gerente de Engenharia IP da GVT; João de Deus Pinheiro de Macedo, Diretor de Planejamento Executivo da OI e Marcelo Batista Sarmento, Gerente de Infra-estrutura Virtual da NET. Foram aprovados ainda os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 197/08**, requer que a CPI da Pedofilia que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da “Pedofilia”, envie representantes, membros e técnicos do grupo de trabalho desta Comissão, para tomar parte em missão oficial do *Treinamento Sobre Crimes Contra Crianças Facilitados pelo Computador*, que será realizado em São Paulo-SP, no período de 8 a 11 de setembro de 2008; **Requerimento n.º 198/08**, requer seja solicitado à Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador, a designação do Professor Thiago Tavares Nunes de Oliveira para prestar assessoria técnica e jurídica, em tempo integral, a esta CPI, até o final das suas atividades; **Requerimento n.º 199/08**, requer a CPI envie representantes, técnicos do grupo

de trabalho desta Comissão, para realizar atividades de coleta de informações e investigações preparatórias para as audiências públicas a serem realizadas nas seguintes cidades – Manaus/AM, São Luiz/MA, João Pessoa/PB, Belo Horizonte/MG, Natal/RN e Fortaleza/CE. **Requerimento n.º 200/08**, requer seja convocada para prestar esclarecimentos a esta CPI, na condição de testemunha, a Sra. Maria da Conceição Rabelo; **Requerimento n.º 201/08**, requer seja convidado como palestrante para Audiência Pública, o Delegado da Polícia Federal, Dr. Carlos Eduardo Miguel Sobral e **Requerimento n.º 202/08**, requer seja requisitada ao TRF da 1^a Região, cópia integral dos autos, incluindo gravações, do processo 2006.32.00.005104-0, que corre em segredo de justiça, decorrentes da operação “VORAX”, efetuada pela Polícia Federal, no estado do Amazonas, que resultou na prisão de vários acusados de agenciamento de menores para prática de abuso sexual infantil.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão –

Magno Malta (PR – ES) – Presidente

Demóstenes Torres (DEM – GO) – Relator

Eduardo Azeredo (PSDB – MG)

Geraldo Mesquita (PMDB – AC)

Romeu Tuma (PMDB – AC)

Virgílio de Carvalho (PSC – SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Declaro em nome de Deus abertos os trabalhos da CPI da Pedofilia que visa investigar a pedofilia no Brasil, crimes cibernéticos, crime organizado e crimes individuais havendo *quorum* regimental.

Em discussão a Ata da sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Passamos a votar requerimentos que não dependem de *quorum* qualificado.

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão da Pedofilia envie representantes membros e técnicos do grupo de trabalho da Comissão para tomar parte da Missão Oficial de Treinamento sobre os crimes contra crianças facilitado pelo computador, que será realizado em São Paulo no dia 08/11.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado à Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador a designação do Prof. Thiago Tavares de Oliveira para prestar assessoria técnica e jurídica em tempo integral à CPI.

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia envie representantes, técnicos do grupo de trabalho da Comissão para realizar atividades coletivas de informações e investigações preparatórias para as Audiências Públicas a serem realizadas nas seguintes cidades – São Luiz

do Maranhão; João Pessoa, PB; Belo Horizonte, MG; Natal, RN e Fortaleza, CE.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocada para prestar esclarecimentos a esta CPI na condição de testemunha a Srª Maria da Conceição Rabelo.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado como palestrante para Audiência Pública o Delegado da Polícia Federal, Dr. Carlos Eduardo Miguel Sobral.

Requeiro, nos termos regimentais, seja requisitado ao TRF da 1ª Região cópia integral dos autos, incluindo gravações do Processo nº 2006.32.00.005104-0, que corre em segredo de Justiça, decorrentes da operação VORAX, efetuada pela Polícia Federal no Estado do Amazonas, que resultou nas várias prisões de acusados de agenciamento de menores para prática de abuso sexual infantil.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Essa sessão eu quero até me desculpar com os Srs. Diretores de Teles e, como temos um número expressivo dos que vieram, desde já eu agradeço aos que vieram.

Eu quero convidar o Diretor Executivo da Brasil Telecom, o Dr. Guilherme Henriques, para que se assente conosco aqui; Ricardo Camargo, Gerente de Segmento da Rede da Telefônica; Luiz Otávio Rodrigues da Silva, Coordenador de Segurança da GVT; Luiz Eduardo Falco, Presidente da OI e José Antonio Guarald Félix.

Gostaria de iniciar agradecendo, em função das dificuldades que nós tivemos, aos que vieram atendendo num primeiro momento o convite da CPI e publicamente estou avisando àqueles que não vieram e que estão dando “ninjas” sucessivos na CPI que hoje eu não estou convidando, hoje eu voto a convocação deles e virão coercitivamente à CPI.

E a mim me admira muito os “ninjas” sucessivos da Embratel, não da Embratel, nós temos a Embratel está aqui conosco é a Embratel, mesmo, mas virá, virá com toda certeza virá. Nós não estamos convidando ninguém para benefício pessoal, nós estamos convidando para combater o crime no Brasil, eu acho que as empresas têm que cumprir o papel social a partir do momento do entendimento familiar.

Nós temos famílias, nós temos filhos, netos e o que se faz no Brasil hoje de abuso de criança é algo inaceitável, repudiável, nojento. Se existe barbaridade criminosa, essa é a barbaridade criminosa. Se existe crime hediondo, crime hediondo é a pedofilia, aliás, é a mãe de todos os crimes hediondos e por isso não há que contemporizar com esse tipo de coisa. Enquanto se foge, se protela, não se informa e não se tem noção do que se estão fazendo por aí.

Eu pretendo... Os senhores todos eu imagino que são pais, o mais jovem é esse aqui, mas é pai também?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas será.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Seguramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu lamento mostrar para você o que você vai ver. Porque você, mas eu vou mostrar aos senhores algumas imagens da quebra do sigilo do *ORKUT*, um feito para o mundo a partir do Brasil, e a partir de tanta luta de quebra de sigilos telemáticos a partir de uma luta para abertura desses discos e chegar onde nós chegamos. Nós não podemos ficar esperando, quatro, cinco meses que uma operadora de telefone simplesmente informe assim – “não achei, não achei”. Tem informação que é assim “não achei, não tem”. Isso é informação quatro meses depois? E ver essa rapaziada impune, que nós sabemos quem são e onde estão, e a Polícia Federal de mãos amarradas, o Ministério Público sem poder evitar que eles continuem abusando de criança de berço. Eu não estou falando de criança de 13 ou 14 anos, não! Eu estou falando de criança de berço e é possível que nós nos juntemos nessa cruzada.

Então, aquilo que eu lhes vou mostrar, eu tenho certeza que a vida dos senhores não será a mesma a partir de hoje, como não é de ninguém que vê isso aqui. E olha que eu separei coisas mais leves, porque eu sei que os senhores vão almoçar depois que sair daqui. Alguns não conseguirão nem vendo o que eu vou mostrar, porque eu confesso aos senhores a Polícia Federal, o Ministério Público Estadual, Federal, os técnicos do nosso PRODASEN, aqui, o corpo técnico do Senado, ao abrir essas imagens no nosso primeiro momento eles vomitavam em cima da mesa.

E nós somos “o campeão”, disseram tanto que nós perdemos tanta medalha de ouro, nós somos medalha de ouro do mundo de consumo de pedofilia. Nós estamos no pódio do abuso, porque o nosso HD aqui ele está formatado para um tipo de registro quando você fala em pedofilia. Pedofilia, aí o sujeito pensa num homem abusando de uma menina de 12, 13 anos, não imagina nem em menino. Não imagina dois homens abusando de um menino de três anos de idade. Não imagina um pediatra abusando de uma criança de 20 dias de nascido. Um pai abusando de uma filha de dois anos de idade com uma mamadeira na mão no berço.

E nós precisamos com muita celeridade das telefônicas, das operadoras de telefonia no Brasil no

combate ao crime com muita celeridade. Por isso, eu quero começar... Começando na ordem que eu chamei e dando aos senhores a oportunidade de que cada um faça suas considerações e a partir daí eu quero fazer as perguntas, hoje é um dia de muitas Audiências na Casa, estão se discutindo um assunto muito importante também na CCJ que é a questão do grampo, nós vivemos no país do grampo, está todo mundo grampeado, Oba!

Eu me lembro daquela música do Silvio, Silvio Brito "está todo mundo louco, oba, está todo mundo grampeado, oba", a gente tem que pensar o que fala e o que não fala. É preciso realmente discutir isso e o Relator Senador Demóstenes relatou também desse projeto na CCJ, mas certamente também nós chegaremos a um bom termo eu espero.

Eu vou passar a palavra na ordem, até porque em seguida outros senadores vão chegar para que a gente possa debater.

Eu quero convidar a Drª Fabiana, Delegada de Polícia Federal, para que se pudesse ficar mais pouco aqui na frente também, o Dr. Célio que são Delegados de Polícia Federal, que são assessores da CPI para que possam de fato me assessorar.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Guilherme Henriques, Diretor Executivo da Telecom e eu peço ao Dr. Guilherme que fique à vontade na sua fala e pela ordem da chamada que fiz para a Mesa, eu vou passando a palavra nós vamos escutar a todos e depois nós vamos debater, fique à vontade.

SR. GUILHERME HENRIQUES – Sr. Presidente, muito boa tarde, já passamos do meio--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Já almoçou, já?

SR. GUILHERME HENRIQUES – Não, mas já passamos do meio-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então, é bom dia, as tripas vazias.

SR. GUILHERME HENRIQUES – É com muito prazer e honra que a Brasil Telecom acata o convite de V.Exª aqui nesta Comissão, poder prestar alguns esclarecimentos, como dito na sua peroração, de interesse público nessas atitudes hediondas que vêm aí se propalando e que bem tem merecido do Senado a atenção devida e o combate em especial com a relação ao fluxo dessas ações dentro da *Internet*.

Eu sou Diretor Jurídico, um dos Diretores Jurídicos da companhia, cuido da parte de quebra de sigilo, por isso entendo que fui um dos convocados aos esclarecimentos, mas entendi que como havia uma ordem técnica na convocação que deveria me fazer acompanhar e por isso pedia V.Exª permissão de trazer à Mesa também o meu xará Guilherme, que é um

representante da área de tecnologia da informação da companhia, que tem atendido aos requerimentos de V.Exª inclusive.

Em atenção à sua recomendação, serei breve nas explanações porque eu acho que muito do que vai ser falado já é sabido o que temos mais são dúvidas a serem esclarecidas e pouco teria eu a acrescentar ao que já é conhecido por V.Exªs.

Eu queria só dizer que a Brasil Telecom tem se preocupado cotidianamente com o aprimoramento técnico de seus sistemas para o atendimento dessas solicitações judiciais, recentemente nós estivemos conversando inclusive com o próprio Dr. Sobral na sede da companhia e eu soube que ele visitou as demais empresas também, apresentando a ele nossas topologias e nossas características técnicas.

Há hoje em andamento um projeto de investimento bastante vultoso da casa de milhões de reais em que se pretende até o final do ano de 2008 ter a capacidade de se responder aí a essas solicitações daqueles que venham num formato perfeito de informações de elementos e na sua totalidade, enfim, vencendo aí algumas limitações tecnológicas que todos nós temos, isso não é uma novidade.

O desenvolvimento da telefonia no país, o desenvolvimento da *Internet* necessita também de um acompanhamento do desenvolvimento das ferramentas para obtenção dessas informações. Nós temos um grupo todo formado por pessoas de funcionários da companhia, isso para fins de segurança, hoje na ordem de quase vinte pessoas envolvidas assunto e só essas vinte pessoas tratam dessa matéria dentro da companhia para que exatamente haja um nicho restrito e essas ordens judiciais não sejam manejadas por pessoas sem capacidade técnica, qualificação técnica.

Na apresentação que a gente pode começar a passar... A primeira tela, aí a nossa, de uma forma muito simplista, enfim, como eu disse, não tem pretensão nenhuma de avançar nessa matéria, mas essa seria a nossa topologia, enfim, desde a base dos clientes até o mundo da *Internet*, enfim, uma coisa muito simples, a partir de onde são obtidos os dados vez por outra solicitados pela CPI ou pelas Autoridades judiciais.

Hoje, nós já temos dentro da companhia e isso é um fato novo e *sui generis* a capacidade, Senador, de atender solicitações de até três anos para trás independente de regulamentação a Brasil Telecom já se preocupou em investir em equipamentos para ter um banco de dados suficiente a poder colaborar com as investigações e elas são como são, como essa é uma ferramenta, *Internet* ainda recente, pode-se assim dizer, as investigações também são atuais, são modernas. Então, um banco de dados de três anos é um banco de

dados bastante satisfatório as autoridades assim elas têm dito, sendo certo que também podemos avançar até o ano de 2003, retornando então cinco anos para trás, sendo certo o que período de 2005 até 2003 a nossa... a ferramenta era uma ferramenta diferente, então, nós não temos as informações tão precisas como temos hoje no atual sistema.

O próximo *slide* ele apresenta exatamente umas imagens mais ilustrativas como é que se dá o fluxo da comunicação do processo de autenticação do usuário da *Internet* até desde a sua residência no seu PC ou no seu *notebook*, até chegar ao autenticador. O próximo *slide*, são flechas, pode passar para o outro. Também é uma... esse que eu queria, esse seguinte. O próximo, por favor, isso, Pode avançar que são.

Esse é o nosso fluxo de atendimento das ordens, Excelência, nós recebemos elas foi colocado Poder Judiciário, mas são autoridades solicitantes, normalmente as ordens de dados cadastrais nós normalmente, não nós só atendemos aquelas vindas de autoridades com Poder Judiciário, dentre elas a CPI e notadamente o Poder Judiciário propriamente dito.

Esse ofícios são recebidos pelo departamento jurídico da matriz ou em nossas dez filiais, nós estamos espalhados por dez Estados do país, então, para maior agilidade nas respostas nós também temos pessoas no jurídico das filiais que atendem essas ordens, recebem essas ordens fazem uma primeira avaliação de requisitos objetivos técnicos aí, requisitos objetivos jurídicos da ordem, autoridade competente, aquelas análises mínimas que devem ser feitas para a segurança dos nossos clientes e segurança do próprio judiciário, na seqüência é encaminhado para esse grupo que eu havia falado a V.Ex^a de quase, são 19 pessoas que é o BRT legal é um somatório de grupos que vão colher os dados e preparar a resposta a autoridade solicitante, normalmente dentro de um fluxo normal de trabalho, dentro de 48 horas a gente tem a resposta a ser já devolvida para a autoridade solicitante.

Esse é o nosso fluxo padrão de trabalho vale um destaque aqui que vez por outra recebemos uma demanda muito grande num mesmo ofício, foi o caso de uma solicitação advinda desta CPI, nós sempre procuramos priorizar e conseguimos dentro do prazo estabelecido por V.Ex^a responder também essa ordem foi um prazo mais dilatado do que 48 horas o que nós permitiu atender dentro do prazo o que foi solicitado.

Hoje o nosso número de interceptações, pode passar o próximo... Só dados estatísticos Excelência a partir de agosto de 2007, V.Ex^a pode perceber que há um aumento progressivo do número de solicitações de quebra de sigilo de IPs para identificação do usuário daquele fluxo de comunicação. Então, hoje nós estamos, o

nosso fluxo é um fluxo simbólico por conta que a Brasil Telecom tem uma dimensão diferenciada das demais operadores, mas é um fluxo bastante intenso.

Hoje nós estamos lá com 400 solicitações de quebra de sigilo no mês de agosto de 2008 que sequer findou e essa curva parece que tende a crescer, imagino eu por conta do conhecimento da própria ferramenta de investigação que é, tenho defendido nos foros que me é permitido falar a necessidade de que a avancemos no processo, no próprio processo legislativo de permissão a que as autoridades policiais tenham acesso não só aos dados telemáticos, mas nas interceptações telefônicas e nas quebras de sigilos telefônicas, que de fato essa é a atual ferramenta de investigação indubitavelmente mais valiosa e do ponto de vista do interesse público de combate a criminalidade me parece que nós não podemos fugir do encaminhamento do assunto para que a autoridade policial tenha acesso irrestrito a esses dados, enfim, com uma parceria com as operadoras, enfim.

Sempre que somos indagados sobre a pactuação de acordos no sentido de dentro da legislação vigente termos colaboração de informações com o judiciário, enfim, isso tem sido objeto da manifestação positiva da Brasil Telecom, recentemente discutimos com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com o Tribunal de Justiça de São Paulo, há discussões aqui na polícia própria estadual do Distrito Federal nós sempre temos nos manifestado favoravelmente a essa evolução Legislativa e a pactuação de convênios.

Essas são, o próximo também ele apresenta as estatísticas não o anterior, por favor. São também estatísticas de solicitações aí não são solicitações judiciais, houve um crescimento como eu havia dito de 300% no número de ofícios é um crescimento que nós somos absolutamente capazes de atender, não nos impressiona por hora, mas evidentemente que já nos preocupamos em avançar ali no **staff** e nos equipamentos para que com o futuro e o aumento das solicitações também possamos estar em dia com as investigações. Próximo, por favor.

Nós recebemos, só para efeito de informação, nós recebemos esses dois ofícios da CPI e essas foram as nossas respostas apresentadas a V.Ex^as, com a identificação dos IPs que foram solicitados. Na verdade, pode voltar o anterior, no ofício nº 157 o número de IPs parece que era um número maior não exatamente esse e houve uma diferença com alguns números não como V.Ex^as colocou ali. Não encontramos, mas houve alguns IPs que efetivamente não puderam ser encontrados e aí por questões técnicas ou porque algum dado na informação estava faltando. Por exemplo, o GMT equivocado, um segundo errado, essas informações

um segundo de diferença é suficiente para que você não possa localizar a informação solicitada.

Então, nós tivemos esse tipo de problema em alguns IPs que a, enfim, não é problema tão pouco da CPI tão pouco da operadora é realmente uma informação incorreta e que você não tem como criar um dado e a resposta sincera é a resposta de que você não tem como localizar sob pena de você estar localizando uma pessoa errada.

Outra situação que ocorre, que ocorreu com alguma freqüência foi também o IP não ser da nossa rede, por alguma razão foi solicitado a nós, mas ele não é da nossa rede, então, nós também não temos capacidade da informar IPs que não são da nossa rede. E eventualmente também, mas isso será solucionado com esse avanço tecnológico aí no final de 2008 alguns IPs para que nós pudéssemos atender o prazo da CPI em momento algum da nossa verificação aquele IP estava em *logon*, isso tecnicamente o Guilherme depois pode explicar, mas existem determinadas situações em que eu preciso que o sujeito esteja em *logon* para que eu fosse identificá-lo.

Então, no prazo que foi estabelecido pela CPI em nenhum momento o sujeito estava em *logon*, de maneira que nós não pudemos também identificar por isso há uma diferença entre o número de IP solicitados e o número de IPs identificados pela Brasil Telecom.

São esclarecimentos preliminares, enfim, acho que já me alonguei Presidente, quero realmente colocar a disposição, dizer que estamos sempre à disposição para as futuras convocações que se fizeram necessárias. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Agradeço ao Sr. Guilherme. Vamos passar ao Sr. Ricardo Camargo, e repito depois da fala de todos, então, nós entraremos nos processos inquirições.

SR. RICARDO CAMARGO – Boa tarde, o meu nome é Ricardo Carneiro de Camargo. Eu queria primeiro só agradecer a presença aqui para poder estar colaborando com o processo e eu trabalho, estou representando a Telefônica eu sou Gerente da Área de Operações da Telefônica, então, eu tenho conhecimento técnico do processo e vou colaborar aqui nas respostas e perguntas que virão.

Nós tivemos a presença na Telefônica também do Dr. Sobral, que nos fez vários questionamentos até nós fornecermos alguns posicionamentos e respostas que nos foram solicitadas e acredito que isso também já tenha sido avaliado e já encaminhado. Dentro do processo de identificação de usuários na Telefônica ele tem duas áreas envolvidas. Essas áreas a solicitação efetiva lá chega à nossa área jurídica voltada a segurança eu estou até aqui nesse momento com uma

representante da Telefônica que é a Drª Patrícia que está aqui no Plenário.

Como eu estou no segundo processo dentro de Telefônica a partir do momento que a área jurídica recebe a solicitação eu recebo internamente dentro da Telefônica a solicitação técnica da identificação daquela solicitação que foi colocada nos escritórios, foram colocadas nos escritórios. Eu não tenho aqui comigo as informações efetivas de origem se foi demandada em função do processo de pedofilia ou outro processo, eu tenho só os números técnicos, eu acredito que a Patrícia poderá ajudar se assim o for nas perguntas depois.

Bom, dentro do processo técnico e independente da origem da necessidade nós temos algo que é bastante semelhante que foi apresentado pela Brasil Telecom, nós temos uma apresentação que também representa o que foi dito agora e eu acho que a gente poderia passar só para entender um pouquinho então o encaminhamento técnico dos registros de todas as conexões de serviços de *Internet*.

Eu pediria só para passar o primeiro *slide*. Bom, nós não chegamos a abrir até no nível de detalhe que a Brasil Telecom colocou nos elementos da rede que compõe a rede. Podemos ver ali no desenho que a rede está composta ali numa nuvem, uma nuvem escrita Rede Telefônica. Mas indo mais ao ponto da necessidade da informação, o desenho representa a partir do momento da solicitação ali na casa do cliente, o momento que ele vai se habilitar a utilização do serviço, automaticamente a Rede Telefônica identifica que o usuário está se logando, está informação aí tem uma flecha ali ainda dentro da Telefônica como operadora, nós temos uma identificação está escrito ali verificação, isso através de uma base de dados onde a gente faz uma verificação e um registro.

Essa verificação efetiva ela tem objetivos de efetivamente a questão comercial para ver se o usuário está habilitado à utilização dos serviços e uma vez estando habilitado nós passamos a registrar esta informação de conexão a rede ao serviço.

O segundo passo está na segunda flecha ela passa a uma comunicação da nossa rede com uma comunicação do registro do provedor envolvido. Que mostra ali o provedor é uma segunda base de informação de repositório de informações. E só quando vier um retorno do provedor para a operadora é que é habilitado o serviço e permitido a conexão ao mundo *Internet*. Então, é o processo de verificação ou autenticação como foi comentado agora, onde está registrado na operadora o fato, ou seja, os dados do cliente que está requisitando a navegação na *Internet* e num segundo momento sendo habilitado pelo provedor, nós, a operadora Telefônica recebe este OK que é permitido

que este cliente possa navegar e então, automaticamente, é liberado a navegação na *Internet*.

O que fica registrado no ambiente da operadora? Ficou registrado está dito ali, os dados da conexão a partir daquele minuto e segundo de o horário da conexão o endereço IP utilizado e o número do telefone. Bom, está escrito também o horário de desconexão, mas como é que funciona o processo. Uma vez que teve habilitação pela operadora e teve habilitação pelo provedor eu gravei o minuto e o segundo de registro e aí esse registro fica aberto. Fica aberto até o momento onde houver a desconexão que pode ser em poucos minutos, que cliente desista de utilizar o serviço ou pode até passar dias.

Então, esse registro fica aberto do primeiro minuto, do primeiro segundo habilitado até o último minuto e segundo que é a desconexão. A partir daí, da desconexão nós encerramos aquele registro, ou seja, que pode ter iniciado até dias atrás e encerrado naquele segundo e esse registro fica armazenado. O nosso armazenamento hoje, daí como operadora, nós temos registros aí que chegam até cinco anos, até cinco anos nós temos todos os registros e esta é a fonte repositória de informações para que depois a gente possa utilizar nas solicitações judiciais.

E estas solicitações judiciais dentro da área técnica nós não o conhecemos porque existe esse fluxo interno que a nossa área jurídica é que a detém. E aí sim internamente a área jurídica falando agora um pouquinho desse fluxo a partir da solicitação da nossa área jurídica que eu entendo que está reportado para uma solicitação judicial, ela simplesmente traduz e não me diz como área técnica e qual necessidade será provida aquela informação.

E aí a nossa equipe técnica responde isso no prazo no menor prazo possível de forma geral é no dia seguinte, até o dia seguinte. Uma vez respondido, devolvido para a nossa jurídica e formalizado eu acredito, aí eu não tenho maiores detalhes as respostas as áreas solicitantes.

Bom, podemos passar o próximo *slide*, por favor, só para eu... Antecipei um pouquinho ali no primeiro *slide*, mas eu estaria só reforçando um pouquinho o conceito que é o funcionamento técnico e aí estar passando *pari passu* das etapas de habilitação ao serviço de *Internet*. Então, tem a flecha ali no meio de navegação aquele momento é o momento como eu disse pode ser de alguns minutos ou pode levar até dias se o cliente ficar conectado por muito tempo.

A etapa de cima na navegação está desde a habilitação dos serviços, então, está lá a conexão, vem primeiro para a operadora a base de dados da operadora verifica se ele pode ser habilitado ao serviço ou não. Uma vez habilitado a operadora Telefônica verifica

com o provedor se ele tem a permissão de navegar se assim o provedor der o Ok nós passamos a registrar nesse segundo do OK do provedor e daí volta para que a gente habilite o serviço.

Então, aí passa-se à navegação e aí na parte de baixo é a desconexão, ou seja, no momento que o cliente desligou, exemplo, o *modem*, automaticamente a rede Telefônica identifica essa solicitação de desconexão. Nós registramos na nossa base de repositório de registros e ao mesmo tempo informamos ao provedor para que ele também o faça no fechamento do registro. Então, esse é o processo de habilitação e desabilitação do registro e aí nós temos os horários, o IP identificado. Eu quero lembrar também que o IP hoje nós temos dentro da rede e acredito que seja da mesma forma nas demais operadoras, nós temos o IP dinâmico e o IP fixo.

O IP dinâmico é aquele IP que a qualquer acesso de um cliente ele obtém um IP disponível e se ele vier desabilitar e habilitar no dia seguinte ele vai pegar outro número IP, então dinâmico, exatamente porque esse IP está rodando para vários clientes, em vários dias em vários momentos. E o fixo não, é muito reduzido a condição de clientes na condição do IP fixo está mais na condição do corporativo, os nossos clientes corporativos de forma geral precisam obter uma identificação fixa, mas é um número bastante menor.

Só para fechar, até para nós não temos, a apresentação termina aqui, mas em termos de números de requisições e aí eu estou somando a todas as solicitações, nós já atingimos agora no mês de julho, quase 700 requisições, solicitações de identificação de endereço de IP, estamos numa média superior a mais de 320, 350 solicitações em média no ano de 2008.

Bom, em nome da Telefônica são as informações só na questão jurídica do fluxo depois se as pergunta foram pertinentes eu não teria as respostas, mas eu estou acompanhado da Drª Patrícia que poderia me acompanhar e ajudar colaborar com os questionamentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu passo a palavra ao Sr. Luiz Otávio Rodrigues da Silva, Coordenador de Segurança da GVT.

SR. LUIZ OTÁVIO RODRIGUES DA SILVA – Bom dia, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite da Comissão para a gente estar aqui, a GVT como uma empresa mais nova desta Mesa tem todo o interesse em colaborar com esta CPI. Na realidade, eu sou da área técnica, eu sou gerente de engenharia da GVT e o meu colega, eu tenho um colega aqui, que é o Edgar, ele é o coordenador de segurança da GVT.

Assim como o meu colega da Telefônica, eu não conheço o processo jurídico de entrada de uma solicitação dentro da GVT. Eu sou a área de suporte a nos-

sa área da segurança, as solicitações chegam para a minha área e eu dou prosseguimento à solicitação.

A GVT é uma empresa que tem um crescimento muito grande na sua base de cliente ADSL nos últimos anos e a gente tem crescido, tem quase que dobrado ano a ano a nossa base de clientes ADSL, assim como os meus colegas da Mesa a gente tem buscado sempre investimentos para melhorar o nosso fluxo de informação dessas solicitações que chegam para gente.

Já está previsto para final deste ano a gente estar fazendo um investimento para melhorar a forma ou o tempo que a gente leva para entregar as solicitações. Assim como meus colegas a gente também usa a questão de IP dinâmico. O que é IP dinâmico? É como ele falou, o usuário que se liga na rede, se conecta na rede, ele ganha uma identificação, essa identificação a nossa prática caso ele queira ficar com essa identificação uma semana ele não consegue, de 48 em 48 horas o meu equipamento reserta a conexão, troca o endereço IP por mais que ele deixe o seu computador conectado.

Se ele desconectar e ele conectar no minuto seguinte, ele vai pegar outro endereço de IP, então, é isso que o meu colega estava falando de IP dinâmico. Então, a GVT também trabalha com IP dinâmico. Por isso que todo mundo na Mesa coloca que é muito importante que as solicitações e algumas vezes a gente não consegue atender a solicitação. A gente está sempre com a mesma base de informações, ou seja, fuso horário, ter sempre para que a gente consiga identificar o usuário dentro da rede da GVT.

Como a gente tem experimentado o nosso crescimento de ADSL começou de 2006, o grande crescimento da GVT, a gente tem registros guardados desde 2006 para cá, antes anteriormente a 2006 a gente tem alguma coisa guardada, mas também era um sistema antigo que pode ser que a gente não tenha todas as informações necessárias, mas de 2006 para cá, o que a gente está se programando como não existe uma regulamentação a gente está imaginando usar a mesma regulamentação de voz, guardar registros por cinco anos que é o que existe hoje com regulamentação de voz onde você guarda o registro da chamada por até cinco anos.

Então, a GVT está se programando, é essa a nossa de idéia, de guardar essas informações por cinco anos. Como eu falei hoje a gente tem informação de 2006 para frente. A GVT como uma empresa que tem um número menor de assinantes a gente não tem tantas solicitações, a gente não tem um número tão elevado como meus colegas da Brasil Telecom e da Telefônica, mas só em nível de estatística, no momento nós estamos fazendo nove solicitações, estamos atendendo nove solicitações que nós chamamos

num termo lá dentro de “interceptação de ADSL”, no momento é o que a gente está fazendo.

Eu tenho aqui alguns ofícios que vieram da Comissão, foram 18 pedidos de 18 pedidos a gente conseguiu identificar 15, três não foi possível identificar. Eu não sei exatamente detalhes pode ser que seja problema de conexão, do horário, não ser o horário certo e naquele horário que a gente investigou não achou o usuário ou um IP que não era o IP da GVT, Ok? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Agradeço a apresentação da GVT e passo a palavra ao Luiz Eduardo Falco, Presidente da OI Telemar. Que é meu conterrâneo lá do interior da Bahia de Macarani, Itapetinga, não é? Está vendo?

SR. JOÃO DE DEUS MACEDO – Senador,

primeiro eu queria informar o meu nome é João de Deus Macedo, e com muito orgulho conterrâneo lá da Bahia de V.Ex^a, mas estou representando aqui o Presidente Falco, que hoje ele tinha compromissos já assumidos anteriormente, mas talvez eu seja a pessoa realmente mais indicada da companhia para comentar sobre esses assuntos, dado o tempo de casa e no setor de telecomunicações aí se vão 37 anos.

Inicialmente, eu queria cumprimentar a V.Ex^a e os membros da CPI, porque independente do mérito social, do mérito público que a sociedade brasileira tomou conhecimento com as atividades da CPI o fato de ter revelado a intensidade do crime na *Internet* serviu, especialmente, para nós, mas acredito que para todo o setor de telecomunicações para uma maior conscientização quanto à prioridade e à priorização de investimentos nesta área de registro e conservação de dados de navegação de tráfego na *Internet*. Porque como é natural imaginar o foco principal das companhias têm sido de investir para prestar serviços à população. Ainda há uma demanda muito grande especialmente em aplicações da *Internet*, é um serviço que cresce a quase 50% ao ano e agora isso só falando da área de telefonia fixa. E agora só falando na telefonia móvel vai começar um fluxo de investimentos de demanda na sociedade que vai até ultrapassar em volume de procura o que já existe de *Internet* na telefonia fixa.

Então, essa conscientização nós creditamos... A iniciativa dessa CPI pelo que então os nossos respeitos quanto a isso.

Eu queria iniciar a apresentação falando um pouco dos aspectos da regulamentação sobre essa questão de registro de, pode passar, e já mencionar antes que haja má interpretação de que as companhias se, então, se conscientizaram da necessidade da estabelecer esses registros apesar de a regulamentação setorial que ela é extensiva para vários serviços para telefonia fixa, para a telefonia móvel, nós temos, por exemplo,

que os regulamentos de telefonia fixa e móvel, estabelecem prazos e como guardar e por quanto tempo guardar esses registros de utilização.

Apesar de não haver nenhuma regulamentação, ou melhor, a regulamentação do serviço correspondente a *Internet*, que é o serviço de transmissão de dados que é o chamado SCM que é mais amplo do que à própria *Internet*, essa regulamentação apesar dela não mencionar não conter nenhuma disposição similar a da telefonia fixa que cujos registros são mantidos e atualizados por cinco anos com a absoluta precisão, as empresas ainda assim realizaram investimentos e estão conseguindo manter com algumas falhas, é bom reconhecer. Mas elas... A novidade é que essa CPI teve o dom de conscientizar da necessidade de investir até antecipadamente em relação à regulamentação setorial. Pode passar, por favor.

Só também *an passant*, no caso do tratamento nós entendemos o que pedido da CPI de comentar a estrutura, dizia respeito a como que a OI Telemar ela processa os pedidos e é de modo idêntico ao que existe nas outras companhias. Nós temos uma área que nós chamamos de “ações restritas” na companhia que é uma área de um grupo de pessoas, gerente e técnico, dedicadas. 23 pessoas dedicadas exclusivamente a, vamos dizer, a preservar o sigilo desses dados de navegação dos usuários e quebrá-los, quebrar tal sigilo mediante ordem judicial.

Então, é um corpo que envolve área jurídica e uma área de ações restritas que analisa as solicitações e há às vezes tentativas, solicitações que não estão, não se coadunam com a legalidade e isso é rejeitado e aquelas que são solicitações absolutamente legais, então, é procedido o devido quebra de sigilos como ocorre nos casos da CPIs. Os procedimentos também são padronizados da companhia, quer dizer nós protocolamos todos os ofícios, quer seja de telefonia fixa, móvel ou do tratamento da *Internet* e sinteticamente, o próximo *slide*, sinteticamente nós protocolamos a ordem, fazemos uma análise de pertinência e de aplicabilidade, ou seja, se a autoridade que solicita é constitucionalmente habilitada a quebrar o sigilo e é feita, então, a coordenação da execução em campo das quebras de sigilos tanto de telefonia fixa, móvel como de dados. Próximo *slide*.

Então, a seqüência do procedimento operacional que é absolutamente registrado e descrito na companhia no caso de dados se analisa então a partir do endereço IP se encaminha para uma área tecnológica que busca nas bases de dados onde estão registrados esses endereços IPs a identificação solicitada e o encaminhamento para a autoridade que solicitou e no final, então, se ar-

quia os processos para estatística e para informação caso a Justiça assim requeira. Próximo *slide*.

Também sinteticamente do ponto de vista técnico as empresas atualmente até mesmo as que estão aqui hoje presentes na CPI, elas prestam do mesmo modo que a OI três distintas modalidades de serviços vamos dizer de navegação na *Internet*. Um que é a *Internet* discada que nós estamos chamando ali de *dial IP*, o outro *Internet* fixa que está ali como *IP Connect* o nosso nome e uma banda larga ADSL, que é um serviço mais disseminado hoje.

É bom mencionar, Presidente, que a título de sugestão que caberiam pelo menos duas providências relativas a esse contexto de identificação do crime na *Internet*. O primeiro é vamos dizer um movimento que as companhias já estão fazendo de forma voluntária, mas elas poderiam se mobilizar junto as suas associações para criar até uma auto-regulação independentemente do fato de a ANATEL assim que instada pela CPI vier criar uma regulamentação específica. Essas companhias podem se comprometer com suas associações setoriais, a ABRAFIX, ACEL e outras criar auto-regulamentação quanto à questão da identificação e a preservação dos direitos do cidadão no que diz respeito à *Internet*.

Então, essa criação da auto-regulamentação seria uma sugestão que nós faríamos e o segundo é uma atenção redobrada que acho que aí já se pode fazer com antecedência que as companhias de alguma forma estão trabalhando no meio do caminho, quer dizer, esses serviços de *Internet* começaram sem regulamentação nenhuma e estamos descobrindo no meio do caminho a necessidade de estabelecer muito mais controles.

Mas já no caso da *Internet* móvel que ela está aqui no limiar de nascer, toda a população houve falar agora no 3G que vai haver uma explosão de acesso a *Internet* via telefonia móvel, então, está num momento muito propício para que a coisa comece já com maior controle, então, que se estabeleça também uma auto-regulamentação independente da regulamentação para o caso da navegação na *Internet* através da telefonia móvel.

Bom, então, voltando à questão dos diferentes serviços no caso do serviço de discagem de acesso a *Internet*, na OI nós temos espalhadas aí nos três mil Municípios que nós atendemos do Rio de Janeiro, até o extremo Norte, cerca de 500 mil portas na rede *Internet* para as ligações telefônicas que chegam na rede *Internet*, são na verdade 495 mil portas que os usuários de telefonia com seus computadores fazem discagem para acesso à *Internet*.

Temos, então, esses pontos de acesso em 200 localidades, em 250 localidades e atendemos aí cerca de três milhões de usuários que tem vamos dizer identificação na *Internet* dos 15 milhões de usuários de telefonia

fixa. E, então, os endereços de navegação na *Internet* são alocados dinamicamente a cada ligação através de dispositivos tecnológicos que estão ali identificados e a autenticação para a navegação é feita num provedor *Internet* que nós vamos mostrar a seguir um processo mais detalhado e os usuários são identificados através dos seus endereços de IP. Próximo *slide*.

Então, essas seta amarela e verde, identifica o processo, quer dizer para o usuário de telefonia receber autorização de navegação ele primeiro, então, acessa um equipamento que nós chamamos um RAS que é um serviço de acesso remoto e esse servidor, então, ele providênciá uma autenticação e armazena o início e o fim da conexão contendo a data e a hora, o endereço IP, o endereço IP do cliente o *login* de acesso e o telefone originador da conexão através de interações que são feitas com os servidores próprios ou com servidores do provedor.

Então, com base nesse registro que nós guardamos em cinco áreas, em cinco cidades da nossa área de atuação esse registro é transmitido para um ponto centralizado da companhia, é que nós fazemos a identificação no caso de solicitações da CPI, então, isso daí vamos dizer é o modelo de tratamento da identificação e da quebra do sigilo quando as conexões são discadas, são pelas linhas telefônicas normais.

Há outra modalidade que é o serviço que a gente chama de “IP conexo” que são serviços dedicados para um conjunto de usuários basicamente comerciais, isso cada usuário já tem um IP fixo dedicado e é um conjunto muito menor que são empresas de grande porte que formam redes internas de *Internet* para seus empregados, então, cada circuito que nós fornecemos para a conexão *Internet* possui uma faixa de endereço para aquela empresa, para aquele cliente associado. Então, dessa forma, nós registramos e guardamos esses endereços quando as empresas acessam a *Internet*. O próximo *slide*.

No caso do serviço de banda larga, que é o serviço que eu mencionei, que é o serviço ADSL é mais ou menos idêntico ao que as outras captações já mencionaram são 1 milhão e 800 mil usuários só disso de banda larga esse crescimento é muito amplo hoje, então, essas informações de autenticação são armazenadas num servidor da rede *Internet* nossa que é no *backbone* do *Internet*, vamos dizer na espinha dorsal da rede *Internet* e esse servidor, então, armazena essas informações.

No caso do ADSL, no serviço de banda larga, não tem a identificação do número telefônico e sim do endereço IP do usuário. Pode passar.

E o processo sinteticamente então envolve a rede de telecomunicações e servidores do provedor. Então, é feita uma validação com um servidor de um provedor

de *Internet*, e no servidor nós validamos que aquele cliente é um cliente cadastrado e que tem uma identificação positiva e liberamos o tráfego desse cliente para a *Internet*. Próximo *slide*.

Eram então essas informações e estou à disposição para qualquer questionamento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Agradeço a OI Telemar e passo a palavra ao Sr. José Antonio Guarald Félix, Presidente da NET.

SR. MARCELO SARMENTO – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos. O meu nome é Marcelo Sarmento e estou aqui representando o José Antonio Félix.

É com satisfação que a NET comparece a essa CPI. Eu não vou me alongar muito, os processos são muito similares aos que os colegas apresentaram, basicamente nós também recebemos as solicitações judiciais via o nosso Departamento Jurídico que verifica a validade dos mesmos. O Departamento Jurídico encaminha a solicitação para o Departamento Técnico que identifica o usuário.

A nossa rede é um pouco diferente da rede das demais operadoras porque nós não trabalhamos com tecnologia ADSL, nós trabalhamos com uma tecnologia chamada DOCSIS, que basicamente tem um *Cable Modem* que é um dispositivo que fica na casa do usuário, este *Cable Modem* tem um endereço físico único e é através dele que nós relacionamos o usuário com o seu dispositivo e com seu respectivo endereço IP.

Da mesma forma que as demais operadoras nós também trabalhamos com endereço IP fixo e endereçamento IP dinâmico. O nosso endereçamento IP dinâmico permite que o usuário renove a validade do seu endereço IP, inicialmente nós configuramos para que ele tenha esse endereço IP disponível por até três horas e ele se não houver a desconexão do computador ele permanece com esse mesmo endereço durante o tempo em que o computador permanecer ligado. No momento que o computador é desligado e essas três horas, esse período de concessão terminam, esse endereço volta para o nosso banco de alocação de IPs e ele está disponível para outro usuário se assim for necessário.

Com relação ao número de requisições nós também temos observado que o número de requisições judiciais tem aumentado nos últimos meses e a Net tem procurado além de aumentar a equipe responsável pelo tratamento dessas solicitações, nós também estamos procurando aumentar o tempo de armazenamento dos *logs* de IP que nós temos disponíveis. Hoje a NET conta com seis meses de *logs*, nós reconhecemos que esse é um tempo curto, mas nós temos investimentos programados para o final de 2008 de cerca de 5 milhões de reais para estender esse período para um prazo de até três anos que nós temos acompanhado

a movimentação tanto na ANATEL e também recebemos algumas recomendações do Ministério Público de São Paulo, para que esse período seja estendido para três anos.

Era isso que eu tinha para comentar, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Bem vindas as apresentações, a exemplo do que cada um colocou e alguns de suas debilidades de conhecimento jurídico e os técnicos vieram e alguns mostraram conhecimento técnico, de uma forma até humilde reconhecimento fragilidades e falhas e necessidade de melhorar e de avançar nesse processo que demanda no país, e na questão da criança em si – que é o nosso foco no combate à pedofilia e à necessidade da termos celeridade ou muito mais do que celeridade, necessidade que as Teles desenvolvam sistemas que permitam prestar informações sobre IP de forma imediata e *online*, mediante a solicitação da autoridade competente, é isso que nós queremos discutir.

A partir daí também eu tenho as minhas dificuldades técnicas, jurídicas e por isso tem uma Assessoria desse tamanho aí cada um trouxe um e eu trouxe 20. Então, eu trouxe a Polícia Federal, eu trouxe os técnicos da Polícia Federal, eu trouxe o Ministério Público Federal, eu trouxe o Ministério Público Estadual, eu trouxe os peritos que entendem muito bem dessa questão e porque a princípio era uma Audiência Pública, houve o convite de uma Audiência Pública para que realmente pudéssemos participar.

E aí os técnicos que estão aqui também acompanhando os senhores, que não foram convidados por nós a partir desse momento eles podem participar e eu vou suspender por três minutos para que a equipe técnica da CPI, que o Dr. Sobral, que a Drª Fabiana possam, Juliana, que deve vir outro Delegado aí não é, com esse nome, possa preparar, e aí, eles vão, estão autorizados a iniciar essa Audiência Pública fazendo as perguntas que foram trabalhadas ao longo dessa semana com base no que nós recebemos, do que temos, com base até nas desobediências judiciais de alguns que estão aqui, para que nós possamos saber o porquê das coisas e onde é que nós queremos chegar e ao final disso ter um entendimento de que nós precisamos assinar minimamente, precisamos aformatar um termo de ajuste de conduta, de enfrentamento a esse crime bárbaro, não é fazer favor à sociedade, que é o crime de pedofilia.

É verdade que nós estamos falando de negócios, as empresas querem é lucro, querem lucro. Não tem nada de errado nisso, gerando emprego está tudo bem, gerando trabalho está tudo bem, mas é preciso que no cumprimento do papel social, nós avancemos no cumprimento da lei, no comprometimento, no combate ao

crime acima de tudo com velocidade porque a empresa só tem a ganhar em credibilidade com a sociedade. Então, no debate se dará mais ou menos por aí.

Eu suspenso por três minutos e nesses três minutos que eu vou suspender eu gostaria de mostrar algumas imagens aos senhores aqui. Está suspensa.

Sessão suspensa às 12h54.

Sessão reaberta às 13h14.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu passo a palavra então ao Dr. Sobral, Delegado de Polícia Federal e de combate ao crime cibernético, e para a nossa felicidade ele está conosco na CPI e o grupo todo e aí vamos começar a exposição e o debate Dr. Sobral.

SR. CARLOS EDUARDO SOBRAL – Sr. Presidente Senador Magno Malta, senhores convidados, colegas de CPI e demais membros aqui presentes.

Bom, o que nos trouxe a participar dessa Audiência Pública é o mesmo motivo que nós discutimos e debatemos na primeira ou na segunda Audiência Pública dessa CPI o que foi alguns fatos que nós constatamos durante o transcorrer da investigação da Operação Carrossel que, até então, era a maior operação de combate a pornografia infantil em nível internacional liderada pelo Brasil, pela Polícia Federal.

Durante o transcorrer das investigações foi desenvolvido um sistema, um *software*, por nossos peritos criminais, que conseguiu identificar dentro da rede *eMULE*, rede de compartilhamento de arquivos, pessoas ao redor do mundo que estavam disponibilizando material pornográfico infantil, material pedófilo pela *Internet* e conseguimos identificar que no Brasil havia aproximadamente 224 pessoas disponibilizando em uma determinada semana, que foi objeto dessa pesquisa no *eMULE* e mais, centenas de outros usuários espalhados em 78 países. Preparou-se, então, uma grande operação de investigação articulada pelo Brasil em cooperação internacional. Quando iniciamos os procedimentos tomamos a cautela de selecionar mais de um IP por alvo na perspectiva que um ou outro caso pudesse haver algum tipo de erro na coleta, na pesquisa desse IP e que não informado um, o segundo pudesse suprir essa falta. Solicitada a ordem judicial para acesso a esses dados cadastrais, esses dados de IP e deferida à ordem judicial, começaram alguns problemas que nós identificamos nessa operação.

O primeiro grande problema, o prazo de resposta das operadoras foi muito delongado, passou-se de meses para a operadora depois de recebido o ofício judicial encaminhar a informação sobre o dado cadastral do usuário e tempo investigação dessa natureza investigação que envolve computadores é um fator determinante. Por quê? Por uma série de motivos o usuário pode se

desfazer do seu computador, pode mudar-se de sua residência os registros serem apagados e depois de todo um procedimento, prolongado, delongado que se consiga chegar a uma residência, realizar uma busca e apreensão, fazer uma análise pericial, dado ao decurso de tempo quando recebemos o laudo pericial nada mais há a fazer se não esperar outra oportunidade.

Então, começou-se a nossa preocupação pela demora na resposta dessas informações, mas não somente isso veio um segundo dado muito mais preocupante que nessa operação pôde ficar constatado pelo volume de informações pedidas de uma única vez. Quando solicitamos às operadoras de telefonia os registros de acesso de seus clientes, foram 352 registros pedidos, recebemos a resposta de tão somente 137, ou seja, bem menos da metade. O que significa? Significa que dos 224 pedófilos suspeitos que nós estávamos investigando metade deles conseguiram se isentar da própria investigação por conta da falta de registros dos seus clientes por parte das operadoras de acesso a *Internet*.

Nesses 224, conseguimos alcançar, a realizar busca e apreensão em 104 e dado à demora de quase seis meses de todo o procedimento, em somente 64 casos foi possível realizar uma apreensão, ou seja, dos 224 suspeitos inicialmente investigados somente 64 foram apresentados a Justiça para responder e defender-se. Foi um número para gente muito preocupante, alarmante e na primeira Audiência dessa CPI, quando fomos chamados a apresentar esses dados da Operação Carrossel mostramos essas informações.

A partir desse momento nossa direção determinou que fizéssemos uma série de visitas e reuniões com as operadoras de telefonia tentando primeiro identificar por quê? Quais os motivos dessa deficiência, dessa falta de informações que ocasionou esse prejuízo às nossas investigações e ouvimos, fomos recebidos e ouvimos que o principal motivo era a falha técnica dos equipamentos que não possuíam a função de armazenar essas informações e ao mesmo tempo em que a empresa reconhecia essa deficiência técnica comprometia-se a investir e aprimorar-se na troca de seus equipamentos que possibilitasse, então, fornecer essas informações.

Na Operação Carrossel, nesse gráfico a gente consegue perceber nitidamente o prejuízo que foi causado à investigação pela falta de informação. Se nós analisarmos São Paulo que tem realmente o maior número de usuário tivemos 41 pedidos de busca e apreensão realizados. No Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, especialmente do Rio de Janeiro que o número de usuário de *Internet* é um pouco menor do que São Paulo somente três pedidos puderam ser apresentados à Justiça, por quê? Tadashi, por favor. A porcentagem das informações

recebidas de algumas operadoras foi muito baixa, como, por exemplo, podemos constatar na Telemar.

Somente 21% dos IPs, das informações que nós pedimos foram respondidos, a Telefônica alcançou um número maior e por esse motivo o número de investigações que foram levadas adiante em São Paulo foi maior. A Brasil Telecom o número foi 47%, a CTVC 28% e a Net 50%, uma seja, de cada dez pedófilos, clientes da NET, cinco conseguiram se ausentar, oito da Telemar e Brasil Telecom também por volta de 50%.

Nossa expectativa é que após as reuniões que fizemos a gente conseguisse realmente numa próxima operação alcançar números melhores do que esses que foram encontrados e também que as respostas os nossos pedidos fossem em tempo muito inferior ao que nós tivemos nessa primeira demanda. E o que a gente vai constatar com os dados que foram analisados da quebra do *ORKUT* apresentada pela CPI que houve uma melhora, mas essa melhora é insuficiente para permitir que nós tenhamos no Brasil boas investigações sob pornografia infantil na *Internet* e qualquer outro tipo de crime cibernético e além do mais a demora em responder ainda é uma constante. Nós que adotar a sugestão apresentada aqui pelo Senador Magno Malta.

Nós temos que criar um sistema que permita informar *online* é de imediato, mediante a apresentação da ordem necessária o dado cadastral, se é um banco de dados uma consulta em um banco de dados que não deva demorar mais do que alguns minutos, se é banco de dados que seja razoável que se faça em tempo imediato e *online* em sistema. Tadashi, por favor, mais uma.

Esse é o quadro analítico das informações dessa operação das quebras apresentadas pela CPI da Pedofilia. Senador Magno Malta a Telemar 51,7% dos IPs que nós pedimos ela conseguiu informar. Significa que 49% não. Significa que de cada 100 pedófilos, suspeitos, clientes da operadora Telemar 49 já conseguiram se ocultar da Justiça pela falha na informação desses logs. A Telefônica avançou, avançou bem uma porcentagem de 82%, não é o ideal, nós queremos chegar a 100%, porque é um dado técnico, não há razão para o equipamento não apresentar, tem que chegar a 100%, mas houve uma evolução de 50% a 80%.

A Brasil Telecom ainda permaneceu nos mesmos níveis da Operação Carrossel a evolução não aconteceu, mas o processo de aprimoramento técnico não tenha sido concluído não sei, mas há constatação fática é – Ainda não houve a evolução que foi comprometida. A GVT alcançou uma porcentagem de 81% há um nível razoável, não é o ideal, não é o suficiente, mas é a razoável. A GVT e a CTBC eram apenas dois casos, apresentou os dois, então, alcançou 100% dos pedidos que lhes foram apresentados.

Esse quadro demonstra Senador à preocupação que nós temos e a urgência que temos em realmente realizar um termo de ajustamento de conduta com a CPI e as Telas que se fixem compromissos e prazos para que nós consigamos fixar metas e cobrar resultados no curto prazo. Dos 805 perfis investigados uma grande parte deles não vão poder, os pedófilos não vão poder ser encontrados, por quê? O primeiro elemento da investigação que é o dado cadastral, é o local onde está o computador – nós não temos.

Enfrentaremos vários outros obstáculos para conseguir chegar ao pedófilo, mas o primeiro, o principal que sem ele é impossível iniciar qualquer investigação de crimes praticados por computadores que é *login* o cadastral da operadora do acesso nós não temos. Esse cenário é preocupante. Esse cenário exige que a gente realmente constitua um grupo de trabalho e consiga no curto prazo solucionar e diminuir essa deficiência na nossa prestação dessas informações.

Eu passo a palavra a Drª Juliana.

SRª JULIANA CARPANEZ – Boa tarde, Senador, senhores. Em complemento as informações do Delegado Sobral eu gostaria de fazer algumas colocações ainda sobre esses gráficos. Quando as operadoras foram explicar aqui as suas situações pessoais eu fiz algumas observações com os meus colegas.

As operadoras respondem sim à Polícia Federal, mas como o Senador falou as respostas são algumas vezes “não conseguimos localizar os dados”, “não foram encontrados” e isso acontece sim com todas as operadoras, então, não é verdade o fato de que todas as operadoras respondem, porque nós não consideramos e por isso os valores das porcentagens, os dados aproveitados às vezes são tão baixos que essas respostas, embora consideradas resposta são válidas, não se usa nada desse dado.

A Brasil Telecom, então, por exemplo, só uma observação que eu fiz durante a sua explanação, Dr. Guilherme, é que dos 151 pedidos da Brasil Telecom 66 endereços foram não encontrados. Então, esse percentual baixo a maioria, a maior parte desse percentual baixo se deve ao fato de não encontrar mesmo, não é questão de divergência de dados porque em alguns outros casos, os nossos técnicos, especialmente o analista, o Tadashi, que está aqui conosco nos informou que trata-se de erro em GMT que é o fuso horário do local que não é informado pela operadora também que é um adaptação é necessária.

Então, a nossa maior preocupação mesmo é com os dados não encontrados porque esses outros ainda são passíveis de alterações imediatas, mas os não encontrados, como o Delegado Sobral colocou, é de responsabilidade unicamente de vocês. E outra

observação também que foi colocada pelo meu colega, a CPI do Senado determinou um padrão que foi homologado pelo PRODASEN para apresentação dessas informações um *layout* que é esse aqui até que eu tenho uma cópia aqui comigo.

Desses nossos pedidos apenas as operadoras Telemar e a CTBC responderam no padrão solicitado as empresas Telefônica, Net Vivax, Brasil Telecom e GVT não responderam no padrão solicitado e para adequação a esse padrão não é necessário nenhuma máquina é simplesmente a boa vontade do funcionário de fazer respostas no padrão solicitado pela CPI, nem isso nós obtivemos das operadoras, então, todos esses dados que vocês estão vendo aqui foram conseguidos pelo tratamento desses dados manualmente pelos servidores da Polícia Federal. Então, essa boa vontade inicial também não obtivemos nem na resposta o que é preocupante igualmente como os não respondidos.

Nós temos algumas perguntas diretas às operadoras, eu vou fazer só uma por causa da prestação inclusive à Telefônica, a Telefônica chegou a mencionar que também utiliza dos dados guardados nos provedores para respostas as nossas solicitações aos ofícios judiciais, mas nós gostaríamos de saber até qual é a necessidade das informações armazenadas pelo provedores para a prestação dessas informações tendo em vista que os provedores apenas guardam dados cadastrais e que as operadoras são as responsáveis de fato pelas identificações dos IPs.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Bem, a gente pode com muito humildade tratar essa Audiência Pública, com um humildade é aquilo que for carapuça cada qual pega a sua e responde, não é, porque estamos todos aqui para cooperar não é para nos hostilizar é para encontrar solução. Como tem muita gente na Mesa saiu uma pergunta de lá.

Eu estou vendo você anotando aqui. O que você anotou que é seu você pode, pede a palavra vai e entra e fala, vamos realmente aqui, não é? Não é isso ou é isso, não é? E a pergunta dela vale para todo mundo. Então, vocês só dando a seta pode ir entrando e vamos todo mundo para a avenida.

SR. RICARDO CAMARGO – Respondendo a pergunta, eu sou da área técnica é a área efetiva que busca informação essa informação é do nosso cadastro do nosso repositório nós não consultamos o provedor para isso, até porque o cadastro é comercial da Telesp e está vinculado ao registro do IP que teve o acesso que foi solicitado.

Eu não sei essa informação quanto à consulta de... E por ser da área eu te respondo que realmente é uma informação própria nossa da Telefônica.

SR^a JULIANA CARPANEZ – Então, é a própria Telefônica mesmo que oferece os dados...

SR. RICARDO CAMARGO – Do nosso repositório.

SR^a JULIANA CARPANEZ – Nós fazemos só algumas, fazemos só algumas... Na sua apresentação de *slide* eu observei que existia uma referência a dados obtidos junto aos provedores, isso que eu gostaria de saber, que só esclarecesse que não é necessário, não é?

SR. RICARDO CAMARGO – Havia um desenho, um desenho, na conexão, no início da conexão o nosso sistema de verificação que a gente chama de *radius* que faz a autenticação ele verifica se o provedor confirma se eu posso liberar porque é uma condição comercial que eu libero porque ele pagou a conta Telesp no acesso e aí eu consulto o provedor para saber se o provedor me autoriza liberar na condição de pagar a conta comercial do provedor.

Se ele me informar, isso é uma comunicação entre dois grandes equipamentos de autenticação e vindo esta permissão aí nós liberamos a informação e aí nós liberamos a navegação na *Internet*. Eu não sei se eu respondi, fui claro.

SR^a JULIANA CARPANEZ – Foi claro num primeiro momento, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Pode sim. E acho que vocês quando falar não se esqueçam de falar sobre o *layout* que a CPI mandou que não depende de desenvolvimento de tecnologia nem de ferramenta só de boa vontade e porque aqueles que não fizeram mandaram a Bangu de qualquer maneira por falta de boa vontade do funcionário não se sabe se o funcionário recebeu ordem para tal, a gente precisa esclarecer essas coisas.

SR. GUILHERME HENRIQUES – Eu queria em nome Brasil Telecom em primeiro lugar parabenizar o trabalho do Dr. Sobral a quem eu tive a oportunidade de receber na companhia e tivemos algumas conversas interessantes sobre a evolução desse sistema e dessas nossas deficiências que temos.

Já estou levando deveres de casa e acho que esse é o espírito, enfim, eu estou aqui para reconhecer minhas mazelas e procurar corrigi-las e dentro da sua colocação eu percebo que é preciso que a gente também aceite que haja um espírito de compreensão recíproca, existem determinadas situações que efetivamente não será possível localizar a informação solicitada por algum, por exemplo, por não ser nosso o I.P. Ok.

O que eu acho que eu devo aprimorar internamente nas minhas respostas as solicitações é de declinar a razão porque não foi encontrado porque muitas

dessas que vocês estão havendo por inválidas talvez sejam essas hipóteses, por exemplo, de IP que não nos pertence ou algum problema de GMT, enfim, o espírito é de evoluir aqui com o interesse de combate a pedofilia, enfim, não só a pedofilia, principal objetivo, mas também da gente poder nas outras investigações de outros temas também usar dessa ferramenta.

Então, já levo como lição de casa, vou exigir da equipe lá que ao prestar as respostas, indique a exata razão porque não foi localizada e vou fazer isso com esses 49% das respostas que vocês receberam em complemento de fazer caminhar à CPI a razão de cada uma delas para que a gente possa identificar o que está havendo e que tipo de evolução tecnológica, que tipo de evolução a gente precisa ou a própria Polícia direcionar sua solicitação para outro canal.

Fico feliz em saber que é perceptível a evolução, mesmo que simbólica, enfim, eu tinha colocado como *deadline* nosso o final de novembro de 2008 para que a gente tenha solução tecnológica aperfeiçoada dentro da companhia, mas vejo que pelo menos não houve uma involução.

E, então, eu já estou tirando daqui Senador Magno Malta uma lição de casa levar para dentro da companhia a necessidade da respondermos de uma maneira muito mais, ainda mais precisa essas respostas negativas porque elas podem colaborar com a Polícia de maneira a direcionar uma solicitação para outra empresa ou outro provedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Alguém mais aí vai usar a palavra?

SR. JOÃO DE DEUS MACEDO – O João de Deus da OI. Eu queria separar o campo da boa vontade do campo, vamos dizer, tecnológico. Eu posso assegurar com absoluta convicção e certeza que no nosso caso da companhia eu acredito que de todo o setor, as pessoas envolvidas as empresas, os empresários, os técnicos dão o máximo de si para realizar da forma mais diligente, da forma mais aderente o que é solicitado o atendimento a pedido de quebra suscito sigilo especialmente quando se trata de CPI não fosse à exposição pública que elas provocam e especialmente quando sinalizam algumas fragilidades o que sistema tecnologia pode ter.

Então, o empenho a preocupação a dedicação para o fornecimento de informações eu diria que ela é inquestionável e ao mesmo tempo o reconhecer que independente também das outras companhias, no caso da nossa companhia, nós até já detectamos e agradecemos isso, eu fiz no início do meu pronunciamento a oportunidade de conscientização para a necessidade de evoluir com o modelo de registros de dados.

Nós sabemos que há dificuldades de identificação em determinadas situações de moto próprio já temos projetos de investimento da ordem de 10 milhões de reais para realizar essa correção dessas fragilidades que nós já conhecemos, não obstante, o empenho e a dedicação dos funcionários em corrigi-los agora também pontuar que há um desafio técnico que aí até comum aos dois campos, tanto ao Ministério Público, a Polícia Federal e as próprias operadoras e ao Congresso que é a questão do fato da segurança da *Internet* ainda não ser um aspecto completamente dominado no mundo da tecnologia.

Nossas redes e a nossa operadora não estão imunes disso, é violentamente atacada todos os dias por variadas tentativas de quebra de barreiras, quebra de proteções eu diria dezenas de milhares de vezes por dia nós sofremos ataques e por mais que coloquemos **firewall** e dispositivos de segurança, os ataques existem e isso é um desafio tecnológico de grande monta não só para nossa operadora, mas como para todas e aí é preciso um pouco de compreensão para acreditar que nós vamos em conjunto na indústria evoluir para, vamos dizer, destruir no mais nascedouro qualquer tentativa desse ataques.

Noticio bojo desses ataques é que vem situações em que um **hacker**, um intruso qualquer, ele pode simular um endereço de IP. Então, já teve situações em que nós tivemos um pedido de quebra de sigilo a partir de endereço de IP que nós varremos mais de uma vez, várias vezes base de dados para identificar números e aí quando chega para o nível gerencial para o nível da direção, “não, está faltando aqui X por cento dos dados que não foram identificados”. “Mas como é possível? O que pode ter ocorrido? Tem algum registro de alguma falha naquele dia?” “Não”. “O software é robusto o que faz a gravação na base de dados?” “É”. Pode eventualmente ter uma falha, mas não significaria que um índice superior a 1% ou 0,5% pudesse se justificar.

Então, há uma alta probabilidade eu não digo isso como escudo e nem como defesa, mas há uma alta probabilidade de que certo percentual dos endereços de IPs que estão em jogo nessa questão de segurança, sejam endereços IPs simulados, mas isso é um desafio que as próprias empresas têm interesse total em desvendar esse mistério e fazer proteções para que isso seja minimizado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu queria fazer uma pergunta para a NET. No dia 20 de junho o Ministério Público recomendou à Net, o Ministério Público de São Paulo, que armazenesse os *logs* de acesso por pelo menos dois anos. E no dia 18 de junho o Procurador da República Márcio

da Silva Araújo enviou à Net dando 10 dias para que ela pudesse se pronunciar sobre um termo de ajuste de conduta proposto pelo Ministério Público e eu quero saber do senhor o seguinte – A recomendação do Ministério Público foi cumprida? Segundo – Os senhores aceitaram se pronunciar nos 10 dias dados pelo Ministério Público Federal a respeito desse termo de ajuste de conduta? Aceitaram não? Aceitaram? Se pronunciaram? Fizeram uma contra proposta?

E aí há uma reclamação nesse sentido, aliás, eu gostaria de dizer ao senhor que nós estamos falando muito francamente que de todos aqueles que operam a telefonia no Brasil nesse momento a grande reclamação, tem reclamação para tudo porque ninguém é 100%, mas a grande reclamação recai sobre os senhores, então, eu gostaria de saber qual a posição da NET a partir dessa recomendação do Ministério Público do dia 06?

SR. MARCELO SARMENTO – Senador, nós recebemos essa recomendação e enviamos uma resposta no dia 02 de julho ao Dr. Márcio Schusterschitz, Márcio Araújo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Araújo é melhor.

SR. MARCELO SARMENTO – Isso. E a posição da NET é que nós informamos ao Dr. Márcio que nós realizamos um estudo detalhado em termos de tempo e custo para implementação que foi solicitada e para que a NET consiga atender a essa recomendasse nas 78 cidades que nós disponibilizamos os serviços hoje nós estimamos um custo de 5 milhões de reais em um prazo de 18 meses para implantação de 100% das cidades.

Então, essa resposta foi encaminhada no dia 02 de julho, eu acredito que tenha o prazo de 10 dias tenha sido um pouco estourado, mas efetivamente nós respondemos essa solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O Sr. sabe qual a posição jurídica da empresa? Porque isso aqui, essa proposta aqui de termo de ajuste de conduta e, aliás, é o que eu estou propondo e eu gostaria de ao encerramento dessa Audiência Pública de ter a garantia dos senhores, que nós teremos um representante aqui da empresa de vocês junto com o corpo técnico e o grupo de trabalho da CPI para que nós façamos um termo acordado, discutido, civilizado e que será um marco também para o Brasil no dia que nós voltarmos a uma Audiência Pública para assinar.

Porque eu confesso aos senhores que o que nós estamos fazendo no Brasil, tem a velocidade da luz com referência ao que os outros países da América Latina estão fazendo. E é preciso, como o crime é ciberneti-

co, que tudo que envolve seja periférico ou não para o combate desse crime é preciso que seja feito com velocidade. Seja feito com velocidade.

Então, eu pergunto ao senhor há uma manifestação do jurídico com relação a esse tipo de ajuste de conduta ou acha que é preciso ter conserto nele ou houve proposta contra proposta dele?

SR. MARCELO SARMENTO – Senador, eu não sei se exatamente em relação a esse termo, mas eu tenho em mãos aqui uma resposta ao ofício nº 00259/2008. Eu não sei se estamos falando exatamente do mesmo documento, mas o conteúdo dele é simular ele pede uma, ele recomenda a manutenção dos arquivos por três anos e essa recomendação nós respondemos a ela no dia 02 de julho de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, não é o mesmo, isso aqui é recomendação de um termo de ajuste de conduta. Essa que senhor está me falando é recomendação que foi feita no dia 06 de 2008. A recomendação de armazenamento por dois anos dos *logs* não é?

SR. MARCELO SARMENTO – Desculpe, eu não tenho a informação a respeito desse documento específico aqui em mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Quem é o advogado que assina?

SR. MARCELO SARMENTO – É Dr. Antonio Roberto Sales Batista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Antonio Roberto Sales. Isso?

SR. MARCELO SARMENTO – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Porque a gente gostaria de saber qual é a posição, porque na verdade não dá mais, já perceberam, para gente caminhar sem ajuste de conduta. A partir estamos falando de coisas diferentes, não tanto de coisas diferente do termo assinado com a sociedade da *Google* e o compromisso. Ontem a *Microsoft* esteve aqui, não é. E IG, Terra, UOL, todo mundo vai assinar termo de ajuste de conduta com a sociedade. Quer dizer, é uma cruzada de todos nós, ninguém está fazendo favor a ninguém.

Então, essa recomendação do Ministério Público, esse termo de ajuste de conduta que ele fez eu acho que na tentativa de estancar um sangramento, mas eu penso que nesse entendimento aqui dos enviados dos senhores com o nosso corpo técnico aqui e o grupo de trabalho da CPI que nós vamos chegar a um texto que vai ser importante para a sociedade, importante para todo mundo sem que nós tenhamos degladeios públicos desnecessários.

SR. CARLOS EDUARDO SOBRAL – Eu gostaria só de consignar Senador, até em deferência às

empresas, que quando nós solicitamos as reuniões foram prontamente marcadas, nós fomos atendidos e demonstrada a boa fé eu tenho certeza que constituió esse grupo, nós iremos conseguir analisar as razões de tantas informações negativadas e propor que se encontre uma solução definitiva e num prazo que seja razoável.

Entendemos os vultosos investimentos que devem ser feitos, que tem que ser feitos, ninguém pensa de hoje para amanhã, mas também levamos ao conhecimento da empresa a urgência e a emergência dessas ações que envolvem vidas de crianças, vidas de adolescentes brasileiros e de todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E o investimento é vultoso porque nós não estamos falando de microempresa, também não é?

SR. CARLOS EDUARDO SOBRAL – Sim, com certeza, Senador. Acho que, tendo boa vontade de todas as partes, com certeza a gente vai conseguir montar um grupo que vai se debruçar sobre questões técnicas, questões jurídicas, procedimentais e que a gente consiga no âmbito da CPI ter um resultado que seja definitivo para o Brasil e um padrão que a gente possa depois expandir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu gostaria de ter uma manifestação de todos os senhores agora com relação ao *layout* da CPI, não é. Eu não sei quais atenderam no *layout* e o resto não atendeu.

SRA. JULIANA CARPANEZ – A Telemar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A Telemar atendeu?

SRA. JULIANA CARPANEZ – A Telemar atendeu e a CTBC atendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A CTBC atendeu, o resto não.

SRA. JULIANA CARPANEZ – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então, eu gostaria de ter uma manifestação que se nós vamos ter, se os senhores vão se comprometer aqui com essa CPI de que nós vamos receber a partir de agora dentro desse *layout*. Sim, Doutor.

SR. CARLOS EDUARDO SOBRAL – E a proposta, Senador, é que nas ações da Polícia Federal, seja adotado um *layout* semelhante a esse que permite, facilita muito nossas pesquisas e padroniza as informações, nós gastamos um tempo enorme tratando e adicionando essas informações em banco de dados que poderia ser automatizado uma vez adotado o *layout*. O PRODASEN confeccionou esse *layout*, um *layout* bom e a proposta da Polícia Federal é que seja adotado um *layout* semelhante, senão, idêntico ao apresentado pela CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Deixa, homenageando as mulheres, porque ela não falou ainda. Passar a palavra para ela.

SRA. PATRÍCIA TEDESCO – Obrigada, Excelência. Meu nome é Patrícia Tedesco, eu sou Gerente Jurídico da Telefônica e a área responsável pelas questões de interceptação telefônica e demais quebras de sigilo.

Eu gostaria aqui de constatar que realmente nós tivemos certa dificuldade de preparar um *layout*, nós cumprimos um prazo na verdade sem a entrega do *layout*, mas em seguida nós fizemos um esforço interno e nós acabamos entregando sim no *layout* solicitado. Inclusive, a empresa já está preparada para caso chegue uma nova solicitação da CPI atender nesse *layout*, está Ok.

Então, eu não sei se o seu comentário foi no sentido de que a gente não entregou em definitivo ou se nós entregamos atrasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Augusto, a doutora está dizendo que veio outra com o *layout*. A Telefônica entregou com o *layout* que nós mandamos.

SRA. PATRÍCIA TEDESCO – Nós entregamos alguns dias, acho que dez ou 15 dias depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Bom, parabéns e o que vale é esse compromisso de que daqui para frente.

SRA. PATRÍCIA TEDESCO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Esse *layout* tanto para a atender a CPIs como atender a Polícia Federal que é quem mais solicita... É absolutamente importante.

SRA. PATRÍCIA TEDESCO – Nós já estamos preparados para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O que nós queremos ajustar é que os Ministérios Públicos Estaduais e Ministérios Públicos Federais em se tratando de crimes cibernético, porque o Ministério Público Estadual é quem está perto do Conselho Tutelar, é quem está perto do bairro, é quem está perto do Projeto Sentinel, é quem está perto, é quem acode primeiro. O primeiro grito bate no ouvido do Ministério Público Estadual e normalmente nesses ajustes de conduta é quem fica de fora. Faz se um ajuste de conduta com o Polícia Federal, faz com o Ministério Público Federal e, porque na composição o Ministério Público Estadual é como se fosse um Vereador, é que o sujeito acorda ele de madrugada querendo um caixão, querendo o carro dele para levar o doente para não sei onde e tal e tal. O povo se socorre

no Vereador que eu acho que é o mais importante, eu até penso o que sujeito que nunca foi Vereador não podia se candidatar a nada, ele tinha que disputar a eleição de Vereador primeiro para ele ver o que é bom para a tosse, entendeu?

Então, o Ministério Público sempre está fora. Então, quer dizer, que nessa nossa discussão com esse grupo de que nós estamos falando que nós incluimos as autoridades do Brasil como um todo para facilitar a vida de todo mundo. Eu quero parabenizar doutora o esforço e já o comprometimento.

SR. GUILHERME HENRIQUES – Eu queria também me filiar à posição da Telefônica e ousar sugerir que dentro desse grupo um dos termos do TAC, que fosse exatamente esse, uma padronização nacional das solicitações dentro desse *layout* que indubitavelmente é um *layout* mais adequado.

Nós hoje também já estamos adequados internamente para atender dentro do *layout* da CPI atual é bom dizer também, Excelência, que na solicitação do ofício logo anterior já houve uma solicitação de um determinado *layout*, que nós atendemos e enviamos aquelas primeiras informações e neste segundo, dado o prazo e por burocracias internas, que quanto maior a empresa, maiores as burocracias, não é? Por burocracias internas nós não tivemos tempo de adequar o *layout* para essa nova solicitação e hoje já estamos adequados.

Eu queria só fazer um esclarecimento sobre a questão do *layout*. Após dizer que já estamos prontos a atender dentro do novo formato. Exatamente nós temos um *layout* único dentro da companhia, imagino que as demais idem, para justamente termos um tempo de resposta célere. Então, a cada *layout* que nos solicitam novo o tempo de resposta vai ser aumentado por conta da necessidade de adequação para aquele *layout*.

Então, seria excepcional para a Brasil Telecom, falo em nome da Brasil Telecom, imagino que para as demais idem, mas para a Brasil Telecom seria excepcional que pudéssemos padronizar mesmo nacionalmente, porque aí voltaríamos para o nosso padrão esse me parece ser o melhor dos que eu já vi de modelos de *layout*, isso do Congresso Nacional se espalharia para as demais entidades da Federação e nós responderíamos sempre nesse formato que me parece ser o melhor.

Só uma sugestão, uma ousadia do jovem, para que coloquemos no TAC também, eu acho que esse *layout* é adequado eu acho que atende a todos, e passaríamos, então, nacionalmente a tratar o assunto dessa maneira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Isso sem dúvida alguma, eu acho que esse ajuste vai servir para todas as CPIs vai ficar esse modelo, esse **layout** vai servir para todos e vai facilitar a vida de todos. Eu acho que a partir daí nós não vamos mais ter confusão, não vamos ter mais esse tipo de problema a cada CPI que se sucede, a cada investigação que se sucede na Polícia Federal e nos Ministérios Públicos, quer dizer, já avançamos um bocado agora dentro desse entendimento.

Eu, sim, doutora.

SRA. JULIANA CARPANEZ – Só uma colocação agradecendo também a resposta de todos, e também lembrando que nós vamos fazer novas solicitações com base nos dados que foram analisados agora e especialmente sobre essa questão do GMT e nós gostaríamos agora de também contar, óbvio com as respostas dentro do padrão como todos colocaram e também que todas as operadoras se atentem muito a essa questão que para nós faz toda a diferença.

E que dados cadastrais eles não nos servem, então, a informação como dado cadastral também não é útil à Polícia, mas tão somente a do endereço do IP, está Ok, é uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Dr. Thiago.

SR. THIAGO TAVARES – Eu queria, Excelência, só fazer uma rápida questão, um pedido de esclarecimento, na verdade, ao Dr. João de Deus, quando ele mencionou a disposição e o empenho das operadoras em estabelecer um código de auto-regulamentação do setor.

Eu queria perguntar se esse código ele já existe? Em que pé ele está? Se já foi escrito? Onde está disponível? Para que a gente possa inclusive tê-lo como subsídio para as discussões que vão ocorrer no âmbito do grupo de trabalho.

SR. JOÃO DE DEUS MACEDO – Muito obrigado pela pergunta que me permite esclarecer.

O comentário, na verdade, é que as associações que representam as operadoras, e aí basicamente se você considerar ABRAFIX, ACEL, TelComp, ela... Esse conjunto representa provavelmente 100% dos prestatórios de telecomunicações que dão acesso à *Internet*, elas têm interesse, eu falo porque temos representações nas três entidades, elas têm interesse sempre em questões dessa relevância social, até se anteciparam na regulamentação oficial que normalmente é feita pela Anatel e é feito com um processo razoavelmente longo, precedido de consulta pública etc., com análise... Tem todo um ritual complexo que envolve uma regulamentação completa pela agência reguladora, mas que essas associações, eu posso falar porque conheço de perto

as três, têm interesse e estariam à disposição da CPI ou do Ministério Público para formarem e se juntarem ao grupo e discutir a auto-regulamentação. Não existe ainda uma auto-regulamentação em preparação. Elas estariam à disposição para discutirem e preparar até em avanços em antecipação uma eventual regulamentação setorial definitiva.

SRA. JULIANA CARPANEZ – Senador, o senhor me permite correção? É... Eu falando aqui os dados cadastrais nosso nos interessam, mas os endereços das linhas telefônicas, desculpe... Eu me atrapalhei. Nós tínhamos outras perguntas com relação ao tempo necessário de adaptação, questões como a priorização das respostas, e de quebras de sigilos o tempo necessário para vocês, o tempo razoável que as empresas pudessem estabelecer para as duas coisas, mas isso eu acho que vai ser suprido tenha pela própria CPI, quando ajustarmos a participação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Dentro do trabalho que foi feito, eu comecei na apresentação e na carapuça de todo mundo eu entendi que eles estavam respondendo tudo que a gente tinha preparado para perguntar.

Então, eu acho que essa é a boa Audiência Pública quando a gente reconhece e está disposto a andar juntos eu acho que o fato de nós juntarmos para construir esse termo de ajuste de condutas já responde isso aqui tudo onde tem reconhecimento, onde precisa avançar.

Então, ficou claro para mim a não ser que a Drª Delegada queira fazer uma... E que o jovem Diretor de uma grande empresa e uma jovem Delegada e eu que tenho medo de Polícia.

Então, eu gostaria de dizer aos senhores que eu vou formalizar aos senhores, conforme entendimento na Audiência Pública dia tal, ficamos acordados de que a empresa mandaria um representante tal e tal, e aí eu vou fixar dez dias para vocês...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele já está matriculado vai ser ele mesmo. Mas para a gente ficar tudo certinho não é? Porque, ficar documentado porque isso vai entrar lá no relatório final da CPI eu acho que é uma coisa histórica um avanço histórico para o Brasil, para a sociedade e aí a pessoa vem credenciada pela empresa e nós temos um quartel general ali na quarta secretaria onde esse grupo se reúne diuturnamente, durante a semana se deslocam, vem para a Brasília, já desde o começo da CPI.

Nós acabamos a redação da tipificação do crime de pedofilia que acho que esse será o grande avanço

do Brasil, botar esse monte vagabundo na cadeia e segurá-los lá até para proteger a vida deles mesmo, porque do jeito que vai a povo vai matar é na rua, e depois de cumprida a pena, o satélite toma conta deles até a morte. Porque uma vez pedófilo, pedófilo, hoje você prende um pedófilo ele vai embora no bom comportamento, não tem criança perto dele, comporta bem e lá onde ele está ele morre de medo, porque a lei lá existe. No Código de Ética do crime essa gente para eles é criminosa, não é?

Então, nós estamos avançando, então esse quartel general é exatamente onde os senhores, os indicados estarão juntos discutindo e ainda vamos marcar uma Audiência Pública depois de tudo acordado de um texto que tenha a concordância de todos sem estresse para ninguém, nós vamos fazer uma sessão solene histórica, bonita, certamente faremos lá no Interlegis, porque nós entraremos em rede com o Brasil inteiro com todas as Câmaras de Vereadores, com todas as Assembléias Legislativas do Brasil em cadeia, para o que Brasil saiba do nosso posicionamento para o que Brasil tome conhecimento de como nós estamos avançando no combate ao crime.

Eu não sei se os outros promotores o Dr. André, a Drª Ana, Drª Catarina, a Drª Carla e nosso jovem Delegado, também gostaria de fazer alguma outra pergunta, Dr. Thiago, senão eu acho que eu estou pronto para encerrar essa... Até porque eu percebo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu teria só uma pergunta a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Fique à vontade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O grande problema para quem está investigando, ainda mais delito de *Internet*, é exatamente a velocidade de obtenção de resposta e o colega já comentou aqui que a gente às vezes demora um ano e não recebe uma resposta de fato. Então, eu gostaria de saber o que efetivamente as operadoras têm feito para agilizar o fornecimento dessas informações, qual é a prioridade dentro das empresas para essa resposta.

Qual é a política interna ou mesmo externa da empresa no tocante a combate a esse tipo de delito em especial o crime de pedofilia na *Internet*, de fato, o que existe de fato hoje por parte das empresas? Não de intenções, mas de prática efetiva objetivamente falando?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A pergunta é para todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria de comentar e em seguida passar a palavra para as colegas, que cada vez que você implementa melhorias no sistema operacional de informações relativas a

Internet se encurta o prazo, nós por exemplo fizemos recentemente uma centralização de bancos de dados, associadas a identificação de endereço IP, que antes nós tínhamos que buscar em seis, as vezes oito bancos de dados espalhados no Brasil afora um conjunto de informações para depois consolidar.

Às vezes você quando obtém dados, você faz a checagem e tem dúvidas, volta, faz uma nova leitura, então, agora com a centralização que na verdade é uma centralização em duplicação as bases regionais, as bases distribuídas, isso já é um avanço que permite, propicia exatamente isso mais agilidade e encurtamento de prazo na obtenção de informações.

SR. GUILHERME HENRIQUES – GVT, como eu falei, juridicamente eu não conheço o processo eu não sei quanto tempo leva para entrada de solicitação até que chegue à minha área que é a área técnica. Na área técnica a gente já tem uma base de dados centralizada estão todos os que a gente chama de *account* de rede, estão centralizados, e a gente guarda em máquina seis meses até seis meses para trás das informações.

A partir da seis meses a gente guarda essa informação em fita ou algum meio magnético de armazenagem, então, dentro desse período de seis meses eu acredito que é muito rápido para a gente conseguir a informação. Se for maior do que isso a gente vai demorar um tempo maior para poder recuperar alguns dados que estão armazenados em fita ou qualquer outro meio magnético eu não sei dizer exatamente quando tempo leva, como eu falei juridicamente entre a entrada da informação, do pedido na GVT até que isso chegue na área responsável que é a minha área técnica.

E a gente está programando também, investimentos, assim como nossos colegas para melhorar essa armazenagem e a busca que seja mais otimizada possível. Esses investimentos a idéia é que a gente inicie o ano de 2009 já com algum sistema pronto para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Dr. André? Vai falar? Fique à vontade.

SR. MARCELO SARMENTO – Do ponto de vista da NET a nossa base de dados também já é centralizada hoje e o acesso ao dado ele existindo é muito rápido. Então, a gente não tem dificuldades para entregar as requisições.

Do ponto de vista do processo dentro do Departamento Jurídico nós temos duas pessoas que ficam dedicadas a atender essas solicitações, e geralmente a requisição chega com um prazo de entrega e eu acredito que a gente tem conseguido entregar essas requisições dentro do prazo de entrega estipulado.

Mas como o colega mencionou, eu também levo como tema de casa, uma revisão desses processos

para ter certeza que se nós não estamos atendendo de forma adequada a gente a partir desse momento passe a revisitar cada um dos processos para ter certeza no que nós vamos entregar o que nós é solicitado dentro dos prazos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Isso é bom demais. Bom, então, eu hoje ainda estou formalizando aos senhores, aquilo que nós tratamos aquilo que é combinado não caro, tudo que nós combinamos para que a partir, já quem sabe a partir da próxima semana a gente já comece a trabalhar aqui essas questões, o doutor aqui já se colocou a disposição, é criminalista, e acha que pode ajudar em outras situações é muito bem vindo quando se tem conhecimento criminal para nós, Dr. André.

SR. ANDRÉ UBALDINO

– Sr. Presidente, eu gostaria numa brevíssima intervenção apenas de saudar V.Ex^a por essa feliz iniciativa de sugerir aos presentes a subscrição de um termo de ajustamento de conduta. Eu tenho certeza de que se isso for levado adiante como certamente haverá de ser pelo compromisso público por todos aqui assumido, certamente haverá de nos poupar e poupar a todos os senhores da visualização no futuro de cenas tão trágicas quanto esta que os senhores agora a pouco avistaram e que transformaram suas feições.

Eu gostaria de cumprimentar especialmente a V.Ex^a também por outra razão é exatamente por incluir nessa preocupação da subscrição do termo de ajustamento de conduta também o Ministério Público Estadual porque numa percepção que só é possível a quem como o senhor quem vem de uma base popular, vem do povo, somos nós exatamente quem no interior do Estado e no interior do País, às vezes em regiões inóspitas vivemos essa mesma angustia pela qual os senhores passaram só que no nosso caso redobrada porque responsáveis pela sua repressão freqüentemente nos faltam os instrumentos para fazer.

Por isso, a iniciativa de V.Ex^a é muito feliz porque não representa apenas a subscrição de um termo de ajustamento de condutas pelos senhores, mas representa principalmente a adoção de medidas protetivas mais eficientes, mais velozes, mais rápidas em prol de crianças inocentes que até hoje são impunemente violentadas no interior do País.

Por isso, o meu agradecimento como membro do Ministério Público Estadual a V.Ex^a e a nossa colocação a disposição dos Promotores que aqui se encontram para auxiliar na formulação desse TAC naquilo que nós diga respeito. Muito obrigado ao senhor por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu fico feliz acho que juntando todo mundo para combater o crime, ainda vamos ter difi-

culdade no Brasil com a dimensão do nosso, imagine quando o privilégio de combater o crime é dados só a alguns, só o Brasil tem desse negócio até combater crime é separado, eu nunca vi isso na minha vida. E o país com fronteira aberta como o nosso, um país que infelizmente sem querer falar mal já falando, os nossos vizinhos não gostam de Ordenamento Jurídico onde os nos vizinhos é tudo da pá virada, então, não é? E passa tudo aqui por dentro, se é tráfico de droga, vem, se é contrabando de arma é aqui, os nossos portos, os nossos aeroportos e nego ainda quer legalizar bingo aqui. Agora imagine legalizar bingo aqui essa rapaziada vir tudo aqui para dentro, isso é brincadeira. A hora que legalizar aqui eles vem morar tudo aqui, os parentes de Abadia, todo mundo desce para cá e nós vamos fazer o quê? Um país do tamanho do nosso? Graças a Deus temos um complexo portuário invejável que facilita a vida do crime e os nossos aeroportos as nossas fronteiras secas todas abertas vamos fazer como? Então, o Brasil definitivamente não tem vocação nenhuma para jogo.

Ontem eu estava vendo o ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, eu fico até com vergonha, é um bom cantor, é um bom músico dando uma entrevista, falando em legalização de droga. Acho que esse cara nunca viu uma mãe chorar de madrugada porque tem um filho drogado. “Ah, no dia que legalizar acaba com o crime”, com aquela voz mansa. É? Acaba. Eu quero ver ele entrar num avião sabendo o que piloto é viciado em cocaína, eu quero ver ele deixar a neta dele ir na van para a escola sabendo o que cara que dirige a van fuma crack. Que o vigia da casa dele fuma crack e cheira cocaína, mesmo legalizado. Que a babá dos filhos fuma maconha. Se a cara achar que pode, então, ele está pronto para defender a legalização.

Agora imagine você entregar os destinos de uma empresa igual à de vocês na mão um cara que vocês têm certeza que cara fuma crack todo dia, mas é legalizado! Esse doido desvairado é o Diretor da empresa. O Diretor Jurídico é cheirador de pó, passa a dia inteiro cheirando na mesa, é legal! Esse dia a gente está preparado legalizar droga do Brasil, quando a gente tiver consciente que isso é bom nós estamos preparados sim. O médico que vai fazer o parto cesariano da sua mulher fuma crack. Mas é legalizado não tem problema nenhum aí não tem crime nenhum ele comprou com o dinheiro dele, não teve repressão, mas ele entra na sala de cirurgia vai pegar o bisturi com a cabeça cheia de cocaína, esses caras são...

Esses caras pensam que a gente é besta, entendeu? Ou nós não nascemos num tempo diferente desses caras, bicho, entendeu? Tem 30 anos que eu tiro drogado da rua, 30 anos, 30 anos. E eu conheço

lágrimas de mãe que chora com filho drogado. E ele, é “cultural isso”, mas se um político fala isso, nego cai de pau nele, mas Gilberto Gil falou “é lindo, é cultural, é bacana e tal”, mamãe me acode, só falta chover para cima porque eu acho que já vi de tudo. Eu já vi de tudo. Já vi de tudo. Eu já vi de tudo.

Eu que quero agradecer viu Dr. André, porque a CPI não chegaria onde chegou sem essa assessoria que Deus me deu a lucidez de montar antes de começar as ações da CPI. Se eu começo essa CPI por vaidade própria achando que ia resolver as coisas, como se faz CPI normalmente que não vai a lugar nenhum e como eu tenho cuidado por ter presidido uma de tanto resultado como foi a CPI do Narcotráfico, eu tenho cuidado com essa, porque se a outra teve tanto resultado essa precisa ter mais.

Então, eu que agradeço o Ministério Público e você principalmente que esteve comigo na formatação da tipificação do crime de a tipificação do crime organizado no Brasil, tenho as suas impressões digitais lá a Lei de tráfico no Brasil, virou monstrengos na Câmara, mas o que tem de bom ali foi nós que fizemos, quer dizer esteve sempre pronto ao chamamento, Polícia Federal, o Ministério Público Federal, SaferNet essa ONG tão importante dirigida pelo Dr. Thiago que largou faculdade, largou tudo para viver 24 horas a vida da CPI, os peritos da Polícia Federal, os nossos técnicos aqui do PRODASEN, Drª Carla que é Promotora do meu Estado, Drª Catarina ex-Procuradora Geral que aceitou o meu convite para vir para cá.

Quer dizer, então, eu só tenho a agradecer eu quero agradecer aqui publicamente também ao Dr. Luiz Fernando Corrêa que é Diretor Geral da Polícia Federal, que tem, que nos cedeu os Delegados e o nosso querido Carlos Miguel Sobral aqui, a Juliana, porque esse trabalho todo foi feito por eles, hoje não foi o dia do Ministério Público e nem da SaferNet, foi o dia da Polícia Federal nessa Audiência Pública aqui, a Drª Juliana, essa jovem aí, você tem quantos anos, 17 Juliana? Eduardo Tadashi, Estênio Santos, Dr. Adalto também não está aqui, o Estênio está ali, os peritos e os agentes, eu quero agradecer também aos senhores, pegar minha lista aqui.

Ao Guilherme Henriques, esse varal, aqui. Ao Ricardo Camargo, ao Luiz Otávio Rodrigues, ao João de Deus que está substituindo o Dr. Luiz Eduardo Falco, não é João? O João lá de Macarani de Itapetinga não é João? E o cara falou que nós da Bahia só temos um neurônio, você leu aquele negócio?

SR. JOÃO DE DEUS MACEDO – Se redimiu depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas como? Eu acho que a pessoa, a

pessoa que nomeou ele realmente esse só tinha um neurônio o que nomeou ele naquele cargo. O cara disse que a gente só toca berimbau porque só tem uma corda, porque se tivesse duas à gente não tocava. [risos] E ainda vem o outro dizendo que é bom legalizar as drogas. Vai queimar o outro neurônio se legalizar as drogas e aí pronto aí é um HD zero bala vazio sem nenhuma informação.

Mas veja o **software** mais importante foi desenvolvido pela SaferNet pelos engenheiros baianos, tudo que nós abrimos aqui da quebra de sigilo do *ORKUT* manda para dentro desse *software* ele mostra os pedófilos no mundo inteiro e no Brasil por região, agora imagine se esses caras tivessem dois neurônios?

E eu sou filho de uma faxineira lá de Itapetinga a minha mãe fazia faxina naquele prédio lá do Dr. José Vaz Sampaio Espinheira. Chamado prédio de espinheira lá. A minha mãe fazia faxina ali. E eu saí de lá e virei Senador, imagine eu se eu só tenho um neurônio! Se eu tivesse dois, então, eu estava no lugar de Barack Obama. E nós somos da mesma senzala eu e ele, somos da cor mesmo não?

José Antonio, Félix, Presidente da Net, obrigado também. E uma das Audiências Públicas mais bonitas mais tranqüilas, não é? Aqui ninguém veio para dar desculpa para se esconder das suas deficiências, veio falar do que fez, do que precisa fazer, reconhecer, não para nós da CPI eu acho que quando você enfrenta o crime, quando você ter que ser truculento você tem que ser mesmo, eu agora recebi um processo, estou processado mas um processo que honra minha carreira está no meu currículo.

Eu acho até que na minha reeleição eu vou aparecer com ficha suja porque eu tenho esse processo. Eu fui processado pelo advogado do pedófilo maior do Brasil, Dr. Chipkevitch, que é o nome assim daquele marginal? É que abusou de um monte de criança, dopava com **dormonid**, escrevendo livros de pediatria para o mundo inteiro, a mãe lá fora lendo revista esperando para pagar 450 reais de consulta e ele abusando da criança e filmando.

Convoquei para o cara depor, os advogados me processaram por abuso de poder porque eu expus a imagem do cliente deles. É brincadeira, mas esse eu recebo com orgulho é um processo que eu não gostaria que acabasse. Eu quero contar isso em todo lugar, eu quero contar para os meus netos, quer dizer o cara abusa de criança e um abuso desgraçado, porque dopa com **dormonid**. O cara está com 110 anos para cumprir, eu tiro o cara da penitenciária só para perguntar a ele se aquelas fotos foi ele que fez, se ele reconheceu aqueles filmes, estou processado.

E mais o advogado pede ao Conselho Nacional de Justiça que me denuncie, eu e o Tuma na Comissão de Ética eu responder uma questão de ética porque eu fui ouvir um pedófilo! É muito peito também desse advogado, mas beleza, não é? [risos] Do jeito que o Brasil é, é capaz até de eu sair algemado porque fui ouvir um pedófilo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Não, mas político o povo quer ver algemado. Não, o político pode o povo quer.

Bom, gente eu agradeço viu, eu estou vendo que vocês eu falei isso só para vocês sorri porque estava todo mundo com o semblante fechado porque eu sei que é fome, porque a minha mãe Dª Dada, essa lá de Itapetinga, inteligente demais, sabida demais ele dizia que a alegria vem da tripas, quer dizer tripa cheia a pessoa ri.

Como? Do projeto? Não, não vou detalhar ele agora, vou deixar para... Não vamos gastar tudo no

mesmo dia, é coisa boa no mesmo dia, senão o que será da imprensa se a gente der tudo no mesmo dia, então, vamos deixar a coisa para amanhã. Gente eu agradeço muito a vocês, muito obrigado, vamos nos encontrar com representantes dos senhores aqui conosco, certamente nós estamos fazendo isso com procuraçāo dos nossos filhos de quem neto, dos netos, das crianças porque esse é o bom combate eu pensei que narcotráfico era a lesão maior da sociedade brasileira, mas eu descobri que pedofilia é absolutamente pior do narcotráfico.

E pior que tem redes ligadas ao narcotráfico de abuso de criança, redes faturando milhões de drogas, ligadas ao contrabando de armas e ao narcotráfico do Brasil e, certamente, esse momento é histórico e importante para todos nós. Muito obrigado, está encerrada a sessão e que Deus nos ajude.

Sessão encerrada às 14h22. – Senador Magno Malta, Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2273 , de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL,
no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista
o que consta do Processo nº 015956/90-3,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 22, de 1991, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor aposentado do Quadro de Pessoal do Senado Federal, **ANTÔNIO LUIZ DA CONCEIÇÃO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir a vantagem denominada “Quintos”, prevista no artigo 41 da Resolução SF nº. 42/93, a partir de 1º de maio de 1993; e incluir a vantagem “Opção” prevista na Resolução SF nº 74, de 1994, a partir de 07 de outubro de 1997, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINÉO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maoria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Cláudio	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maoria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁴⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,14)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. N.º 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽³⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/08-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁸⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. N° 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Shhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

-
- 6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
 - 7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 - 8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
 - 9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n.º 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Majoria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

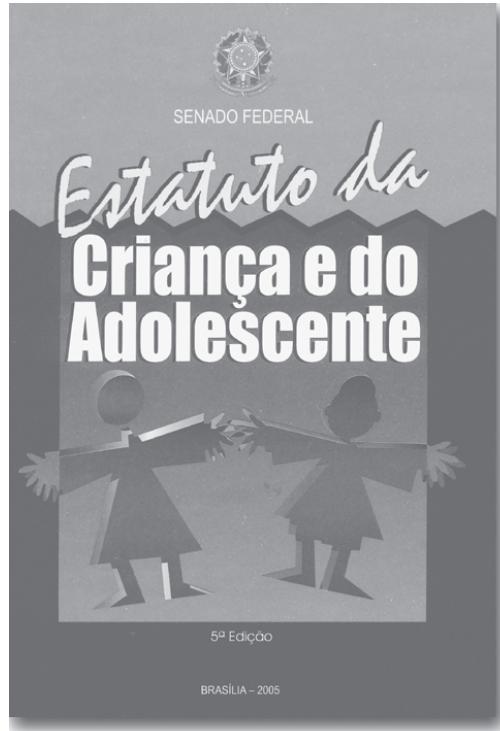
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS